

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Márcia Andréia Vargas

**VIDA ENTRE “PARENTESSES”: A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES E O
RECONHECIMENTO SOCIAL DAS TESTEMUNHAS PROTEGIDAS DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL – PROTEGE**

São Leopoldo

2008

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Márcia Andréia Vargas

**VIDA ENTRE “PARENTESSES”: A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES E O
RECONHECIMENTO SOCIAL DAS TESTEMUNHAS PROTEGIDAS DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL – PROTEGE**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

Orientador: Prof. Dr. Carlos A. Gadea

São Leopoldo

2008

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar as narrativas e construções discursivas que os usuários do Programa de Apoio e Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Estado do Rio Grande do Sul – PROTEGE realizam sobre si mesmos no âmbito dessa política pública. Para isso, baseia-se em referências teóricas e analíticas sobre as memórias coletivas, a socialização e as identidades. O resultado é uma tentativa por contrapor os anseios e objetivos políticos concretos de uma política pública de proteção sociais com as diferentes problemáticas, anseios e vivências específicas de alguns dos que se têm favorecido com ela. Trata-se de avaliar o PROTEGE não desde a sua prática, senão a partir das perspectivas dos seus usuários, quando estes vão construindo e reconstruindo as suas identidades e memórias e, dessa maneira, resignificam o espaço que lhes tocou vivenciar na sua passagem pelo programa.

Palavras-chave: Identidades. Memórias. Testemunhas protegidas. PROTEGE.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es analizar las narrativas y construcciones discursivas que los usuarios del Programa de Apoyo y Asistencia a Víctimas y Testigos Amenazadas del Estado de Río Grande del Sur – PROTEGE realizan sobre sí mismos en el ámbito de esa política pública. Para eso, se basa en referencias teóricas y analíticas sobre las memorias colectivas, la socialización y las identidades. El resultado es una tentativa por contraponer los anhelos y objetivos políticos concretos de una política pública de protección social con las diferentes problemáticas, anhelos y vivencias específicas de algunos de los que se han favorecido con ella. Se trata de evaluar el PROTEGE no desde su práctica, sino a partir de las perspectivas de sus usuarios, cuando estos van construyendo y reconstruyendo sus identidades y memorias y, de esta manera, resignifican el espacio que les tocó vivenciar en su pasaje por el programa.

Palabras clave: Identidades. Memórias. Testigos protegidos. PROTEGE.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	
1 SOCIALIZAÇÃO: IDENTIDADE, MEMÓRIA E (RES)SENTIMENTO	
2 A “PROTEÇÃO A TESTEMUNHAS AMEAÇADAS” COMO POLÍTICA PÚBLICA...	
2.1 O sistema público estatal de proteção	
2.2 Programa de proteção, auxílio e assistência a vítimas e testemunhas ameaçadas do Rio Grande do Sul - PROTEGE	
2.2.1 O dilema do perfil incompatível e da exclusão	
2.3 O PROVITA: a alternativa não-estatal à proteção.....	
3 PROTEGE: MEMÓRIAS E IDENTIDADES DOS SEUS USUÁRIOS	
3.1 Vivências e memórias: uma análise dos casos	
4 “VIDA ENTRE PARÊNTESES”: MEMÓRIA E IDENTIDADE	
4.1 O PROTEGE	
4.2 Perfil geral e dos casos estudados	
4.3 Memórias e identidades: balanço teórico e os sentidos do PROTEGE	
4.4 Vida entre parênteses na vivência das pessoas: a inserção social.....	
REFERÊNCIAS	
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

O tema a ser abordado aqui surge de uma inquietação profissional, produto da minha função como assistente social no Programa de Proteção, Auxílio e Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – PROTEGE e do interesse crescente sobre temas ligados à construção das identidades, à sociabilidade e às diferentes formas que adquire na atualidade a exclusão social.

A partir desse envolvimento profissional e de possuir um contato mais próximo com a política pública materializada no PROTEGE, muitos questionamentos começaram a surgir. Perguntava-me se era possível “inserir” socialmente uma testemunha, cujo nome não podia fazer parte de nenhum sistema de rede informatizado de registros, tais como o SUS, o INSS, a Secretaria da Educação, dentre outros. Também surgia a dúvida se a “troca de identidade” que a testemunha experimentava (com a finalidade de manter seu sigilo) não poderia suscitar muito mais perdas do que ganhos para eles. Tudo isso parecia gerar uma dúvida mais geral acerca da eventual capacidade de essa política pública poder ou não cumprir com a proposta que a rege, ou seja, a reinserção social das testemunhas protegidas. Não se trata apenas de uma simples tentativa de preservar “provas vivas” de um ato delituoso?

Para tentar compreender melhor todo esse contexto, propus um movimento de observação, análise e reflexão, tendo o indivíduo como eixo da pesquisa, para

que pudesse apreender o papel/função do PROTEGE e seu sentido na vida dessas testemunhas.

Assim, buscou-se trabalhar o tema, partindo da construção da identidade baseada na narrativa que o indivíduo constrói de si mesmo, tendo em vista suas vivências, crenças, lembranças e ressentimentos.

Esse trabalho tem por objetivo estudar como se desenvolve o processo de construção identitária das testemunhas protegidas do Programa de Proteção Auxílio e Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, PROTEGE - RS.

Com a intenção de compreender mais todo esse andamento que relaciona o PROTEGE com as suas testemunhas protegidas, procura-se colocar os indivíduos (testemunhas) no eixo da análise, deslocando a própria política pública ao papel de ser um contexto, cenário ou laboratório no qual se dará essa forma específica da construção identitária. Isso não pretende, em absoluto, deixar a um simples segundo plano uma abordagem crítica dessa política pública, mas sim reavaliá-la em função da representação que as próprias testemunhas fazem sobre ela. O PROTEGE é o cenário concreto que dá capacidade a uma construção identitária de um sujeito, que não só se auto-avalia e se ressignifica perante o mundo que a rodeia, mas também deixa perceber as próprias representações que, no tempo de sua permanência como “testemunha protegida”, constrói do programa.

Diante de uma vivência tão específica que é estar sob proteção de uma política pública para garantir a integridade física de seus usuários, o programa passa a “sujeitá-lo” a situações que fogem totalmente de sua vida “normal” (como a desvinculação de seus espaços de convivência e a relocação para local seguro, determinado pelo próprio serviço de inteligência deste Programa), faz-se necessário um olhar mais profundo sobre esses indivíduos e o que essa nova realidade representa em suas vidas.

O público usuário do Programa é, na sua maioria, de baixa renda, sujeitos que vivem de trabalho informal e/ou ilícito. Muitos deles delatam a organização

criminal de que faziam parte por estarem sendo coagidos por essa mesma organização, buscam a proteção do Estado para salvarem-se da morte prometida pelos seus ex-comparsas. Em troca, seu compromisso é fornecer, diante de audiências, todas as informações sobre as práticas delituosas cometidas por essa organização. Muitos demonstram arrependimento pelo envolvimento com a ilicitude, mas referem esse envolvimento com a necessidade de sustento econômico.

Considerando que, na grande maioria dos casos, as testemunhas se apresentam comprometidas com o crime delatado, a busca pelo “recomeço” se torna um projeto de vida iniludível. Dessa maneira, o presente estudo centra-se na análise das narrativas e construções discursivas sobre si mesmos que esses indivíduos constroem na situação particular de estar assumindo a posição de protegidos pelo PROTEGE, no qual se poderá compreender a forma que entendem o mundo que os rodeia nesse instante, o sentido de justiça que possuem e os significados de respeito e desrespeito pela vida. Pergunta-se então quem são esses indivíduos que demandaram a existência de uma política de proteção à vida? De onde vêm? Como eram as suas vidas anteriormente? Como se autopercebem no momento presente? O que mudou na vida de quem passou pelo Programa?

As Ciências Sociais entram nesse contexto para cumprir seu papel reflexivo de compreensão da dinâmica social em prol de uma análise sobre o processo de desenvolvimento das identidades e das relações sociais estabelecidas nas especificidades da atualidade. Essas vivências trazem grandes conflitos e questionamentos sobre a vida pregressa desse sujeito e a situação que o levou a buscar tal proteção. Em que momento de sua vida esse indivíduo poderia, ou não, ter evitado a situação que demandou a necessidade de estar sob proteção hoje?

Para isso, alguns objetivos da pesquisa precisam ser lembrados: apreender a sistemática funcional e proposta de trabalho do PROTEGE; estabelecer comparativos dessa política pública entre as experiências brasileiras e de outros países; analisar a partir do banco de dados existente quem são os usuários desse programa, isto é, qual é o perfil dos usuários a partir da visão do Programa; e

constatar em que medida as características identitárias das testemunhas e vítimas são ou não compatíveis com a definição feita a priori pelo programa.

Entendo que uma das maneiras de exercer autonomia de ação e o conseqüente exercício da cidadania plena é possuir um discurso sobre si mesmo. A elaboração desse discurso supõe o entrelaçamento de um conhecimento concreto da realidade prática com a série de expectativas vitais emanadas da experiência cotidiana. Assim, chega-se a supor que quanto mais os sujeitos aumentam o nível de conhecimento sobre si próprios, mais se possibilitam as capacidades de ação. O presente trabalho propõe o enfoque sobre como se materializa a construção discursiva que os sujeitos usuários de uma política pública de garantia dos Direitos Humanos estabelecem sobre si mesmos. Essa política pública tem por objetivo dar amparo à vida dos indivíduos que, por exercerem sua cidadania na relação à justiça, são ameaçados de morte.

Esse trabalho se insere numa reflexão sobre identidade e sociabilidade, possibilidades da construção de uma identidade concreta. Considerando como ponto de partida as análises das narrativas desses indivíduos sobre si mesmos, é possível detectar aqueles “silêncios” e os diferentes “estereótipos” que os afligiram e os afligem nas interações cotidianas. Assim, presume-se que o sujeito (e as suas “estruturas de conflito”) “aparece” na medida em que a memória histórica e as narrções se vinculam com uma afirmação das necessidades sociais e das demandas políticas específicas contra a marginalização, a negligência e o estigma.

Na memória histórica, as tensões próprias das diferentes construções identitárias e as “regiões tensas” das relações cotidianas parecem emergir para nos manifestar os conflitos que se têm estabelecido ao longo das suas vivências, não esquecendo que toda memória é fundamentalmente “criação do passado”, ela é ativada visando, de alguma forma, ao controle do passado de acordo com o momento vivido no presente. Nesse contexto há a possibilidade de se trabalhar as memórias como objeto de ressignificação através do relato das histórias de vida, podendo captar o que acontece na intersecção do individual com o social, assim como permitir que elementos do presente fundam-se com memórias de vivências

passadas. Podemos dizer que a vida dhada de forma retrospectiva faculta uma visão total de seu conjunto, e é o tempo presente que torna possível uma compreensão mais aprofundada do momento passado.

Assim, Dubar (2005) sugere que as identidades são construções em tensão contínua, na tensão própria que demanda as diferentes formas de serem definidas, tal qual o autor, a “identidade como herança”, a “identidade atribuída” e a “identidade visada”. Por isso, a primeira parte desse trabalho enfatiza um estudo das diferentes maneiras de ser definida a identidade segundo o autor, para, inclusive, entrelaçá-las com os estudos da interação social de Goffman (1975) e a construção social da realidade de Berger e Luckmann (1966). A primeira parte do trabalho se completará com uma discussão inerente à memória, à construção discursiva ou às narrativas sobre as identidades e os seus desdobramentos.

Considero que é uma espécie de “vida entre parênteses” que os usuários do PROTEGE vivenciam desde o momento em que se convertem em “testemunhas protegidas”, já que passam em média dois anos de suas vidas sob o amparo dessa política pública, sendo acolhidos e tendentes a “resgate” como cidadãos de direitos. Nesse período de tempo, há um esforço técnico em prol do desenvolvimento das possibilidades de autonomia individual e da reflexão acerca das suas histórias de vida privadas. O movimento mais significativo em busca de sua reinserção social está na possibilidade de uma ressignificação e reavaliação da vida nos momentos passados e a que se vive, assim como num reconhecimento sobre si mesmo e como política de vida que reivindica visibilidade e auto-estima individual. A simples vista, o PROTEGE parece se converter num espaço onde “se constrói” uma memória histórica geradora de um discurso sobre o “si mesmo” em constante conflito com a sociedade, com a própria política pública e o próprio eu.

Se no primeiro capítulo o objetivo é reavaliar as contribuições de análise que os conceitos de identidade, socialização e memória trazem, o segundo capítulo procura abordar temáticas condizentes ao PROTEGE. O interesse é descrever o Programa, assim como estabelecer, com clareza, os objetivos a que ele se propõe, como política pública e como cenário de uma específica socialização de indivíduos.

No capítulo terceiro, o objetivo recairá na análise crítica das séries de entrevistas com alguns dos usuários do PROTEGE e a descrição dos trabalhos de campo realizados na sua própria sede. O interesse aqui é o de contrapor as “falas” dos entrevistados com aquelas prerrogativas estabelecidas pelo Programa. Finalmente, o capítulo quarto se dedica a demonstrar em que medida os usuários parecem experimentar uma “vida entre parênteses” no momento de estar no Programa, procurando deixar em evidência aqueles fatores de maior destaque na suas narrativas e discursos sobre a família, o delito, os assuntos de gênero, os que têm a ver com os papéis sociais, sobre a realidade que os rodeia, sobre o passado e o futuro. Essas questões propiciarão uma reavaliação crítica acerca dos objetivos a que se propõe o Programa, e até que ponto ele, de fato, pode ser considerada uma proposta que insere com êxito os cidadãos que são alvos da sua política.

O presente estudo pretende oferecer conhecimentos acerca da percepção do indivíduo em sociedade em uma determinada situação, a de testemunha protegida, entendendo essa característica como ponto de partida para a compreensão de como esse sujeito veio ao encontro dessa realidade atual.

Objetivando descrever e compreender as características identitárias das testemunhas protegidas pelo PROTEGE e o reconhecimento desse processo, escolheram-se três casos empíricos concretos, sendo eles: um casal, vítima e réu colaboradores de estelionato; uma testemunha de um homicídio e outra vítima e delatora de seu marido, autor de assassinato e por assalto a banco.

O método de pesquisa contempla a realização de entrevistas filmadas dos três casos escolhidos, a fim de observar e analisar a contribuição discursiva sobre suas histórias de vida. Posteriormente, enfatiza-se o material observado a respeito das questões comuns entre os casos, fato aproveitado pelo vínculo já formado pela entrevistadora e os entrevistados, facilitando assim o elo de confiança para que as narrativas acontecessem de forma natural. Pode-se observar as questões relacionadas à infância, os papéis, as representações e importância como referência para a construção da identidade do entrevistado; a percepção das fragilidades da estrutura familiar de que os entrevistados fizeram parte e sua importância nesse

contexto; as emoções contidas e nunca antes reveladas, assim como o processo evolutivo da consciência de si e de seus atos perante os outros, suas tristezas, alegrias, momentos e sentimentos lembrados e ressentidos.

Finalmente, uma metodologia de análise do discurso provê uma leitura crítica sobre o caso, enfatizando-se uma interpretação à luz do referencial teórico a ser discutido.

1 SOCIALIZAÇÃO: IDENTIDADE, MEMÓRIA E (RES)SENTIMENTO

Como Dubar (2005) manifesta, as abordagens culturais e funcionais da socialização, enfatizam uma característica essencial da formação individual, para a qual a incorporação das formas de sentir, pensar e agir constituiu uma determinada visão de mundo. É justamente ela que permitirá evidenciar a estreita relação entre os processos de construção, desconstrução e reconstrução de identidades com as facetas próprias das histórias de vida, as memórias históricas coletivas e individuais e os eventuais espaços de (res)sentimentos gerados na vida cotidiana. Estes fenômenos, estes processos de socialização, apresentam o indivíduo constantemente confrontado com uma dupla exigência, a saber: o de ter que se fazer conhecer aos poucos e, a partir disso, conseguir seu melhor “desempenho” na procura pela aceitação pessoal e reconhecimento coletivo; processo que culminaria com a possibilidade de um “conhecer-se a si próprios”. E de que maneira isso parece produzir? Para Dubar, o indivíduo faz parte de uma teia de relações sociais, e estas são originadas no contínuo processo de “ressignificação” de linguagem e objetos que fazem parte do contexto vivenciado.

Nesse mesmo livro, Dubar faz um retrospecto das origens do conceito de indivíduo, para o qual apela à “Fenomenologia do Espírito” de Hegel. Não obstante, vai ser na chamada “teoria dos três mundos” onde encontrará as bases teóricas para os argumentos a serem desenvolvidos: o social, o objetivo e o subjetivo. Em linhas gerais, o processo de constituição do mundo social estaria definido pela exteriorização do subjetivo e a interiorização do mundo objetivo, residindo nesta interligação as chaves para se compreender os “desajustes” ou “aspirações” identitárias dos indivíduos. No mesmo sentido, e apoiando-se nas análises de Habermas, Dubar afirma que o processo da socialização é apresentado como a unidade dialética das três mediações, entre o sujeito e o objeto, considerados “três modelos de relações dialéticas: a representação simbólica, o processo de trabalho e a interação baseada na reciprocidade”; a socialização é o processo explicativo primordial e que não há individualização sem socialização” (DUBAR, 2005, p.99).

Berger e Luckmann (1966) abordam a mesma reflexão de Dubar quando dizem que a socialização primária na interiorização da realidade passa pelo processo dialético de exteriorização, objetivação e interiorização. No livro “*A construção social da realidade*”, os autores afirmam que o indivíduo não nasce “membro da sociedade”, mas sim com uma “predisposição para a sociabilidade”, e assim torna-se membro da sociedade numa “seqüência temporal” na dialética da sociedade em que nasce.

A dialética da interação, como exemplo cito o da relação amorosa, é resultante de um saber de duas vias, pois “se conhece no conhecer do outro”, isto é, no que o outro vê, constrói-se uma identidade para si-próprio, ou seja, ele sabe ser si-próprio, na forma de fazer olhar pelo outro. O fruto desse conflito é o processo de reconhecimento recíproco.

A causalidade do destino não é senão o movimento que faz nascer, da experiência da negatividade da vida desunida, o desejo de um retorno ao que foi perdido, levando a identificar na existência estrangeira combatida a sua própria existência negada. Leva a definição da identidade como resultado de um reconhecimento recíproco, ou seja, conhecimento de que a identidade do eu só é possível graças à identidade do outro que me reconhece, identidade que depende do meu próprio conhecimento (DUBAR, 2005, p.100).

Partindo da idéia de que os indivíduos se reconhecem uns pelos outros, (e assim um elo emocional se afirma na linguagem e na cultura para a produção não somente daquilo que o indivíduo é, mas aquilo que se torna e aquilo que deseja ser) o termo “identidade”, para Hall (1992), também se dá a partir da “falta”. Sendo assim, a representação identitária e a construção dessa identidade pode ser consequência de muitos discursos em seu processo de construção, resultado de um jogo de poder desigual que acontece na socialização. Além disso, essas representações emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais um produto da marcação da diferença e da exclusão, do que o signo de uma “unidade idêntica”.

Segundo Habermas, citado por Dubar em seu livro: “Socialização construção das identidades sociais e profissionais” (p.101), é por “não vincular a constituição do

eu à reflexão de um eu solitário sobre si mesmo, mas por compreendê-la a partir dos processos de sua formação, que o jovem Hegel produz uma problemática fecunda da socialização”. Portanto, o importante já não é a reflexão como tal, mas o meio no qual se desenvolve esse processo conflituoso de identificação do universal e do singular.

Considera-se, então, que é a marca do conflito o que elabora a travessia das “fases da vida” marcadas pelas memórias: o nascimento, as crises da juventude, o casamento, a chegada ou a perda de pessoas amadas, etc. Esses episódios ficarão registrados na memória com um determinado significado, isso dependerá da conjuntura de fatos que antecederam e sucederão acontecimento, assim como o papel representado pelo indivíduo que o vive. Bosi (2003) sugere alguns espaços privilegiados em que essas memórias são formuladas: a casa da infância, os trajetos do bairro, recantos da cidade e lugares inseparáveis dos eventos que neles aconteceram. Esses locais possuem focos sugestivos que amparam a construção da identidade, percepção e memória.

E é na família que a significação da vida se concentra. Assim Dubar (2005) defende a idéia de que as identidades são construções em tensão contínua, na tensão própria que demanda as diferentes formas de ser definida a identidade como “herança”, a “identidade atribuída” e a “identidade visada”. O autor refere-se à identidade como “formas identitárias”, pois, segundo ele, não há uma identidade “essencial”, o que há são “formas identitárias essenciais temporais”.

Partindo dessa idéia, ambos os autores, Dubar e Bosi nos dizem que a identidade não é dada de uma só vez, mas sim construída na infância e reconstruída no decorrer da vida num ciclo de construções identitárias, desconstruções e reconstruções de si mesmo. O indivíduo depende tanto do juízo dos outros quanto de suas próprias orientações e autodefinições. A identidade, portanto, é produto das sucessivas socializações.

Mead (1934) concilia a sociologia weberiana e a psicologia behaviorista para definir o comportamento social como construção progressiva da comunicação do “si-

mesmo” como membro de uma comunidade, participando de suas experiências e de suas transformações.

Numa primeira etapa de socialização, durante a infância, a criança fundamenta seus símbolos significantes pelos papéis desempenhados por seus cuidadores. A criança apóia-se na imagem de “personagens” socialmente reconhecidos para iniciar sua construção identitária com seus “pais” e utiliza para isso sua imaginação nas brincadeiras com bonecas e ferramentas condizentes com cada papel representado.

A construção continua com a entrada dessa criança na escola, onde se socializa com os demais. Lá existem regras comuns, jogos, brincadeiras, o que faz com que ela assuma um “papel organizado”. Na passagem do “jogo livre” para o “jogo com regras” é que se constrói a significação de “si-mesmo”.

A terceira fase é aquela na qual a criança se descobre parte de um meio e, sendo assim, busca ser reconhecida por e nesse meio. Há desdobramento de “si - mesmo” em “eu” e “mim”, sendo “eu” o indivíduo pertencente ao meio e reconhecido por um papel específico (pai, mãe, operário, vizinho, entre outros), que nos permite a afirmação positiva do papel que representa nesse meio; já o “mim” é identificado pelo outro e reconhecido por ele como membro do grupo (faço parte do grupo de futebol, posso dizer que sou membro do time de futebol X).

A memória se apresenta como lembranças de acontecimentos vivenciados, em sua maioria, pelos pais ou responsáveis, pois nessa fase da vida a memória que se tem depende deles. Durante a fase da infância, somos a história de nossos pais e concebemos a partir dessas experiências as primeiras referências de como ver o mundo, como ser visto nele e por ele.

Embora possuamos a ilusão de participarmos intensamente desse mundo único, conhecemos, na verdade, apenas uma pequena parte dele, e os caminhos familiares representam os primeiros passos que nos guiarão para uma sucessão de reproduções vivenciadas na infância. No momento em que nossas experiências vão

sendo ampliadas, iniciamos um processo de colocar em prova os signos já internalizados, num movimento de ação e percepção em prol da construção identitária.

Sendo assim, cada indivíduo sofre sua metamorfose de forma particular e única. Mas como ficam as pessoas que são retiradas de seu habitat e precisam negar seu passado para se manter seguras e vivas?

Nesse sentido, abordarei várias questões pertinentes sobre a história de vida que perpassa pelas memórias e ressentimentos em prol da construção da identidade do indivíduo a partir da narração que este faz de si mesmo e do mundo que o rodeia. Utilizarei para isso as experiências vivenciadas com os indivíduos inseridos no PROTEGE, objeto dessa pesquisa.

Durante o tempo em que faço parte da equipe do PROTEGE (três anos), percebo que cada caso apresenta suas particularidades, mas nas entrevistas pude apreender que, em sua maioria, possuem uma etapa de vivências capazes de comprometer suas experiências futuras, pelo modo de ver o mundo e como são vistas por ele. Essas referências são fornecidas como verdades na infância e, no decorrer das vivências experienciadas por cada um dos indivíduos nas suas percepções em relação a si e ao outro, são definidas de modo a confirmar suas referências anteriores ou a de ressignificá-las, e isso dependerá da capacidade que cada um carrega em si de tomar-se consciência de si mesmo.

Para que essa trajetória individual pudesse aparecer de forma mais clara e organizada, busquei abordar a memória como forma de entender e compreender a construção identitária de cada indivíduo entrevistado. A memória, quando narrada, torna-se concreta e se faz história. Quando são positivas, trazem-nos alegrias e saudades; quando são dolorosas, trazem sofrimento e dor, assim passamos a ressentir nossas vivências com um olhar mais maduro, concreto, no momento presente. Quando percebemos essa trajetória, possuímos a possibilidade de ressignificar algumas dessas memórias e tomamos consciência da nossa identidade

de uma forma mais ampla, num contexto completo de sua construção, assim a memória passa a ser um resgate de si.

1.1 A IDENTIDADE COMO HERANÇA

Para Dubar (2005), a identidade herdada pode ser aceita ou não, pois a sua construção acontece por meio de várias socializações. A identidade deve ser percebida e identificada dentro de uma dualidade: a identidade para si e a identidade para o outro, inseparáveis, apesar de problemática. A identidade é formulada pelo olhar do outro, assim nunca saberei da minha identidade sem o olhar do outro, isto é, nunca sei quem sou a não ser pelo olhar do outro, percebida na utilização de categorias.

É evidente que a primeira identificação do indivíduo acontece na sua relação com a mãe, assim como as pessoas com a incumbência para educá-lo, Por essa razão a psicanálise permanece incontornável em todas as abordagens da identidade individual. Mas é no seu contato com a escola que o indivíduo se vê diante de suas categorizações, pelo olhar do outro (colegas, professores). A escola constitui, dessa forma, um momento decisivo para a primeira construção da identidade social.

A comunicação entra nesse contexto como forma indispensável para mediar tal conhecimento e reconhecimento. Para tanto, a identidade é construída pela incerteza, pois nunca saberei ao certo o que represento ou o que sou para o outro. Posso imaginar, mas não saberei, por isso é que “a identidade nunca é dada, ela sempre é construída e deverá ser (re)construída em uma certeza maior ou menor e mais ou menos duradoura” (DUBAR, 2005, p.134).

Desse ponto de vista, a identidade nada mais é que o resultado a um só tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem as instituições (DUBAR, 2005, p.136).

Partindo da idéia que cada um é identificado por alguma coisa, então somos categorizados socialmente mais ou menos legitimamente em níveis diferentes (etnia, sexo, denominação geografia, nível social, código de identificação, número de ordem...). Nisso se fixa a “identidade herdada”.

Essa identidade, aceita ou não, entra em conflito no momento em que ela é questionada pelo meio, ou seja, quando o que sou e represento não condiz com quem quero ser, daí parte a busca pelo reconhecimento, na ruptura da identidade herdada, no sentido de desenhar a “identidade visada”.

O que será determinante para a opção (muitas vezes tomadas de forma inconsciente) a ser tomada pelo indivíduo, nesse momento, é a segurança que lhe é transmitida pelas diferentes instituições de pertença. Essa confiança básica, chamada de primitiva, se dá pela relação bem sucedida interna e externamente de vivências experienciadas pela criança nesse espaço de tempo.

Nesse processo, a opção é marcada por uma continuidade de integrações ou rupturas das mais diversas, o que implica os questionamentos de identidades anteriormente adquiridas ou construídas.

Isso acontece quando há uma crise identitária, na qual o indivíduo se questiona sobre a possibilidade de ruptura e produção ou na continuidade e reprodução na busca de uma identidade para si. Dubar (2005) salienta que esse processo se constrói, desconstrói e se reconstrói sucessivamente pelo resto da vida de cada um, havendo assim, uma rede de “negociações identitárias”, por onde se faz a “identidade social real” da sociedade.

1.2 A IDENTIDADE ATRIBUÍDA

Dubar (2005) denomina “identidade atribuída” como “atos de atribuição” os que visam definir que tipo de homem ou mulher “você é”, ou seja, a “identidade para o outro”. As atribuições da identidade são dadas pelas instituições e pelos agentes que estão em interação direta com os indivíduos, os quais implicam a relação de forças entre os envolvidos e a sua legitimidade.

A formalização coletiva dessa atribuição acontece pela “rotulagem”, isso é, uma modelagem do indivíduo pela imagem que os outros têm dele e pela definição que dão a ele.

O segundo processo acontece quando há a interiorização ativa, a incorporação da “identidade atribuída” pelos outros sobre si. “Ela só pode ser analisada no interior das trajetórias sociais pelas e nas quais os indivíduos constroem identidades para si, que nada mais são que a história que eles se contam sobre o que são” (LAING, 1963, p.57 apud DUBAR, 2005, p.139),

Vê-se nitidamente: esses dois processos não são necessariamente coincidentes. Quando seus resultados diferem, há desacordo entre a identidade ‘virtual’ conferida a uma pessoa e a identidade social ‘real’ que ela mesma se atribui (GOFFMAN, 1963). Disso resultam ‘estratégias identitárias’ destinadas a reduzir a distância entre as duas identidades. Elas podem assumir duas formas: ou a de transações ‘externas’, entre o indivíduo e os outros significativos, visando tentar acomodar a identidade para si à identidade para o outro (transação denominada objetiva), ou a de transações internas ao indivíduo, entre a necessidade de salvaguardar uma parte de suas identificações anteriores (identidades herdadas) e o desejo de construir para si novas identidades no futuro (identidades visadas), com vistas a tentar assimilar a identidade para o outro à identidade para si. Essa transação, denominada subjetiva, constitui um segundo mecanismo central do processo de socialização concebido como produtor de identidades sociais. As estratégias identitárias podem, pois, ser comparadas aos processos de equilíbrio segundo Piaget (DUBAR, 2005, p.140).

Dessa dualidade entre identidade para o outro e a identidade para si, mas também entre “identidade social herdada” e “identidade escolar visada”, origina-se um campo do possível no qual se desenvolvem, já na infância, na adolescência e no decorrer da vida, as “estratégias identitárias”.

A “negociação identitária” constitui um processo comunicativo complexo, irreduzível e uma ‘rotulagem’ de identidades predefinidas com base nas trajetórias de vida individuais. Assim, a trajetória de vida se faz história quando narrada e a essência da identidade está focada na memória. Para isso, é pertinente que vejamos o papel e a função da memória nesse processo identitário.

Nos estudos sobre memória histórica, tem se considerado que a narrativa carrega um sentido político. O passado narrado carrega uma opinião, e uma lembrança é uma perspectiva sobre o vivido e o que deixou de viver, o que ficou no espaço das possibilidades. Sem dúvida, sendo essa a representação de uma forma de participação, a memória histórica ergue-se contra o isolamento, aspira ao encontro com “o outro”. Assim, quando habita o espaço partilhado entre narrador e ouvinte, o passado parece ingressar no campo de inteligibilidade de outros sujeitos, possibilitando algum mecanismo de pertença grupal que não pré-exista ao narrado.

A construção discursiva ou o narrado converte-se em realidade social, no sentido que se apela a uma espécie de “fenomenologia do presente”. Não se deve esquecer que uma vida é vivida quando narrada (BERGER e LUCKMANN, 2001; SCHÜTZ e LUCKMANN, 1973). Nesse sentido, no bojo dessa questão subjaz uma consideração teórico-metodológica que sugere uma visão geral do papel da memória histórica, da idéia de conflito, da formação das subjetividades pessoais e coletivas e acerca das expectativas de reconhecimento social.

A memória representa uma construção histórica coletiva de um indivíduo que demanda e sofre conseqüências do meio em que vive. Toda a memória é fundamentalmente “criação do passado”, ela é ativada visando, de alguma forma, o controle do passado de acordo com o momento vivido no presente. Nesse contexto, há a possibilidade de se trabalhar as memórias como objeto de ressignificação através do relato das histórias de vida de cada um, podendo captar o que acontece na intersecção do individual com o social, assim como permitir que elementos do presente fundem-se a memórias de vivências passadas. Podemos dizer que a vida olhada de forma retrospectiva faculta uma visão total de seu conjunto, e que é o

tempo presente que torna possível uma compreensão mais aprofundada do momento passado.

Dubar (2005) lembra que existem duas formas de alternância em busca da ressignificação do passado que é através do doutrinamento político e a psicoterapia.

Nos dois casos, a implicação dos processos, ou seja, a transformação de identidade, depende da articulação duradoura de um 'aparelho de legitimação' e de uma 'reiteração da biografia passada' em torno de uma estrutura do tipo 'antes eu achava... agora eu sei'. A ruptura biográfica deve ser vivida e legitimada como uma 'separação cognitiva entre trevas e luz', o que supõe que o trabalho 'biográfico' de redefinição dos acontecimentos passados possa se inscrever no âmbito de um 'aparelho de conversação', inserido por sua vez, em uma estrutura legitimante de plausibilidade: a reunião de células ou tratamento psicanalítico pode, por exemplo, responder a tais exigências (DUBAR, 2005, p.124).

Ao focalizar as memórias pessoais, o indivíduo constrói também uma visão mais concreta da dinâmica de funcionamento e das várias etapas da trajetória do grupo social a que pertence. Muitas dessas memórias são chamadas subterrâneas ou marginais, porque correspondem a versões sobre o passado de dominados de uma sociedade, ficando à margem da história oficial. Essas memórias não são geralmente registradas em documentos; fazem parte de registros transmitidos verbalmente de geração em geração através dos tempos.

Segundo Halbwachs (2004), a memória depende também do "contato social". Assim, representa, ao mesmo tempo, a trama da identidade individual e coletiva. Os depoentes conseguem reconstruir o grupo a que pertenceram e uma identidade no momento em que se ativa a memória dos lugares da sociedade nos quais viveram. A memória não pode ser ativada isoladamente e nem mesmo sem apoiar-se no grupo social que compartilhou os fatos ou as experiências lembradas. A memória acaba sendo então uma condição da identidade dos grupos e dos indivíduos.

1.3 A IDENTIDADE VISADA

Dubar (2005) define tal identidade como “atos de pertencimento”, ou seja, os indivíduos que exprimem ‘que tipo de homem ou mulher você quer ser: identidade para si.

A abordagem sociológica desenvolvida aqui faz da articulação entre duas transações a chave do processo de construção das identidades sociais. A transação subjetiva depende, de fato, das relações para com o outro, constitutiva das transações objetivas. A relação entre identidades herdadas, aceita ou recusadas pelos indivíduos, e as identidades visadas, em continuidade às identidades precedentes ou em ruptura com elas, depende dos modos de reconhecimento pelas instituições legítimas e por agentes que estão em relação direta com seus envolvidos. A construção das identidades se realiza, pois na articulação entre os sistemas de ação, que propõem identidades virtuais, e as ‘trajetórias vividas’, no interior das quais se forjam as identidades ‘reais’ às quais os indivíduos aderem. Ela pode ser analisada em termos tanto de continuidade entre identidade herdada e identidade visada como de ruptura implicando conversões subjetivas (DUBAR, 2005, p.140).

Há uma diferença sobre quem o indivíduo é e como ele gostaria que as pessoas o percebessem. O desejo de uma impressão identitária a ser observada num processo de socialização coloca o indivíduo na realidade cotidiana como ator na representação de papéis idealizados para momentos diferentes, de acordo com cada situação.

Goffman (1959) trata dessa relação com muita propriedade, em seu livro “A representação do eu na vida cotidiana”; no qual, segundo o autor, o indivíduo se apresenta diante dos outros, dentro das normas estabelecidas para cada papel a ser representado. Isto é, o indivíduo incorpora valores e posturas condizentes com o que lhe é exigido como padrão em cada circunstância vivida diante de um grupo ou pessoa. Esse movimento ocorre para que esse indivíduo seja reconhecido e aceito pelo grupo ou pessoa para a qual representa.

Poderíamos pensar que esse movimento seria um exercício para uma nova ressignificação de nossa identidade, pois se o indivíduo não se depara com situações diferentes, que necessitam de posturas distintas, como se poderia educar

de fora para dentro? Esse desejo de reconhecimento e admiração pode ser identificado como o desejo por *status* tanto social como econômico.

Entre os acontecimentos mais importantes para a identidade social, a saída do sistema escolar e a confrontação com o mercado de trabalho constituem atualmente um momento essencial da construção de uma identidade autônoma. É claro que o conjunto das escolhas de orientação escolar mais ou menos forçadas ou assumidas representa uma antecipação importante do *status* social futuro. A entrada em uma especialidade disciplinar ou técnica constitui um ato de significativo da identidade virtual. Mas, hoje em dia, é na confrontação com o mercado de trabalho que, certamente, se situa a implicação identitária mais importante dos indivíduos da geração da crise (DUBAR, 2005 p.148).

Esse processo de pertencimento pode se encaminhar para o sucesso ou frustração, pois o acesso à escola e emprego está cada vez mais restrito em conseqüência das mais diversas características da globalização (processo de modernização tecnológica, exigência de níveis escolares avançados, instabilidade, insegurança). A identidade do trabalho é que formulará a projeção de futuro do indivíduo.

De outro lado estão os observadores, os quais participam desse “jogo” de encenações, visualizando o indivíduo-ator à ser aprovado por sua representação ou não. Isso se dá porque, na realidade, não precisa necessariamente ser real, precisa parecer real. Essa dissimulação pode ser percebida em atos falhos sobre o gerenciamento das impressões sobre si, em pistas involuntárias, que são as mais confiáveis, muitas vezes subjetivas.

As conseqüências dessas encenações sim são reais. Podem até ser positivas momentaneamente, mas geralmente trazem conflitos graves de identidade e ressentimentos. Koubi (2004), em uma coletânea de artigos sobre o assunto, discute tal tópico, utilizando como pano de fundo a representação das culturas. Ele esclarece o risco que o indivíduo corre em negar o que se é em nome de como quer ser visto, pois há um vigor dos sentimentos individuais e coletivos envolvidos nesse contexto. A frustração dessa identificação pode se traduzir em fatalismo e resignação, em revolta e resistência ou, às vezes, em violência.

Dubar (2005) aponta o trabalho e o emprego como a legitimidade da identidade visada, pois é a partir dela que o indivíduo passa a ser identificado individual e coletivamente. O autor menciona ainda a oportunidade de o indivíduo aprender a “se vender”, a possuir um discurso sobre si e fazer uso disso em seu favor, na criação de estratégias pessoais e de representação de si.

Nesse momento, as instituições (família, empresa, lideranças locais, mediadores, pares, equipe de trabalho), que acolhem esse indivíduo são de fundamental importância, pois serão eles que formularão a hipótese de investimento no espaço de reconhecimento identitário, pois isso depende da estreita natureza das relações de poder nesse espaço e da posição que nele ocupam o indivíduo e seu grupo de pertencimento. Portanto, o espaço de reconhecimento das identidades é indissociável dos espaços de legitimação dos saberes e competências.

2 A “PROTEÇÃO A TESTEMUNHAS AMEAÇADAS” COMO POLÍTICA PÚBLICA

2.1 O SISTEMA PÚBLICO ESTATAL DE PROTEÇÃO

O Programa de Proteção, Auxílio e Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas surge no Brasil da necessidade de garantir os direitos fundamentais à proteção da vida de vítimas e testemunhas ameaçadas em prol do combate à violência e à impunidade criminal. Neste sentido, o Estado passou a adotar medidas preventivas, com o objetivo de diminuir os efeitos operados pelo crescimento do crime organizado através de políticas públicas de combate à violência e à criminalidade.

Tendo em vista o medo de depor e a certeza de represálias sofridas pelos depoentes, muitas vítimas deixam de prestar seus depoimentos e, conseqüentemente, se desencorajam na busca pela reparação do dano sofrido e no auxílio no desmantelamento do crime organizado na efetivação da justiça. Ademais, as conseqüências do processo de vitimização atingem inclusive familiares das vítimas, que passam a sofrer os mesmos efeitos. Nesse sentido, a Declaração Universal dos Direitos Humanos ampliou o conceito de vítima, incluindo os familiares que têm relação direta com a vítima ou aquelas que vêm sofrendo ameaças por intervir na assistência a vítimas em perigo.

O embasamento legal dessa política pública parte da lei que segue.

Análise da Lei nº 9.807 de 13 de julho de 1999

A referida lei estabelece normas para a organização e manutenção de Programas especiais de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas, determinando que a proteção seja prestada pela União, pelos Estados e pelo Distrito Federal, no âmbito das respectivas competências. Esta lei também dispõe sobre a proteção de acusados e condenados que, voluntariamente, prestem efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.

Para tanto, a lei faculta que os Programas sejam criados e executados pela União, Estados ou Distrito Federal, ou a partir da celebração de convênios com organizações não - governamentais.

A primeira experiência de Programa de Proteção no Brasil se deu no estado de Pernambuco, a partir da iniciativa do Gajop (Gabinete de Assistência Jurídica a Organizações Populares), que buscava a proteção de pessoas vítimas de crimes, as quais não recebiam qualquer auxílio estatal.

O modelo de proteção estabelecido inicialmente, contrariando todas as experiências mundiais, delegou à Sociedade Civil Organizada, ou seja, aos Programas de Proteção a Testemunhas Ameaçadas, organizadas por ONGs, a atribuição de executar uma função precípua do Estado que é prover a segurança pública através da proteção dos cidadãos em situação de risco. Essa iniciativa partiu da sociedade civil organizada, pois a maioria dos casos envolvendo risco de vida para a testemunha eram crimes que envolviam policiais civis e militares. Tal experiência serviu de base à Secretaria Especial de Direitos Humanos para a implantação de Programas de Proteção em outros estados da Federação.

Este modelo de proteção é estabelecido a partir de um convênio do Estado com uma entidade não-governamental, via de regra, vinculada a uma política de Direitos Humanos, depositando determinado valor para que a ONG execute a proteção dos cidadãos. Trata-se de uma terceirização da segurança pública.

O único modelo estatal de proteção foi criado no estado do Rio Grande do Sul, a partir da aprovação do Decreto nº 40.027 de 27 de março de 2000, que deu origem ao Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a Testemunhas Ameaçadas - PROTEGE.

Vinculado à Secretaria da Segurança Pública, o PROTEGE possui um modelo estrutural diferenciado dos demais programas, na medida em que é executado e mantido também com verba estadual, contendo em sua estrutura uma

célula de segurança policial, responsável pela efetiva proteção das vítimas e testemunhas ameaçadas.

Os dois programas são diferentes entre si e, assim, por prudência, devem permanecer pelo tempo necessário ao amadurecimento do Programa Brasileiro de Proteção à Testemunha Ameaçada. Afinal os dois programas funcionam há no máximo seis anos. Seis anos dessa forma de luta democrática contra a “lei do silêncio” e pela superação da impunidade é um tempo muito curto para quem o opera e muito longo para quem dele se beneficia. A diferença institucional dos programas também é uma desigualdade de tempos de um estado democrático de direito que se consolida historicamente e do protagonismo imediato pelo qual a cidadania anseia. Desse modo, a eventual angústia gerada pela diferença entre os modelos PROTEGE e PROVITA's é necessária para suportar o desenvolvimento desses tempos, ensejando uma reflexão sobre essa nova práxis de defesa e de garantia dos direitos humanos.

A contradição entre a necessidade imediata e a necessidade de construção histórica de uma política pública até então inexistente demonstra a criatividade dos programas de proteção como novos instrumentos legais e organizacionais que ajudam na consolidação de uma sociedade mais segura, através da cooperação interinstitucional de organizações oriundas dos três poderes republicanos e, de outro, de instituições da sociedade civil que representam a consciência republicana e democrática comprometida com a Doutrina dos Direitos Humanos na sociedade brasileira. Esse sistema de proteção parece capaz de, com a eficácia já demonstrada, produzir um novo conhecimento policial, social, psicológico, moral e jurídico que caracteriza práticas racionais de defesa da vida de testemunhas ameaçadas que o Conselho Deliberativo, o qual rege essa política pública, resumiu com a expressão “segurança humanizada e humanização segura”. Não se trata de uma opção: “segurança humanizada **ou** humanização segura”. O verdadeiro desafio ético, político e científico é assumir as duas opções ao mesmo tempo.

Os dois modelos de programas de proteção a testemunhas estão reconhecidos e definidos pela Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999:

Art. 1º As medidas de proteção requeridas por vítimas ou por testemunhas de crimes que estejam coagidas ou expostas a grave ameaça em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal serão prestadas pela União, pelos Estados e pelo Distrito Federal, no âmbito das respectivas competências, na forma de programas especiais organizados com base nas disposições desta Lei.

1º A União, os Estados e o Distrito Federal poderão celebrar convênios, acordos, ajustes ou termos de parceria entre si ou com entidades não – governamentais objetivando a realização dos programas.

2º A supervisão e a fiscalização dos convênios, acordos, ajustes e termos de parceria de interesse da União ficarão a cargo do órgão do Ministério da Justiça com atribuições para a execução da política de direitos humanos. (Caderno de Leis do PROTEGE – Legislação Federal)

Independente do modelo de proteção, a rigidez das normas impostas pelo sistema do Programa (normas de segurança) evidencia que as pessoas submetidas a ele sofrem, além das ameaças, uma violação de direitos perpetrada pelo próprio Estado. Essas normas de segurança acabam por impedir, de certa forma, o acesso às redes de atendimentos convencionais, dependendo do risco em que cada caso está envolvido, como a inclusões em rede pública de escolas, programas habitacionais, direitos trabalhistas, o voto, atendimento pela rede de saúde pública, entre outros.

Uma das alternativas estudadas, que é usada na maioria dos países que desenvolvem esse mesmo trabalho, é a troca de identidade no momento da entrada no Programa. Mas as conseqüências dessa atitude ainda tornam essa decisão questionável, pois se tratam do abandono de heranças, pensões, certificados de cursos, sem falar na identidade psicológica e emocional dos envolvidos.

Hoje no Brasil, os Programas de Proteção integraram uma média de 2.265 pessoas protegidas, sendo 870 testemunhas e 1.395 beneficiárias, distribuídas em 123 famílias nos dezessete estados do país. Em 2006, 839 usuários passaram pelos Programas de Proteção, sendo 323 testemunhas e 516 beneficiários. No PROTEGE, em 2006, 34 testemunhas e 52 beneficiários passaram pelo Programa, onde 59% destas prestaram depoimentos. O tempo de permanência dos casos é de uma média nacional de 22 meses e, no Rio Grande do Sul, é de 18 meses. Os resultados desse número de testemunhas protegidas geraram 263 Policiais Militares acusados, julgados e condenados; 262 civis, 44 da Policia Civil e 12 autoridades (Prefeitos,

Deputados, Desembargadores). (Dados fornecidos pelo Tribunal de Contas da União, em avaliação realizada em 2005)

O molde desse Programa foi inspirado no modelo americano do ano de 1970. Junto com o Brasil, que é iniciante nessa função necessária a fim de combater crimes organizados, estão a Alemanha, a Itália, a Inglaterra, a Argentina, o Chile, o México, Canadá, entre outros.

A responsabilidade pela proteção, gerenciada nos Estados Unidos, é realizada pelo U.S. Marshals (agência federal incumbida), vai além das tarefas desempenhadas pelo modelo brasileiro, pois inclui escoltas de presos da justiça federal, resgates de presos e gerenciamento de bens apreendidos de empresas criminosas. Desde 1970, mais de 6 800 testemunhas ingressaram no Programa de Proteção dos Estados Unidos. No âmbito federal é o Ministério Público Federal quem determina o ingresso da testemunha no Programa.

A semelhança do modelo brasileiro ao modelo americano, está nos procedimentos, pois para a testemunha que ingressa no Programa de Proteção normalmente é providenciado o seu resgate da área considerada de risco para outra de maior proteção e a troca de identidade e a de seus familiares. No Brasil temos poucos casos de troca de identidade, sendo quatro deles do PROTEGE. O Programa inclui ainda pagamento de moradia, seguro saúde, treinamento de alguma profissão e busca de emprego, até que a testemunha possa manter-se economicamente por conta própria. Um estudo recente da realidade americana, relatada no V Seminário Brasileiro de Assistência e Proteção a Vítimas e Testemunhas, realizado em Brasília no mês de setembro de 2006, demonstrou que menos de 10% das pessoas que ingressaram no programa de proteção, com antecedentes criminais, deixaram de reincidir entre aqueles que saíram das prisões, pois 99% das testemunhas protegidas nos Estados Unidos são envolvidas nos crimes delatados, prestam depoimentos e sofrem sanções como os demais criminosos e, quando condenados, ficam em alas diferenciadas dos presídios, pois mesmo dentro das prisões sofrem ameaças e precisam de proteção.

2.2 PROGRAMA DE PROTEÇÃO, AUXÍLIO E ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS E TESTEMUNHAS AMEAÇADAS DO RIO GRANDE DO SUL – PROTEGE

A Secretaria da Justiça e Segurança do Rio Grande do Sul dá publicidade ao PROTEGE, apresentando-o a partir de sua definição legal (Lei nº 11.314 de 20/01/1999 – Lei Estadual, Decreto Estadual Nº 40.027 de 27/03/2000, e Lei Federal Nº 9.807 de 13/07/1999). O PROTEGE é uma instituição estatal, com endereço conhecido e formas de acesso franqueadas ao público. Há, no entanto, uma relativa discricção nessa divulgação. A sede ocupa o último andar de um edifício público identificado e conhecido por outra atividade estatal nele desenvolvida e não relacionada com a Secretaria da Segurança Pública. Não há nenhuma identificação na fachada ou no interior do prédio da sede que identifique o PROTEGE. Todas as pessoas interessadas ou recomendadas para ingresso no PROTEGE são apresentadas ao Programa nessa sede, cujo endereço é conhecido por qualquer órgão público e pessoas interessadas.

A Secretaria de Segurança Pública apresenta o PROTEGE em seu sítio na página oficial do governo do Rio Grande do Sul, afirmando que o PROTEGE pretende incitar:

A responsabilização do Estado, através de suas instituições, no fortalecimento da cultura pelos direitos humanos, através de denúncias de violações, independente de que agente a tenha praticado, também visa coibir as situações de coação e de ameaça sobre as testemunhas de crimes, fazendo que deixem de testemunhar, com graves prejuízos para a investigação criminal e o processo penal.

O PROTEGE é uma agência pública que presta um serviço especializado e personalizado à cidadania gaúcha e brasileira. Nesse sentido, foge à regra geral do serviço público que, normalmente, atua sob os princípios da impessoalidade e da publicidade. A Equipe Técnica e o Conselho Deliberativo - CONDEL do PROTEGE agem em função da demanda, atuando caso a caso. Segundo o Manual Operacional do PROTEGE, o seu **objetivo** fundamental é garantir a maior liberdade possível

para que a cidadania gaúcha possa exercer um de seus deveres democráticos, qual seja cooperar para a realização da justiça.

Para tanto, o PROTEGE tem a **missão** específica de defender os direitos humanos na arriscada fronteira entre a garantia mínima e sua máxima violação. No desempenho dessa missão, o serviço público prestado pelo PROTEGE aproxima policiais, técnicos, cidadãos, militantes voluntários e profissionais, testemunhas e familiares, através do planejamento interdisciplinar de ações sociais e humanas que se concretizam de forma solidária entre pessoas e instituições públicas e privadas.

Essa missão é sustentada pela **visão** que projeta uma reinserção/ inserção das testemunhas ameaçadas numa comunidade mais fraterna e humana. Essa visão alimenta cada ação local, o atendimento individual de caso a caso, sem perder o objetivo último da segurança pública no Estado Democrático de Direito: a vigência universal dos Direitos Humanos.

Por isso, é difícil e, ao mesmo tempo, fácil a identificação do PROTEGE com os Direitos Humanos. Os Direitos Humanos das testemunhas estão duplamente violados. De um lado, está a violação do seu direito à integridade física; por outro, a inclusão no sistema de proteção implica a perda de parte significativa da identidade pessoal, da história familiar e cultural. O direito à autonomia também é afetado pela dependência objetiva da testemunha em relação à equipe do PROTEGE. O direito à personalidade é afetado quando, nos casos gravíssimos, ocorre a troca de identidade. No caso do PROTEGE, essa identificação com os Direitos Humanos é dupla: de afirmação e de simultânea negação. Garante o direito para quem já o teve e poderá vir a tê-lo violado brutalmente.

O caráter do PROTEGE tem uma clara vertente policial, outras vertentes são a assistência à equipe jurídica, a assistência social e psicológica e, através do CONDEL, do apoio indireto de entidades governamentais e não-governamentais atuantes na área. Ele zela pelos direitos humanos das testemunhas com interesses razoáveis e explícitos na legislação. O interesse do PROTEGE é oferecido ao cidadão que exerce sua cidadania em colaborar com a justiça, com a maior

segurança possível. Dessa forma, este Programa pode ser considerado como uma iniciativa de prevenção da violência.

Nesse sentido, é prudente considerar, ao mesmo tempo, a evolução recente dos recursos legais e sociais produzidos por novos instrumentos de ação pública – estatal e/ou social – de combate e prevenção à violência, tal como são os Programas de Proteção criados a partir de 1999. Existe um fosso entre a lei e a ordem, entre a vigência legal dos direitos humanos no ordenamento constitucional do país e a vida cotidiana da cidadania. A existência desse fosso deve ser denunciada, sendo imprescindível, no momento, ir além da denúncia, projetando a objetividade possível, sua profundidade e largura. É plausível supor a possibilidade de diminuição dos níveis de violência através dos instrumentos que o Estado e a cidadania brasileira já dispõem. A hipótese de que seja possível diminuir as dimensões deste fosso implica a necessidade de a comunidade acadêmica cooperar com o Estado e a sociedade civil, de modo que se possam construir novos instrumentos técnicos e instituições legais capazes de recuperar a capacidade do Estado e de sua cidadania para imporem a lei e a ordem asseguradoras e defensoras de democracia e da sua justiça contra as violações dos direitos humanos impetradas pelo crime organizado ou não.

Sergio Adorno (2002, p.88) afirma que “a emergência da criminalidade organizada, em particular em torno do tráfico internacional de drogas” implicou tanto a modificação dos “modelos e perfis convencionais da delinquência urbana” quanto a proposição de “problemas novos para o direito penal e para o funcionamento da justiça criminal”. A instituição, implantação e efetivação dos Programas de Proteção à testemunha ameaçada, do ponto de vista do Estado, representam uma solução criativa para o enfrentamento desses novos problemas para a justiça brasileira.

A primeira contradição que se encontra na proteção à testemunha é que ao mesmo tempo em que é um serviço público, ele deve ser feito em sigilo quase que absoluto. Uma segunda contradição é a quebra do princípio da impessoalidade do serviço público. Os agentes estatais do Programa passam a fazer parte da intimidade e da privacidade dos beneficiários de uma forma inimaginável para

qualquer outro servidor público. Os casos que ultrapassam a distinção entre público e privado são corriqueiros no dia-a-dia do programa.

O ingresso no Programa para receber os benefícios do serviço público da proteção depende exclusivamente da livre vontade de uma das partes, no caso, a testemunha que, por analogia da tese analisada, equivale à figura de “contratante” do serviço. A entidade executora, por outro lado, não pode eximir-se de prestar o serviço requerido pela vontade e pela situação fática da testemunha.

O PROTEGE é um serviço público estatal, executado por servidores públicos civis da Secretaria da Segurança Pública e servidores policiais da Brigada Militar. É gerenciado pelo Conselho Deliberativo (CONDEL), cuja composição está definida pelo Decreto N° 40.027/2000, tendo como suporte a Lei N° 9.807/1999. O CONDEL é composto por quatro instituições do poder executivo estatal: Secretaria da Segurança Pública; Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social; Gabinete do Governador e Procuradoria Geral do Estado. Por quatro instituições públicas atuantes na defesa e na garantia dos Direitos Humanos: Poder Judiciário; Defensoria Pública; Ministério Público e Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa. E por duas entidades não-governamentais: a Ordem dos Advogados do Brasil e outra entidade relacionada à defesa e promoção dos Direitos Humanos.

Do ponto de vista operacional do Programa, os Conselheiros atuam na supervisão do atendimento das testemunhas das quais são relatores, conforme são demandados pela Equipe Técnica, contando com a sua intermediação, ou por iniciativa própria, ou seja, o Conselheiro não exerce apenas a representação de sua entidade, é também um agente ativo do Programa, mas pessoalmente assume compromisso moral, técnico-profissional e oferece disponibilidade pessoal de tempo para se dedicar ao Programa. A atuação do Conselheiro é necessariamente voluntária, garantindo sua inserção e absoluta independência em relação à Secretaria da Segurança Pública, órgão ao qual o PROTEGE está subordinado. No entanto, essa atuação é também responsabilidade pública do Conselheiro, pois foi designado para o cargo em decorrência de nomeação pública do Governo do

Estado, por indicação da respectiva entidade. O Conselho e a Equipe Técnica são compostos ou devem ser compostos por militantes dos Direitos Humanos que tenham capacidade de representar suas instituições de origem. Entre os conselheiros e conselheiras, a expressão “militância” é a que melhor descreve a atuação dos integrantes do CONDEL. No caso do PROTEGE, o tempo de dedicação do conselheiro ao Programa é de oito horas semanais.

O PROTEGE insere-se nessa perspectiva na medida em que pretende superar o senso comum da militância tradicional pelos Direitos Humanos, através da construção coletiva de um novo “sentimento de civilidade – em que se fundamenta a idéia mesma de comunidade”, pelo qual se fundara uma “nova ética” chamada de

solidária ou comunitária, fundada, por sua vez, em princípios/vetores inexoráveis, como: 1) de que todos somos responsáveis por todos. 2) de que é preciso pensar globalmente sim, porém, agir localmente; 3) de que só se pode propagar uma idéia (ético – política) vivendo de acordo com ela; 4) de que o processo de concretização e proteção dos direitos humanos e fundamentais é também o objetivo de sua consolidação definitiva; 5) de que os meios de atuação com os direitos humanos e fundamentais sejam tão dignos quanto os fins a que pretende alcançar; 6) de que o que não for feito aqui e agora não cria um outro estado do mundo que é muito mais futuro do que presente (LEAL, 2000, p.196).

A exigência estratégica de sigilo absoluto e a necessidade de a Equipe Técnica “ter formação e capacitação profissional compatível” (Art. 4º§1º) com a função de proteger a vida da testemunha ameaçada tornam-se inviáveis, pois aparentemente não existem cursos de formação em segurança além das academias de polícia.

Recentemente, a partir dos anos 90, algumas ONG’s – das quais o Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP) – assumiram ações propositivas de caráter cooperativo, sem perder a criticidade, com órgãos de segurança pública. Eles estabeleceram compromissos mútuos com agentes estatais do poder judiciário e da política para planejarem e executarem programas públicos e/ou estatais da política de Direitos Humanos.

Em ambos os casos, a política de proteção implementada, seja pelos PROVITA's ou pelo PROTEGE, fundamenta-se na concepção ética republicana da interdependência e cooperação entre Estado e sociedade, entre os três poderes republicanos e a relação solidária entre sociedade civil, poder público, as testemunhas, seus beneficiários, os técnicos e os agentes policiais comprometidos com a militância voluntária e/ou profissional na defesa dos Direitos Humanos, no combate sistemático ao crime organizado e na estruturação de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A estruturação do sistema de proteção à testemunha, nesta perspectiva, é compreendida de forma sistêmica, porque articula sua ação especializada com o processo civilizatório de toda a sociedade que se estabelece de forma dinâmica entre a vida pública e a privada. O sistema de proteção da vida atende aos interesses de quem pretende – nos limites de sua humanidade ameaçada - cumprir com seu compromisso de cidadão de cooperar com a investigação policial, a realização da justiça na defesa da cidadania democrática diante da violação dos direitos humanos interpelada pelo crime.

Os Programas de Proteção visam garantir a vida da testemunha ameaçada, permitindo com essa preservação demonstrar efetivamente para as organizações criminosas e para a cidadania democrática que a sociedade organizada pode quebrar a “lei do silêncio” imposta pela criminalidade. Nesse sentido, os programas de proteção devem ser considerados como serviço público – estatal e/ou privado – de prevenção e repressão à violência.

Esse serviço público se qualifica com a produção científica da corrente teórica da sociologia que entende ser a criminalidade uma forma possível de racionalidade humana. Os criminosos fariam suas opções de violência pela violência a partir de uma determinada escolha racional. (fala de um Conselheiro)

Essa perspectiva, além de considerar que a conduta criminal se guia pelas mesmas pautas de racionalidade, orientam a conduta socialmente legítima. Assim, a decisão de executar um crime dependeria da probabilidade de que este redundasse em benefício superior aos custos e riscos envolvidos, entre os quais o mais significativo seria a possibilidade de ser descoberto e enviado à prisão (AZEVEDO, 2003, p.23).

O CONDEL entende que os Programas de Proteção aumentarão a prevenção da violência na medida em que disseminarem na sociedade o sentimento de que a vida das testemunhas ameaçadas pode ser preservada por um serviço público eficiente senão imune, pelo menos, resistente à corrupção e à infiltração criminosa. A proteção à testemunha pretende ser um argumento razoável para evitar que o desviante opte pelo crime em função da impunidade.

Esses programas afrontam diretamente o fundamento objetivo das crenças populares segundo as quais contra “bandido não dá nada”, de que a “lei do silêncio” é infalível. O Programa de Proteção promove a racionalidade da justiça para derrotar a racionalidade do crime. Os Programas de Proteção na medida em que ampliam sua atuação e mantiverem a vida das testemunhas estarão aumentando os custos e os riscos da prática criminal, porque: (fala de um Conselheiro)

Sabe-se, por exemplo, que a presença de testemunhas e sua efetiva disposição de colaborar é fator decisivo para a elucidação de crimes e conseqüentemente prisão de criminosos. O trabalho investigativo é, portanto, altamente dependente de testemunhas, cuja colaboração varia, evidentemente, conforme o grau de confiança que se tem na polícia (AZEVEDO, 2003, p.22).

O serviço público da proteção à testemunha vive em permanente crise e não pode existir de outra forma. Trata-se da contradição absoluta e permanente entre a racionalidade das forças antidemocráticas do crime que violam os direitos humanos e a força racional do Estado da sociedade que reprime, previne e minimiza os malefícios da criminalidade. Por essa razão, a proteção requer a produção permanente de conhecimento científico. Nesse sentido, a crise provocada pela existência dos dois modelos – estatal e não-estatal – pode ser interpretada como positiva e necessária, pois, segundo Kuhn (1982), o avanço do conhecimento científico necessita dessa tensão permanente entre os paradigmas de ciência. O legislador foi sábio ao legitimar dois paradigmas contraditórios em muitos aspectos, mas ambos necessários para produzir a tensão necessária à produção do conhecimento científico para a prática da proteção à testemunha.

A ingerência no PROTEGE de partidos políticos que, eventualmente, foram sufragados para exercer o governo é assim equilibrada com caráter permanente das funções estatais do Programa. Esse equilíbrio, na sua prática atual, é conquistado pela presença permanente do CONDEL. Entidades de natureza estatal imunes à

influência partidária (Ministério Público, Poder judiciário, Defensoria Pública); entidades da sociedade civil que, mesmo permeáveis à influência político - partidária, são regidas por estatutos próprios; pelos servidores concursados designados para o Programa que, neste momento, é formado por policiais militares cuja organização hierárquica assegura-lhes estabilidade.

Os policiais militares integrantes da Equipe Técnica possuem estabilidade funcional, fazem de sua estada no PROTEGE parte de seu projeto de vida pessoal e familiar com base na sua carreira profissional. Eles denominam as rotinas, conhecem as punições e proteções oriundas do pertencimento à corporação, recebem treinamento e qualificação profissional permanente, estão habilitados para discernir quais são seus compromissos profissionais mesmo em situação inusitadas com ou sem risco de vida. Exatamente numa situação diversa, encontram-se os funcionários nomeados que possuem o treinamento profissional convencional da respectiva formação acadêmica de suas profissões (assistente social, psicólogo, advogado).

Há outra diferenciação entre os Programas, pois os PROVITA's solicitam apoio aos serviços policiais quando se julga necessário. Os policiais são, portanto, designados para os serviços e procedimentos em determinados espaços e tempos específicos. O PROTEGE possui uma "célula de segurança" que compõe a Equipe Técnica durante todo o tempo. São policiais militares treinados em ações de proteção e operações especiais e rigorosamente selecionados pelo comando da Brigada Militar, pela Secretaria da Segurança Pública e pelo CONDEL. Portam armamento e equipamentos adequados para as atividades de missão policial cuja especificação é a proteção à integridade da testemunha e da respectiva família.

No caso do PROTEGE, a desvantagem é que a equipe policial tende a assumir a hegemonia na condução da Equipe Técnica, em razão do peso relevante de suas funções operacionais, de seu treinamento profissional, da própria tradição militar que garante padronização, unidade e a segurança nas ações dos policiais, além da cultura da própria corporação. Há, por assim dizer, uma força inercial tendente a superdimensionar os aspectos da segurança em detrimento dos demais

aspectos psicossociais. Novamente, a prática do dia-a-dia e o convívio das pessoas da Equipe Técnica conscientemente reconhecem esta tendência à “policialização” do Programa, visando a uma ponderação mais equilibrada das forças presentes no PROTEGE.

A presença constante e permanente de policiais no programa estatal, por outro lado, cria como hábito entre os demais técnicos o cuidado com a auto-segurança, com a segurança da equipe e dos próprios policiais da célula de segurança. Uma evidência do crescimento dessa consciência foi a adesão dos técnicos em não participarem mais das escoltas em deslocamentos para os depoimentos quando perceberam, na prática, que os policiais estavam preocupados em protegê-los em caso de atentado, fato que representava maior risco para as testemunhas. Atualmente, se houver necessidade, os técnicos se deslocam de forma separada das testemunhas.

A convivência diária dos policiais com os demais técnicos da equipe, sua presença nos atendimentos técnicos realizados nos “ninhos” produz uma mudança nos hábitos corporativos dos policiais, isso se observa no relato de um policial narrando a importância do convívio intenso com as crianças de uma família protegida em função da grave coação que sofreu por parte de uma quadrilha de policiais que, pelas provas obtidas através do depoimento da testemunha, foi desmantelada. Proteger testemunhas de crimes praticados por quadrilhas de colegas policiais, evidentemente, afeta a honra e o orgulho profissional dos policiais diante de seus companheiros e companheiras de farda, porque fere os brios corporativos presentes nos agrupamentos humanos nos quais se desenvolve identidade tão peculiar.

Nas conversas e nas avaliações dos casos constantemente desenvolvidas entre os Técnicos e os membros do CONDEL, pode-se observar os esforços dos técnicos da equipe para construir um atendimento psicológico mais seguro, um projeto social que contemple a segurança e também uma segurança mais atenta à subjetividade das testemunhas e às suas necessidades sociais. Observa-se um esforço prático que, sem perder a especificidade de cada área, tende a elaborar a

interdisciplinaridade no cotidiano do trabalho. Esse esforço pessoal e coletivo parece ser capaz de manter a capacidade criativa da Equipe Técnica diante do difícil processo técnico e humano de construção de um novo projeto de vida desta testemunha.

2.2.1 O dilema do perfil incompatível e da exclusão

Qual seria a testemunha ideal?

A testemunha perfeita é aquela imparcial, que nunca viu ou não conhece nem o autor nem a vítima, que não tem interesse algum pela vítima, que não tem interesse algum pela causa, que seja pessoas idôneas, capazes, maior, responsável, ciente de seus deveres, e que, numa avaliação psicológica, tenha capacidade de discernir o fato, sem deixar que as emoções tomem conta de sua narrativa e de preferência que tenha presenciado diretamente o ato da execução do crime (PEREIRA, 2003, p.39).

Na experiência do PROTEGE, essa testemunha perfeita ainda não ingressou no Programa. Normalmente as testemunhas que aceitam ingressar nele possuem uma trajetória de vida e um processo de socialização que estão mais para a imperfeição do que para a perfeição, segundo a citação acima. Em todo caso, independente das condições objetivas e subjetivas da pessoa protegida e do valor probante de seu depoimento, todas as testemunhas atendidas pelo PROTEGE estão vivendo sob condições melhores do que as de origem. A partir dessa compreensão, é plausível admitir que, de início, todas as testemunhas, de algum modo, apresentam um perfil psicológico e comportamental incompatível com a normalidade da vida nas condições de razoável a péssima, de acordo com a realidade do povo brasileiro marginalizado.

Um problema complexo e recorrente nos Programas de Proteção são a definição e as exigências acerca do perfil da testemunha compatível com as normas do Programa. Esse problema foi conscientemente assumido pela própria definição legal: “Estão excluídos da proteção os indivíduos cuja personalidade ou conduta seja

incompatível com as restrições de comportamento exigidos pelo programa” (Art.2º).
Da mesma forma, esta é uma das razões para a exclusão do Programa:

Art.10. A exclusão da pessoa protegida de programa de proteção às vítimas e às testemunhas poderá ocorrer a qualquer tempo:

- I – por solicitação do próprio interessado;
- II – por decisão do conselho deliberativo, em consequência de:
 - a) Cessação dos movimentos que ensejaram a proteção;
 - b) Conduta incompatível do protegido (Caderno de Leis do PROTEGE).

No caso da inclusão, é a própria pessoa ameaçada que decide se possui ou não uma conduta compatível com as prescrições e restrições que o Programa impõe aos seus beneficiários e protegidos de forma individual e caso a caso. A célula de segurança investiga a vida pregressa da testemunha, a efetividade da ameaça e elabora um relatório de inteligência policial acerca do possível perfil do candidato à inclusão. Esse procedimento deve ser aperfeiçoado, porque é óbvio o interesse e a eventual facilidade de o crime organizado infiltrar informantes como beneficiários no Programa.

Cada ingresso de testemunha precisa ser investigado de forma rotineira, sistemática e profunda para preservar a segurança das demais testemunhas já protegidas e da própria Equipe Técnica. Portanto, no caso de inclusão, existem meios objetivos para definir o que é incompatível: a relativa liberdade de consciência do próprio candidato à proteção, a relativa consciência crítica possível produzida pela informação e contra-informação da inteligência policial, os laudos técnicos produzidos pelos outros especialistas da Equipe Técnica, o parecer do Ministério Público e também a experiência acumulada pelo CONDEL. A reunião desses dados, quando bem combinados e bem avaliados, define com relativa segurança o perfil compatível ou não com o Programa.

O problema teórico e prático mais relevante nesse tópico acontece quando o CONDEL precisa decidir pela exclusão ou manutenção de uma pessoa protegida com base no argumento técnico de que ela não apresenta conduta compatível com a segurança do Programa. O argumento é objetivado com relatórios que apresentam evidências, indícios, suspeitas e avaliações que justifiquem sua exclusão ou a

permanência. A decisão do CONDEL é de natureza subjetiva, mesmo que baseada naqueles relatórios e pareceres. Trata-se da produção do convencimento da consciência de cada conselheiro. Essa decisão subjetiva imediatamente produzirá duas conseqüências, que são a exclusão da pessoa protegida, o que implica o aumento objetivo e real do seu risco de vida, e a manutenção da pessoa protegida sobre a qual pesa a acusação de conduta incompatível implica aumento objetivo do risco de vida das testemunhas e, principalmente, na exposição dos profissionais.

Um outro problema desse mesmo tipo já foi apontado em depoimento registrado em um seminário interno do PROTEGE:

Sobre as questões contraditórias entre laudos técnicos, é necessário que cada técnico expresse por escrito seu parecer ou seu laudo técnico quando entender necessário. Havendo divergências entre laudos, a coordenação – em diálogo quando possível com a equipe – toma a decisão. A coordenação procura trabalhar com o estabelecimento de consensos. Em alguns casos a Segurança deve ou não ter poder de veto? Até que ponto prevalecerão as medidas de reinserção social? A coordenação deve hierarquizar mediante as necessidades de cada caso (Fala de um Conselheiro).

Esse é um debate jurídico delicado. A segurança implica restrições de direito fundamental. A construção de um projeto de vida, a inserção ou reinserção social também implica determinadas intervenções do Estado na vida privada. De algum modo, a ameaça contra a vida da testemunha produziu de fato uma violação de direitos que justificam algumas restrições de direito por parte do Programa no resguardo do direito absoluto à vida da testemunha que não é absoluto pelo direito constitucional, mas é absoluto pela natureza, pelo mundo da vida. A contradição ética consiste na possibilidade prática de restringir direito para garantir direito:

Os direitos fundamentais, embora detentores da característica da imprescritibilidade, não são direitos absolutos, pois no ordenamento jurídico, como sistema que é, todas as posições jurídicas são limitadas, por se encontrarem em relação próxima entre si e com outros bens constitucionalmente protegidos (SCHÄFFER, 2001, p.62).

Assim é necessário assumir que haja algum

controle da restringibilidade admitida pela Constituição, uma vez que a intervenção restritiva do legislador somente se justifica quando houver

confronto de, pelo menos, um valor constitucional e de um direito fundamental, decorrendo a exigência limitativa deste, o que somente poderá ser efetuado no caso concreto (SCHÄFFER, 2001, p.63).

Para enfrentar esse dilema ético para o qual não existe uma solução ideal imune a erros de extrema gravidade, o CONDEL do PROTEGE adota, atualmente, as seguintes medidas:

- A) O comportamento da testemunha é considerado incompatível exclusivamente em relação à segurança de sua própria pessoa e das demais atendidas e atendentes do Programa. Outras formas consideradas pelo senso comum da sociedade como incompatibilidade comportamental não são consideradas pelo Programa: estrutura moral familiar, expressão religiosa; orientação sexual, trabalho ou ganho não-formal, formas de fidelidade familiar e conjugal, opção política, tradição cultural, etc.
- B) O indicativo de exclusão é acompanhado dos pareceres técnicos dos diversos integrantes da Equipe Técnica: segurança, social, psicológico e jurídico. Os pareceres podem e devem apresentar divergências e/ou convergências do ponto de vista de cada especialidade técnica em relação ao alegado perfil incompatível da testemunha em relação à segurança;
- C) O Conselheiro relator do caso referenda ou não o indicativo de exclusão;
- D) Se o indicativo for admitido pelo CONDEL, é designado – pela ordem da lista de instituições – um(a) conselheiro(a) para fazer a defesa da permanência da testemunha no Programa e, portanto, é encarregado (a) de demonstrar a improcedência dos pareceres técnicos favoráveis à exclusão. Para tanto o defensor terá amplo acesso ao processo, à testemunha, aos técnicos se assim convier à defesa;

- E) Uma reunião do CONDEL, convocada para tal fim, é realizada. Ouvida a indicação de exclusão e, posteriormente, a defesa da permanência, os conselheiros votam e, se quiserem, justificam seu voto.

O PROTEGE estabeleceu uma sistemática para desempenhar sua atribuição legal de excluir testemunhas do Programa (Lei N° 9.807, art. 6°§ I). Por analogia ao direito à ampla defesa, entendeu o CONDEL sobre a qual a Equipe Técnica sustenta a exclusão. Nas atividades cotidianas da Equipe e do CONDEL, esse pedido geralmente vem fundamentado no artigo 2° § 2° que diz que a subjetiva e controvertida “personalidade ou conduta” incompatível “com as restrições de comportamento exigidas pelo programa”, portanto, o CONDEL criou o hábito institucional de garantir a ampla manifestação e defesa da proposta contrária ao processo de exclusão. Ou seja, o conselheiro encarregado da defesa propugna pela manutenção da testemunha no Programa, contra o parecer da Equipe Técnica, estabelecendo uma contradição. Desse contraditório, espera-se que o Conselho pondere pela solução razoável.

Excluídos do programa, a lei não permite que as seguintes pessoas sejam beneficiárias das medidas protetivas:

- a) Condenados que estejam cumprindo pena;
 - b) Indicados ou acusados presos cautelarmente;
 - c) Indivíduos com conduta incompatível com as normas do programa.
- (Caderno de leis do PROTEGE)

Os agentes públicos e privados que promovem uma defesa dos direitos humanos e a simultânea repressão democrática ao crime organizado, no âmbito da competência e das ações do PROTEGE, estão interagindo entre si e se capacitando através da reflexão dialógica e cotidiana sobre cada caso concreto. Cada testemunha constrói uma trajetória institucional com a Equipe Técnica, conselheiro relator e a rede que é constantemente tencionada a buscar novas soluções e a repetir de forma mais aperfeiçoada as soluções já encontradas. O aprendizado é construído caso a caso, marcado pelo ritmo formal das reuniões ordinárias semanais do Conselho Deliberativo.

A Equipe Técnica, ou setores dela, e a célula de segurança reúnem-se cotidianamente em função dos casos e dos atendimentos. As ações cotidianas e anônimas dos integrantes da Equipe Técnica normalmente exploram as funções rotineiras pelos manuais tradicionais das profissões envolvidas. O combate à impunidade pela promoção da segurança física e psíquica das pessoas ameaçadas em função do exercício legítimo de seus deveres de cidadania implica cooperação interdisciplinar ao mesmo tempo solidária e tensa, pois cada profissional tem a obrigação de se esforçar para fazer valer o ponto de vista de seu conhecimento, considerando as demandas dos demais profissionais. São exemplos cotidianos desse embate: a assistente social tenta convencer o policial para que aceite diminuir a exigência de segurança em função de uma possibilidade de emprego formal para a testemunha. O policial tenta convencer a assistente social de que a testemunha não deve fazer um curso de artesanato porque esse tipo de atividade pode estimular relações com o mercado informal cuja maior dificuldade é monitorar os contatos da testemunha. O psicólogo insiste em preservar a privacidade da testemunha e se recusa a ler e a interpretar uma carta que a testemunha escreve para uma pessoa amada, sobre qual a segurança suspeita haver envolvimento com pequenos delitos, mas a psicóloga assegura ser uma figura afetiva importante para a estabilidade emocional da testemunha. O operador de rede discorda do policial, pois a indicação mais segura para o pouso definitivo da testemunha não coincide com as necessidades de educação dos filhos da testemunha.

O que fazer quando o levantamento policial indica que o lugar de moradia mais seguro para uma testemunha de origem e vivência camponesa é residir num apartamento de um grande centro urbano, mas o psicólogo lembra que tal forma de residir será, de fato, uma prisão para as condições psicológicas dessa família? Ou quando se dá o contrário? É no enfrentamento diário de impasses dessa natureza e no seu acompanhamento ao longo de dois ou quatro anos que se constrói o conhecimento interdisciplinar necessário e o atual estágio de desenvolvimento do PROTEGE.

Para atender a demanda pelo serviço de proteção, a Equipe Técnica conta com poucos recursos orçamentários. O relatório de Tribunal de Contas da União

(TCU) indica que em 2003 o PROTEGE movimentou R\$ 517.344,00, sem considerar as despesas de pessoal e investimentos em equipamento que constituem a maior despesa pública com o Programa. Em relação ao conjunto de 17 programas estaduais, o PROTEGE está na 10ª colocação em termos de valor orçamentário, sendo o primeiro colocado em número de testemunhas atendidas (67 atendimentos em 2004). Essa comparação é apenas indicativa de futuros indicadores de desempenho entre os sistemas de proteção executados diretamente pelo Estado e mediante convênio. Na definição desses indicadores, será necessário contemplar outras variáveis, algumas relativamente simples para construir: tempo médio de permanência da testemunha no Programa, valor médio da bolsa auxílio, número médio de beneficiários por testemunha, nível sócio-econômico das testemunhas. Outras bem mais complexas: a participação/contribuição de voluntários presentes na rede de protetores, a estrutura criminosa desmantelada em função do testemunho, a complexidade da proteção decorrente da eficácia da organização criminosa.

O PROTEGE oferece um serviço público de impossível mensuração objetiva. Esse Programa, além de combater a criminalidade através do incentivo público à produção da prova pelo sistema público de promoção da justiça, também combate a cultura da violência pela possibilidade de fornecer os valores subjetivos da construção da assim chamada cultura da paz através:

a) da segurança legal propiciada pelo Poder Judiciário à reorganização do projeto de vida da testemunha, especialmente nos casos em que há necessidade da troca de identidade;

b) da intermediação da Equipe Técnica que viabiliza aos beneficiários atendimentos por políticas sociais estatais e privadas (educação, saúde, moradia, qualificação profissional, emprego, higiene pessoal, convívio pessoal, convívio familiar e comunitário, etc). Nesse sentido, a Equipe Técnica orienta seus usuários não apenas sobre seus direitos sociais, mas como cada pessoa pode assegurá-los para si e sua família;

c) do sentimento de inserção significativa da testemunha numa sociedade que se tornou mais justa e democrática por sua colaboração pessoal, permitindo que os instrumentos legais fossem acionados para reprimir o crime e punir os criminosos;

d) do sentimento de empoderamento cidadão que experimenta a testemunha. É preciso reconhecer o valor subjetivo que representa o ato de testemunhas sob ameaça. Se a prática cotidiana do PROTEGE evidencia o espírito oportunista de determinadas testemunhas, também revela em outras o genuíno heroísmo popular;

e) da disseminação do sentimento de que a segurança pública é um serviço acessível e qualificado, mesmo quando a testemunha esteja ameaçada pelo crime organizado e infiltrado nas estruturas judiciais, políticas e policiais. O PROTEGE oferece à sociedade gaúcha um programa de Estado, democrático, racional e eficaz para a demonstração pedagógica do senso comum popular que estimula a impunidade através de mistificações ainda socialmente reconhecidas como verdade: *“só ladrão de galinha vai para a cadeia”, “quem denuncia traficante vai para a cadeia”, “polícia não prende polícia”, “quem denuncia traficante acaba morto”, “dedo-duro não é gente boa”, “direitos humanos só defendem bandidos”*.

O serviço especializado de proteção oferece um atendimento inovador à cidadania brasileira violentada pela antidemocracia da criminalidade que atenta – de forma sistemática e permanente – contra direitos humanos.

2.3 O PROVITA: A ALTERNATIVA NÃO-ESTATAL À PROTEÇÃO

O modelo não-estatal, representado pelos PROVITA's que não são objeto dessa pesquisa, baseia-se na transferência específica de uma das funções da segurança pública inerente à prestação do serviço de Proteção à Testemunha Ameaçada. A operação da segurança pública é monopólio estatal, mas é possível e necessária a participação da iniciativa privada (empresas de transporte de valores,

empresas de segurança privada, entidades de defesa dos Direitos Humanos, associações comunitárias, entre outras). No caso dos PROVITA's, o Estado transfere a execução da proteção para uma entidade privada de defesa dos Direitos Humanos mediante convênio de natureza pública e, ao mesmo tempo, reservada. A entidade conveniada pelo Estado não exercerá funções típicas da força policial, pois quando for necessário, contará com a colaboração da força policial.

A entidade civil executora do Programa precisa demonstrar adequada formação, capacidade profissional de seus integrantes para atender às exigências estabelecidas pela Lei nº 9.807 de 13/07/1999. Ressalta-se que, pelo convênio específico, as tarefas especificamente policiais da proteção permanente são intransferíveis, porque aos PROVITA's está vedada a função estritamente policial que permanece sendo monopólio estatal. Pela autoridade que recebeu do Estado, mediante o convênio, a Equipe Técnica do PROVITA representa o Estado diante da testemunha, portanto a ONG que aderiu ao convênio por sua livre iniciativa deve prestar um determinado serviço público com a mesma qualidade e competência que teria se fosse ofertado por ente estatal.

Obviamente, a ONG executora do PROVITA exerce clara atividade estatal, caso contrário não poderia coagir a testemunha para que adote determinados comportamentos visando preservar sua vida. O poder coercitivo que a ONG exerce sobre a testemunha é um poder de natureza exclusivamente estatal, não é um poder que compete à sociedade civil. A relação entre a Equipe Técnica da ONG e a testemunha é claramente assimétrica, por isso a necessidade da intervenção do Conselho Deliberativo que, em suas deliberações, pretende equilibrar essa assimetria em favor da testemunha protegida. Essa assimetria – incompatível com as liberdades plenas dos civis – é necessária, breve e emergencial diante do dever de preservação do direito à vida da testemunha grave e efetivamente ameaçada. Por tal razão, a lei concede que a testemunha possa desligar-se por livre vontade do programa, mas a Equipe Técnica não decide pela exclusão da testemunha pela óbvia razão de que tal procedimento implica sempre expor a testemunha ao agravante do risco de vida. A ONG que executa o Programa pode e deve exercer um poder coercitivo tipicamente estatal. Sem exercer um poder coercitivo, a entidade

não tem condições objetivas de atender suas obrigações conveniadas e, portanto, não pode gerenciar as atividades do PROVITA por incapacidade profissional e técnica de prestar o serviço público da proteção com a necessária eficácia.

O debate entre dois modelos vem sendo pauta nos encontros nacionais, registrado na Carta de Florianópolis, Carta de Vitória, Carta de Belém e Carta de Fortaleza (Anexo N. I). Apesar da profunda contradição entre os dois modelos, a cooperação objetiva e o debate teórico entre eles avançaram significativamente nos três últimos anos. É consenso no sistema que os dois modelos possuem algo como “vantagens competitivas”. O Programa estatal formado por servidores públicos civis e policiais está aperfeiçoando, sistematizando e conseguindo reduzir um padrão de atendimento técnico da testemunha em seus aspectos biopsicossociais e de segurança, diminuindo as instabilidades decorrentes das transições entre governantes eleitos. O Programa estatal está diminuindo as influências do programa governamental. Os Programas não-estatais, por sua vez, vêm assegurando a vida das testemunhas ameaçadas por policiais e, crescentemente, consolidam relações técnicas mais sólidas e confiáveis com as estruturas institucionais, as rotinas e os servidores da Polícia. Uma possível síntese desse debate está na ata de um dos seminários de formação do PROTEGE. O pensamento de um conselheiro foi assim sistematizado:

Insiste na diferenciação entre formato e modelo, uma discussão já antiga no Programa. Há um modelo brasileiro que comporta diferentes formatos como os Provita's e o Protege. Essa diferença é paradigmática, mas é também necessário construirmos uma base teórica para o serviço público da proteção a partir dos binômios: segurança humanizada e humanização segura. Assim entende que há uma perspectiva sistêmica a ser desenvolvida pela relação entre a perspectiva, ao mesmo tempo, dialética do programa (segurança/vida) e autopoietica (segurança/vida/como construção permanente do conhecimento acerca dessa relação). Entende que falta essa base teórica, por exemplo, o conceito de rede. A formação da rede é um aspecto problemático do programa. Considera pontos frágeis do programa a situação do protetor e o trato com a rede. São pontos expostos pela complexidade, pois com a retirada da testemunha, não se pode impedir que ela traga ou leve consigo essas relações que estabeleceu. Afirma que estruturas criminosas mais organizadas e estratégicas ainda não foram atingidas, mas que o programa precisa preparar-se para tal (fala de Conselheiro do PROTEGE).

Como oferecer e assegurar garantias de vida para as testemunhas ameaçadas tendo como fundamento os recursos limitados de uma entidade civil? E garanti-la diante do poder público cujas forças políticas foram diagnosticadas como “inseguras” ou “infiltradas”?

Essas verdades contraditórias e não resolvidas pelo sistema de proteção foram registradas em auditoria do Tribunal de Contas da União no sistema nacional:

- a) O Parecer do TCU é favorável à integração da Polícia na Equipe Técnica. Os auditores apontam a necessidade de sanar uma deficiência do sistema “no tocante aos seus procedimentos de segurança”. Com exceção do PROTEGE e do PROVITA/AM, os auditores constataram que “não há uma equipe de policiais destacada especialmente para a realização dos serviços de proteção e escolta”. A experiência do PROTEGE integrou a célula de segurança interdisciplinarmente à Equipe Técnica para planejamento, execução e avaliação do atendimento prestado às testemunhas. Os policiais são especialistas de uma equipe composta por especialista na área jurídica e nas áreas psicossociais. No PROTEGE, os policiais planejam e avaliam com toda a Equipe o trabalho que só eles podem executar: as operações policiais para interagir, acompanhar, levantar, vigiar, resgatar, deslocar e escoltar. O policial integrado ao PROTEGE exerce suas obrigações e usufrui seus privilégios profissionais para cumprir sua missão: defender a vida da testemunha, inclusive, se necessário, arriscar sua própria vida. Para tanto está em permanente processo de capacitação, armado e equipado conforme as múltiplas exigências desta missão. No diálogo entre policiais do PROTEGE e policiais do Programa similar da Real Polícia Montada, constatou-se a necessidade e as vantagens de essa formação e esse treinamento ocorrerem em cooperação entre esses policiais especializados de diferentes países. Chamou-me a atenção o fato de as práticas policiais do PROTEGE serem desconhecidas dos policiais canadenses que demonstraram interesse em conhecê-las e vice-versa. Essa cooperação internacional envolvendo diretamente os agentes

policiais e civis da Equipe Técnica é necessária em razão de o crime estar globalizado e os policiais que o combatem estarem focados em uma atuação local, regional, no máximo, continental.

- b) O Parecer do TCU também é desfavorável à integração da Polícia na Equipe Técnica. Os auditores apontam claramente para a necessidade de os Programas se resguardarem da corrupção e da criminalidade praticada por policiais. O parecer destaca uma informação do próprio sistema protetivo: “37% dos atuais causadores pertencem às forças policiais, é forçoso considerar-se a possibilidade de envolvimento nos crimes investigados de policiais designados para dar proteção às testemunhas”. A partir da constatação da Auditoria, pode-se inferir o risco que correm as testemunhas e os técnicos contratados pela ONG executora. Também parece necessário admitir que um policial corrupto envolvido numa dessas operações facilmente identificará a Equipe Técnica. O problema nesse caso é o controle da designação de policiais para as demandas do Programa. Há notícias sobre acordos informais entre PROVITA's e Secretaria de Segurança que designam preferencialmente policiais de confiança do PROVITA. Esses procedimentos minoram o risco da testemunha, mas acentuam o risco para os policiais que podem ser identificados com o Programa de Proteção, agravado pelo fato de esses policiais atuarem nas funções rotineiras do policiamento. Outro risco vidente é a formação de um hábito institucional pelo qual a Equipe Técnica passa a resistir à solicitação de apoio policial. É forçoso admitir que a Equipe Técnica tende a recorrer à força policial em último caso. Nesse caso, a polícia é acionada por pessoas não habilitadas para projetar a necessidade da proteção e nem sabe avaliar o risco e a conveniência da proteção, caracterizando outro fator de grave risco tanto a testemunha quanto para os técnicos envolvidos na operação.

Há vantagens e desvantagens distintas nos dois modelos. Destaca-se que, no modelo PROVITA, o serviço policial não é especializado. São policiais para atuar

em atividades convencionais de polícia, não havendo garantia de que a equipe seja sempre a mesma, aumentando assim as oportunidades de vazamento de informações sobre procedimentos de segurança do Programa, sobre quem são as pessoas protegidas, etc.

3 PROTEGE: MEMÓRIAS E IDENTIDADES DOS SEUS USUÁRIOS

Procurei buscar explorar as diversidades que o Programa dispunha, por isso optei por entrevistar casos de diferentes motivações: uma testemunha, um casal de réus colaboradores e uma vítima.

O primeiro caso trata-se de uma testemunha que presenciou um assassinato enquanto trabalhava em um ponto de prostituição. Esse fato fez com que ela reconhecesse os assassinos e, por isso, colocou sua vida e a vida de seus filhos em risco, pois os assassinos sabiam de sua presença no local do crime, como também seu endereço de residência. Sua atitude de denúncia fez com que os acusados fossem julgados e condenados pelo crime cometido.

Nesse caso o que chama a atenção é o fato dessa testemunha nunca ter solicitado nenhum tipo de contato com nenhum integrante de sua família, sugerindo sentir-se aliviada em ser tirada de sua “vida normal”, com total desvinculação com seu meio e familiares, onde seu passado lhe faz recordar coisas de que gostaria de esquecer, “a vida entre parênteses”. Nesse sentido, lhe trás um alívio diante o peso de seu passado.

O segundo caso faz parte de um esquema do crime organizado de estelionato, portanto testemunhas e réus colaboradores em julgamento. Um jovem casal, com aparente situação estável financeira e com muitos planos futuros, é acusado de participação nos esquemas da organização criminal.

Entrevistei os dois separadamente para colher as particularidades de cada um, assim as distintas biografias de ambos se cruzam em certo momento de suas vidas, quando as vivências ilícitas acontecem.

Há um grande sofrimento em relação à desvinculação com os familiares, principalmente com a gestação de uma criança, gerada no PROTEGE. O Programa acaba por representar uma punição para ambos, “vida entre parênteses”, agravada pela espera da sentença que será dada pelos crimes que cometeram.

Já o terceiro caso se trata de uma mulher que vê seu esposo entrar para a criminalidade, realizando assaltos a bancos. Pelos crimes foi condenado e preso e ela continua visitando-o na prisão com seu filho em comum. Quando resolve deixá-lo e encontra outra pessoa para compartilhar sua vida, de cujo relacionamento nasce seu segundo filho, seu ex-esposo entra em liberdade condicional e assassina seu atual companheiro na sua presença, tornando-a vítima da situação, “a vida entre parênteses”, pois seu ex-esposo está foragido; e ela, reclusa em um Programa de Proteção.

Esse é um fato comum nas regras das prisões: o “marido traído” se não “lavar a honra” quando tem a oportunidade, se voltar à prisão é morto pelos companheiros de cela.

Em todos os casos busquei compreender o processo de desenvolvimento da construção identitária de cada entrevistado, pois cada um apresenta suas particularidades, sua visão de mundo e de si. Foi como montar um quebra-cabeças. Partindo das narrativas das memórias, pude perceber as lembranças significativas de cada um, nos momentos que essas lembranças foram fundamentais para fortalecer suas crenças sobre os outros e sobre si mesmos.

Durante as entrevistas sempre procurei deixar a palavra em aberto para que pudessem expor suas dúvidas, questionamentos, desabafos, choros, risos e silêncios. Acredito que por já haver um vínculo de confiança formado entre mim e eles, pude ter liberdade em questionar coisas que outro entrevistador não conseguiria pela tamanha vulnerabilidade a que estas pessoas são expostas.

Como já descrito, as testemunhas têm um tempo legal para permanecerem no Programa (dois anos), prorrogável para mais dois, caso o risco ainda esteja presente, ou quando cessarem-se os motivos que as levaram a tal proteção. No primeiro caso, essa testemunha já foi desligada do Programa, mas em relação aos outros dois não; o segundo devido a seu alto risco e por estarem aguardando sentença de seus processos, e o terceiro caso, devido o autor do crime ainda estar foragido.

Nos casos escolhidos para esse estudo, as semelhanças encontram-se na infância, quando os referenciais assimilados fazem parte de seus ressentimentos. Foi nessa etapa de vida que a “verdade” lhes foi passada pelos seus “cuidadores”, foi quando semearam mais profundamente as crenças sobre os outros e sobre si mesmos na construção das identidades que cada um carrega até os dias atuais.

3.1 VIVÊNCIAS E MEMÓRIAS: UMA ANÁLISE DOS CASOS

CASO I

A chegada

A testemunha ingressou no PROTEGE encaminhada pela Delegacia de Polícia Civil local, por ter sido a única testemunha ocular de assassinato, sendo que o autor do crime reside próximo à sua residência e sabe de sua presença no local do crime (Anexo N. II).

A testemunha, com seus 30 anos, chegou ao PROTEGE no dia 20 de maio de 2005 com seus três filhos: “I”, com 10 anos, “G”, com 4 anos, e “J”, com 2 anos de idade. Ingressaram por sofrerem risco de morte caso ficassem expostos no local conhecido por seus algozes. Não presenciei o ato de inclusão desse caso, mas fui referência para ele no decorrer de seu desenvolvimento.

Dias antes do desligamento desse caso, tendo decorrido o tempo legal de permanência do caso no PROTEGE (dois anos), solicitei a permissão dessa testemunha para que colaborasse com meu estudo e me concedesse uma entrevista semi-estruturada para minha investigação. Ela, ao ler o roteiro dessa entrevista, concordou e agendamos a data para efetuar-la.

A testemunha me pareceu tranqüila e acessível. Preparamos o ambiente e a deixei à vontade para tirar suas dúvidas e fazer alguns comentários que achasse necessário.

Dando início a entrevista, a testemunha escolhe um nome para que eu a chame sem identificá-la. Escolhe o nome de uma amiga representativa para ela, *“alguém que teve mais sorte do que eu. Encontrou alguém que lhe tirou da rua e lhe deu condições boas de viver. Patrícia era o nome dela”*, diz a entrevistada.

A infância

Então, Patrícia, hoje com 33 anos de idade, relembra suas histórias vividas na infância com seus três irmãos, sendo dois meninos mais velhos que ela, e uma menina mais nova, juntamente com seus pais. Relata uma infância muito humilde e conturbada. Havia muitos conflitos entre sua mãe e seus irmãos mais velhos, assim como entre sua mãe (dona de casa) e seu pai (militar), que possuíam vinte anos de diferença na idade. Ela relata situações de violência doméstica e drogadição. Patrícia demonstra afetividade pelo pai e certo desprezo pela mãe, colocando em dúvida sua própria filiação materna. Pelos seus irmãos nutre um misto de raiva e amor, sendo que dois deles, hoje, encontram-se presos; e sua irmã mais nova, exercendo a prostituição.

Nessa época, faz referência a sua casa como sendo de madeira, velha e feia. Seu espaço na casa se resumia ao seu quarto e sua rotina era entre sua casa e a escola, e seu sentimento era de vergonha, tanto pelos conflitos familiares e como pela precariedade de sua casa. Em seus relatos, coloca-se como uma criança muito retraída e quando tentava aproximação com algum colega, era isolada, pois, segundo os pais dessas crianças, ela não era companhia para seus filhos.

Momentos tristes da infância

Patrícia relata isso com expressões de tristeza, pois refere-se a imagem que ela tinha de si, representa sua “identidade atribuída” pelo meio em que ela vivia. Essa era a verdade dela. Segundo Dubar (2005), a memória representa uma construção histórica coletiva de um indivíduo que demanda e sofre conseqüências do meio em que vive. De forma subjetiva, Patrícia assimilou essa identidade como conseqüência do meio em que vivia. Era a forma como o seu meio a fazia se perceber.

Sempre tive vontade de tentar encontrar alguém de sua família para tentar compreender melhor sua história, história essa, conhecida apenas pelas narrativas de si, não por outra pessoa, mas essa não era minha função de assistente social, nem como pesquisadora e, pela legislação que rege o PROTEGE, isso só é possível se essa for a vontade da testemunha, e Patrícia, em nenhum momento de sua permanência no PROTEGE, solicitou o contato com ninguém. Ela apresenta um discurso confuso e superficial, expressa sentimentos de tristeza e alegria numa intensidade teatralizada.

Momentos felizes da infância

Os momentos felizes que ela relata de sua infância são, relacionados aos momentos em que seu pai a levava para um clube aquático, freqüentado por militares associados e seus familiares, onde passava o dia brincando e divertindo-se. Segundo ela: “*era uma felicidade camuflada*”, mas conta que se sentia bem nesse lugar, o qual representava para ela um ambiente idealizado, alegre e de confraternização, onde ela teatralizava sua “identidade visada”. Há uma diferença sobre quem o indivíduo é e como ele gostaria que as pessoas o percebessem. O desejo de uma impressão identitária a ser observada num processo de socialização coloca o indivíduo na realidade cotidiana como ator na representação de papéis idealizados para momentos diferentes, de acordo com a necessidade para cada situação.

Mas ao chegar à sua casa, percebia que sua vida não havia mudado: *“todos progrediam, menos a minha família”*. Então voltava a sua rotina, de casa para a escola e da escola para casa.

A adolescência

Na sua adolescência a situação piorou, seguindo relatos de perdas das amizades que tinha, como consequência do mau comportamento de seus irmãos, que iniciavam uma vida ilegal no crime e na drogadição: *“todos os respeitavam, tinham medo dos meus irmãos e eu sofria com os julgamentos”*. Patrícia chegou à conclusão que *“ter amigos é uma perda de tempo”*, configurando inconscientemente sua significação sobre amizade em sua “identidade herdada”. Para Dubar (2005), a identidade herdada pode ser aceita ou não, pois tendo em vista que a construção da identidade acontece por meio de várias socializações, existirá um momento em que algumas questões de ordem moral e/ou social estarão em contradição. Nesse momento surge o que ele denomina de “estratégias identitárias”, que nada mais são que a tentativas do indivíduo aproximar a identidade interna à externa.

Momentos tristes da adolescência:

Patrícia, aos dezessete anos, iniciou um namoro, contrariando a vontade de seus pais, com um amigo de seus irmãos de vinte e sete anos, que teve a duração de três anos, gerador, segundo ela, da pior infelicidade de sua vida: contraiu HIV *“é mais triste que os conflitos da família, porque não tem cura... Não existiu nem vai existir momento mais triste na minha vida”*.

Desse relacionamento nasceu “I”, mas Patrícia não estava mais com seu namorado, voltou a morar com seus pais, onde sua filha nasceu.

Idade adulta

Depois de cinco anos, Patrícia trabalhava como secretária em um consultório médico, conheceu o pai de seus dois meninos mais novos e foi morar com ele, levando com ela sua filha. Até então Patrícia diz não saber que era portadora do HIV, descobrindo a doença somente com o nascimento de seu terceiro filho, do qual engravidou quando seu segundo filho tinha apenas seis meses de idade. Transmitiu assim, sem saber, o vírus para seu companheiro e seus dois filhos: a mais velha e o mais novo.

O HIV

Quando seu companheiro ficou sabendo, a abandonou com a filha, seu filho recém-nascido havia nascido com complicações cardíacas, como consequência do HIV, e teve que permanecer hospitalizado, e o filho do meio ficou sob os cuidados do pai dos meninos. Patrícia, sem ter como voltar para casa de sua família, pois seu pai havia falecido quando ela completou vinte e um anos de idade e seu relacionamento com sua mãe havia piorado, passou a viver de favor nas casas dos vizinhos com a filha. Esteve em diversas casas por alguns dias, enquanto “J” estava hospitalizado.

Relata que as pessoas a acolhiam por pena, mas quando descobriam que ela era portadora de HIV a mandavam embora com medo de contrair a doença. No hospital, os medicamentos de que “J” necessitava, além de não serem fornecidos pelo hospital, ainda eram caros. Patrícia se viu sem saída e resolveu, como sua única e última alternativa, prostituir-se.

Patrícia diz ter dormido na rua com “I”, quando todos lhe fecharam as portas: *“meu guarda-roupas já foi uma caixa de papelão”*.

A prostituição

Então ela trabalhava de dia como cartunista em uma casa de festas e à noite prostituía-se, recebendo o valor de até R\$ 100,00 reais por dia, mantendo a média

de três “programas” por noite: *“Chorava muito ao chegar a casa, ia tomar banho e me esfregava pra tentar limpar a sujeira, me sentia suja e cansada, com medo, mas isso passava quando pensava que podia levar meus filhos pra passear, comprar bombom, balão, roupas boas. Eu posso dar”*, pensava.

Alugou uma casa, adquiriu móveis, roupas, calçados e alimentos para si e para seus filhos.

Gostava de me vestir bem, comer bem, camuflar minha tristeza, enganar a mim mesma. Isso se compensava pelas coisas que adquiria para meus filhos e os via realizados. Pensava: eu vou mostrar pra essa gente que eu não sou doente, quero que me vejam como pessoa que lutou. Comprar Quik de morango pros meus filhos era muito bom... (risos). Eu fiz isso tudo pelos meus filhos, eu sou uma pessoa batalhadora, não sou uma vagabunda.

Patrícia demonstra insegurança e necessita da aprovação do narrado, diante do interlocutor. Utiliza muitas afirmações a seu respeito para tentar justificar suas atitudes, as quais ela mesma julga erradas.

As confusões

Seu histórico no PROTEGE seqüenciou cinco relocações devido ao seu comportamento dispersivo e sem limites com as crianças, intrigas com vizinhos e dissimulações envolvendo fatos persecutórios e de não adaptação ao local. Exemplos de seu comportamento que podem ser citados: seu pouso foi descoberto por sua mãe (provavelmente por contato dela); forjou uma situação de invasão domiciliar, chamou a Brigada Militar e contou sua condição de testemunha protegida, “queimando” o pouso e quebrando uma norma de segurança do PROTEGE; planejou com uma vizinha uma história de que esta era sua prima, pois sabendo que sendo identificada por alguém teria que ser relocada novamente do local atual; forjou uma cirurgia para retirada de condilomas, desmentida por sua médica ao PROTEGE.

Ela, durante seu primeiro ano no PROTEGE, administrou muito bem o recurso que recebia para manter-se e manter sua família com alimentação, energia

elétrica, água e gás. Buscava lugares acessíveis e levava seus filhos para lanche, comprar brinquedos e roupas. No segundo ano, “deslumbrou-se” com um recurso extra para encaminhar “J” a uma creche particular, para que assim pudesse buscar emprego, mas Patrícia utilizou o recurso da creche para outros fins (compra de brinquedos, roupas, eletro domésticos e produtos estéticos), atrapalhou-se com as contas, deixando de pagar por dois meses a água e a luz e não matriculou seu filho na creche. Com isso o CONDEL designou que a administração do recurso seria supervisionada pelo técnico social responsável mensalmente, acompanhando-a na realização de suas compras e pagamentos de suas contas.

Relata:

Algumas regras eu consegui cumprir, as outras nem tanto. Não gostei muito de uma casa que ficamos, era muito perto de um mato... (a suposta invasão) ... pensei: as roupas, vão pegar as roupas... nessa hora eu nem pensei nas crianças, entrei na casa. Se roubassem as roupas eu teria ficado louca, não tinha me importado tanto se levassem o rádio.

A representatividade da aparência

Essa fala confirma a importância excessiva que nutre pela boa aparência de si e de seus filhos, mas quando questionada sobre o significado de família, ela diz: *“Agora eu tenho uma família”*. Patrícia se coloca de uma forma muito fechada em relação à sua família de origem, amigos e aos pais das crianças, como se eles não existissem. As crianças muitas vezes já perguntaram de seus pais para os técnicos e ela já havia sido questionada sobre o direito que as crianças têm em relação à convivência com seus pais. Quando pergunto sobre o significado de “pai” ela relata:

Não deveria ser tão egoísta, os guris falam no pai e a “I” também, mas eu morro de raiva... Mas eu sei que é importante pra eles. Aquele lugar (onde residem os pais das crianças) tá marcado com minhas vergonhas... eu como mãe sou muito mais... Se eu não estivesse no Protege, eu não deixaria faltar nada pra eles, não sei, mas até voltaria ao velho sistema. O pai do “J” duvidou de sua paternidade, foi feito DNA e confirmou-se a paternidade; O “J” foi rejeitado por ser doente, teve mais de vinte internações em seu primeiro ano de idade. Não nasci pra ser derrotada, não quero que me vejam assim. Dormi numa escadaria com a “I” e “J” bebê, perto da casa do pai dos meninos, ele me viu e fechou a porta.

A negação

Patrícia sempre manteve um comportamento de negação sobre sua doença, muitas vezes iniciava o tratamento com coquetel, mas em seguida desistia, reclamava das reações que os medicamentos causavam. Mas, com relação a seus filhos, ela sempre manteve todas as medicações controladas, assim como a alimentação saudável e exames em dia.

O único tratamento que realmente conseguiu vincular e manter foi a psicoterapia. Nem a suspeita de um câncer no colo do útero a levou a realizar exames de confirmação e provável tratamento adequado. Essas e algumas atitudes de Patrícia nos fizeram pensar que ela estava desistindo de viver, durasse o tempo que durasse.

Sinto paz quando vejo meus filhos conversando entre eles... eles têm amor um pelo outro... um amor diferente, que eu nunca tive. Quando eu não existir mais, que eles sejam unidos... Se não fosse o amor que sinto por mim e pelos meus filhos... às vezes dá vontade de deitar e dormir... dormir... aí lembro das crianças. O HIV pra mim é uma tonelada, uma coisa horrível... é uma coisa triste que vou ter que levar para ao resto da vida. HIV pra mim é um preconceito, é uma coisa triste que eu nunca escolhi. Tenho muita pena de mim, mas é muito melhor que não ter uma perna ou um braço... é uma lição horrível (choro).

Os planos futuros

Patrícia disse, antes de sair do PROTEGE, que seus planos eram de solicitar a pensão alimentícia dos meninos para seu pai e com isso aproximá-los, e aproximar "I" de sua avó, para que estivessem amparados e assim ela poderia trabalhar e mantê-los da forma que julgava adequada, com qualidade e saúde.

Mas o que se sabe é que ela continua na casa onde pediu para ser deixada pelo PROTEGE, as crianças vão à escola diariamente e, à noite, ela sai para trabalhar e volta tarde da madrugada. Patrícia, além de negligenciar sua saúde e proteção, expõe seus clientes ao risco de contraírem o HIV, assim o fez nos três anos que se prostituiu, antes de entrar no PROTEGE.

O PROTEGE

Ao entrar no PROTEGE sua vida mudou totalmente, pois teve tempo para tratar-se, tratar seus filhos e ainda ressignificar sua estrutura familiar, assumindo seu papel de mãe cuidadora. Em suas palavras em relação ao PROTEGE e seus vínculos familiares ela admite que: *“foi um alívio”*.

Eu pedi pra Deus me tirar de lá, eu acho que... poderia ser de outra forma... eu aproveitei... na desgraça do outro. Eu amadureci, cresci, o Protege é um exemplo de responsabilidade. Aprendi a ver o lado bom da vida. O cuidado que o Protege nos deu, eu nunca tinha recebido... conheci a praia, as crianças nunca haviam andado tanto de carro (intercala risos e choro). Se eu não estivesse naquela esquina, eu não iria entrar no Protege e não teria vivido tudo isso. Aproveitei o tempo bom. Se vocês não tivessem aparecido, eu poderia estar morta, não pelo cara lá, mas por perder a vontade de viver.

Patrícia, seguidamente, ligava para o plantão da Equipe Técnica para avisar que estaria de aniversário, ou quando as crianças estariam completando anos. No seu primeiro Natal no PROTEGE, ela perguntou se alguém não passaria o Natal com eles. Demonstrava comportamentos extremamente inseguros, carentes e de isolamento nas comunidades em que esteve. Havia sentimentos persecutórios e de desconfiança. Chegou a negar, do Posto de Saúde local, o auxílio mensal de uma cesta básica, de direito aos portadores de HIV para uma alimentação balanceada, pois uma assistente social do Posto a acompanharia mensalmente, verificando o peso e imunidade das crianças; comprou uma maleta preta para trazer os medicamentos do Posto de Saúde até sua casa; ao chegar em casa, retirava todos os rótulos dos frascos medicamentos das crianças que ficavam na geladeira, com medo de que alguém pudesse ver e tomava o cuidado de os queima-los, já que o lixeiro poderia mexer e descobrir os rótulos.

Havia um pacto de silêncio entre as crianças e ela. Muitas vezes a mãe relatou sua angústia ao ver seus três filhos brincando e ter medo que um deles contaminasse o do meio, que era saudável, com arranhões e mordidas.

Dessa forma, Patrícia demonstrava em sua organização externa sua desorganização interna, pois sempre foi excessivamente organizada com as coisas,

assim como a limpeza da casa, das roupas e dos calçados. Mantinha as crianças impecáveis, sempre limpas e arrumadas. Patrícia sempre deixou muito clara sua preocupação com a aparência:

Sou uma pessoa esforçada, não sou muito feia (risos), tenho que cuidar de mim, meus dentes, pele, aparência, assim poderei cuidar dos meninos. Eu não quero viver como coitadinha. Não quero que tenham nojo de mim, que não tenham medo de sentar na cadeira que eu sentei, não tenham medo de apertar minha mão ou de me dar um abraço. Não posso julgar quem tem preconceito, também teria.

O meio que a cerca

Da mesma forma com que trata sua doença, ela se percebe e percebe a sociedade que vive, dizendo *“vejo a desigualdade... a sociedade é parte certa e parte errada, assim como a justiça, me sinto excluída... não confio na sociedade. O Estado acolhe e a sociedade repele”*. Vincula o reconhecimento social de um cidadão pelo trabalho que possui, mas garante ser uma cidadã, pois o Estado a reconhece, garantindo seus direitos legais.

Patrícia, durante o tempo em que esteve no PROTEGE, sempre vislumbrou, talvez como forma de “penitência” ou “fuga”, atividades laborais não-condizentes com sua realidade e/ou que trariam risco para si e para terceiros na sua realização, apesar de ela mesma reconhecer isso. Podemos citar alguns exemplos como: médica, enfermeira, cozinheira, entre outros.

Ao final da entrevista, perguntei-lhe: “O que aconteceu com a Patrícia que entrou no Protege em 2005 e como sai a Patrícia em 2007. O que mudou?”

Ela comenta:

Eu menti pra vocês e pra mim mesma... camuflagens... Mudei muita coisa, estou mais madura. Nunca vou deixar a “I” sofrer o que sofri... nunca vou deixar faltar nada pra eles, vou enfrentar as dificuldades. Me atirei nas cordas. Vocês me deram oportunidades e eu não acordei. Eu deveria ter me posicionado mais, mas as coisas não faziam sentido pra mim, tava tudo tão bom. Eu quero ser alguém. Vou sentir muita falta de vocês... não é querer demais, é querer o melhor pra si.

A vida entre parênteses

Patrícia passou a querer mais para sua vida. Viveu uma “vida entre parênteses” esse tempo no Protege, pois ela teve tempo para rever sua história, reestruturar sua organização familiar e dar valor a si mesma. A “vida entre parênteses” durou o tempo em que ficou no PROTEGE, com suas necessidades supridas, afastou-se das pessoas e do meio em que vivia, os quais lhe traziam muitos ressentimentos e dor. Pôde viver uma vida tranqüila e cuidar das suas coisas, como a saúde e desenvolver sua maternidade. Mas no momento de sua saída, ela assumiu novamente suas atividades e rotinas anteriores a saúde em relação entrada no PROTEGE. Voltou para a prostituição, continua negligenciando sua condição de portadora de HIV, mas sem dúvida, com uma visão diferenciada da vida, do meio que a rodeia e de si mesma.

Houveram vários momentos de frustração da Equipe Técnica em relação a este caso, mas ao analisarmos os fatos desde o início do processo até o momento de saída dela do PROTEGE, percebemos que o que poderíamos ter proporcionado para ela era esse tempo, algo que nunca teve. As pessoas mudam suas percepções no momento que narram suas memórias e a partir disso conseguem ressignificar sua história de vida e vê-la de forma mais real e segura.

Essa foi a única testemunha entrevistada, nesse trabalho que já foi desligada do PROTEGE.

CASO II

A chegada

A testemunha, com seus 23 anos de idade, ingressou no PROTEGE no dia 19 de setembro de 2006 com sua companheira, também com 23 anos de idade. Os dois passaram a fazer parte do Programa pelo motivo de sofrerem risco de morte caso ficassem expostos ao local sabido de seus algozes. Esse é caracterizado como

um caso em que ambos estavam envolvidos com os delitos denunciados e serão julgados pelos crimes cometidos.

A testemunha foi encaminhada pelo Ministério Público do local de origem devido ao fato de o casal ter sido autuado como réus colaboradores e testemunhas de crimes praticados por uma organização criminal. Devido a seus depoimentos, estes se depararam com ameaças envolvendo risco de morte. (ANEXO N° III)

Em um dos monitoramentos técnicos de rotina realizados pela técnica social, solicitei a permissão dessa testemunha para que colaborasse com meu estudo e me concedesse uma entrevista semi-estruturada para minha investigação. Ele, prontamente, ao ler o roteiro dessa entrevista, concordou e agendamos a data para efetuar-la.

A testemunha me pareceu tranqüila e acessível. Preparamos o ambiente e o deixei à vontade para tirar suas dúvidas e fazer alguns comentários que achasse pertinente.

Dando início à entrevista, a testemunha escolhe um nome para que eu a chame, sem identificá-la. Prefere ser denominado de “Gremista”, pois é o time de referência de sua família pelo qual torcem.

A infância

Ele nasceu em uma cidade onde residiu com seus pais e irmão mais velho por sete anos, depois se mudaram para outra cidade, na qual nasceram seus outros dois irmãos, dos quais o “Gremista” ajudava a cuidar. Relata que sua primeira casa era bastante humilde e de madeira, situada diante de uma estrada movimentada, e do outro lado dessa estrada seu pai trabalhava numa metalúrgica.

Sua família é composta, hoje, pelos seus pais e quatro irmãos, o mais velho com 25 anos de idade, ele com 24, o seguinte com 15 e o mais novo com 14 anos

de idade. Sua mãe era responsável pelo cuidado da casa e dos filhos e mantinham um bom relacionamento familiar e de harmonia com os vizinhos.

O trabalho

Ele conta que iniciou sua vida laboral aos nove anos de idade, sem pressão ou objeção dos pais. Seu salário era para custear suas despesas extras e fazia economia para realizar seu sonho, até que, com seus doze anos, comprou uma motocicleta da marca Gareli na cor azul, com a qual fazia trilhas com amigos aos finais de semana.

Era um trabalho informal, mas pagavam direitinho. Não gostava de ter que dar explicação sobre o que ia fazer com o dinheiro que pedia, por isso comecei a trabalhar logo, assim não precisava dar satisfação pra ninguém. Paguei C\$200,00 pela minha Gareli azul e montei uma bicicleta a motor. Sempre tive idéias e pensamentos bons para criar coisas.

“Gremista”, sempre demonstrou grande interesse por atividades voltadas a automóveis, motos ou marcenaria e atividades voltadas para a vida rural. Ele montava instalações elétricas, plantou melancia, ganhou uma ovelha, cuidou de cavalos, consertou e restaurou carros, isso durante o tempo em que esteve no Programa. Sempre demonstrou desprendimento e atitude em buscar atividades para sua rotina diária.

Momento feliz e triste da sua infância

Em relação à sua infância, “Gremista” aponta como o momento mais feliz a sua primeira aquisição, a motocicleta, e o momento mais triste, a morte de seu tio. Ele diz ter sido sua primeira grande perda. O tio, irmão de seu pai, suicidou-se quando ele tinha dez anos de idade. Segundo ele, o histórico suicida de sua família paterna é longo: *“uns 20 já se mataram”*.

Em suas memórias dos tempos da escola, ele lembra que não eram exatamente voltadas para o estudo:

la no colégio só pra incomodar... me achava com as turminhas e só incomodava. Nunca gostei de estudar, sou cabeça dura. Fiquei cinco anos na quinta série. Só aprendo onde não tem turma... gosto de botar a mão na massa. Colocava sapo no estojo da professora, giz na cadeira dela, brigava na escola... Meus pais ficavam sabendo pelos outros, mas depois que fiquei mais velho não deram mais bola.

Esse caso chamou a atenção da equipe técnica do PROTEGE, pelo perfil do “Gremista”, pois sua família aparentava uma estabilidade financeira e uma boa estrutura, e ele acabou se envolvendo com drogadição e atividades ilegais. Isso nos parecia sem sentido, pois seu comportamento diante das regras de segurança e empenho em querer trabalhar, o relacionamento sempre tranquilo e centrado com sua companheira e em relação ao PROTEGE não condiziam com seu histórico ilícito. Ambos tinham a real noção do risco que corriam, por terem delatado seus ex-comparsas.

Ele sempre foi mais emotivo e de falar pouco, dizia não ter muitas palavras para descrever o que sentia ou o que queria demonstrar. Sua companheira já era mais objetiva e falante, mas sempre mantiveram a discrição para com suas coisas a respeito de seu passado. Muitas vezes nossos monitoramentos se resumiam em perguntas do técnico e respostas deles. “Gremista” nos parecia mais espontâneo e deixava perceber suas emoções de tristeza, angústia e felicidade, apesar de seu vocabulário curto.

As confusões

Ambos passaram por várias relocações devido ao reconhecimento de seus algozes, o que dificultou a inserção e adaptações nos locais de pouso. Sempre mantiveram contato afetivo e presente com seus familiares e de seus familiares para com eles.

Nesse meio tempo, a esposa do “Gremista” engravidou, mesmo sabendo do risco de serem condenados. Todas as vezes que eram solicitados pela justiça, se dispuseram a dar seus testemunhos sem nenhuma ressalva, e esses momentos sempre eram intensos e tensos.

Seguindo as memórias do “Gremista”, em sua adolescência, a família mudou-se para outra cidade, para uma casa grande de madeira azul, mais retirada da área urbana. Eles tinham um vizinho que deixava sua propriedade à vontade para que os quatro irmãos brincassem no açude e no rio que cortava seu terreno, e havia um mato onde realizava suas trilhas de moto. Nessa época, “Gremista” trabalhava de dia num comércio de entrega de materiais de construção e realizava supletivo à noite.

A família

Em seu discurso, deixa bem clara a importância de sua família:

Meu pai é meu melhor amigo, é tudo pra mim, é um homem forte, um baita amigo. Minha mãe é tudo, mãe é mãe, não tenho nem o que dizer, é um nome muito forte. Meus irmãos são amigos, companheiros, não só nos momentos difíceis. Ajudam o cara a esconder as coisas erradas. Era com eles e com minha mãe com quem eu mais conversava. Minha família tinha uma relação amorosa.

Ele conta que aos finais de semana, quando seu pai estava disposto, todos acampavam na beira de um rio, brincavam e pescavam o dia todo. *“Passava o dia na beira do rio, com churrasco e bebida, o pai tomava umas cachaça e eu roubava o carro dele”*.

Relata que um dos momentos mais infelizes de sua adolescência foi o fato de seu fusca ter incendiado, pois ele o havia pago à vista e não tinha seguro do carro, portanto, acabou perdendo tudo. E o momento mais feliz foi ter conquistado sua carteira de habilitação, pois assim deixou de dirigir escondido e fugir da polícia.

O que chama a atenção é que os momentos marcantes de suas vivências passadas são mais voltados para situações que envolvem coisas materiais do que emocionais como lembranças de afetividade e encontros. Talvez porque estes momentos não tenham existido ou não fizeram a diferença.

Idade adulta

Nessa época ele conheceu sua atual companheira:

Conheci ela numa praça da minha cidade natal. Tava num grupo de amigos, cheguei bem grosso, como ela diz, perguntei se ela queria ficar comigo. Aí a gente começou ficando... ficando... e estamos juntos até hoje. Já morávamos juntos antes de entrar no Protege há dois anos. Queríamos casar, antes. Nosso relacionamento sempre foi bom, íamos a festas, os dois trabalhávamos, conversávamos muito. Nunca brigamos, nem nos agredimos. Era bom.

“Gremista” relata que teve várias oportunidades de bons empregos. Seu sonho era ser motorista ou mecânico, pois acredita que o mercado para essas profissões está sempre aberto e ele se identifica muito com ambas as áreas.

A sentença

Sua preocupação atual se resume ao seu tempo de sentença, para cumprir na prisão. Seu processo ainda não foi julgado, mas ambos serão condenados. Mas como ficará a “M”, a filha do casal, que nasceu no PROTEGE? Esse é o grande ressentimento do “Gremista”, pois não estará presente no crescimento de sua primeira filha.

Um pai tem que dar tudo para seu filho, estudo, dar o que precisa, não só pra filha, mas pra família. Sempre quis ter um filho e uma menina. A responsabilidade é do pai em educar e dar assistência à filha. A mãe tem que ser companheira e amiga e ajudar o pai nas coisas. Ter uma família é ser companheiro, amigo, responsável, tentar crescer para família melhorar, mas não penso em ter mais filhos. Precisa de muita coisa pra manter, melhor ficar numa só. Ter muitos é só botar no mundo pra sofrer. Não vou deixar faltar nada para ela, mas ela vai ter que ficar um tempo longe da mãe e do pai.

A filha do “Gremista” é a única menina da família de seus pais. Isso faz com que o sofrimento em relação ao corte de vínculos familiares seja sentido de forma mais profunda. Afirma: *“A parte mais difícil é estar longe da família, sozinho, sem ter com quem conversar, sem a companhia dos amigos. Sempre fui uma pessoa alegre, extrovertida, nunca desejei o mal a ninguém, isso é ilusão.”*

Ele, como pai, demonstra grande afetividade e admiração pela filha, é participativo em todas as atividades e cuidados que fazem parte da rotina do bebê. “Gremista” tem consciência de seu feito, isso é percebido desde sua entrada no PROTEGE, devido ao seu abatimento e depoimentos constantes sobre seus arrependimentos.

Às vezes me vejo triste, às vezes alegre, sinto falta da família. Não me acho gordo, não me acho feio. Sempre vai ter um Gremista feliz e um Gremista triste. Emocionalmente estou bem triste, o que mais me deixa mal é pensar que vou parar lá (prisão), passo todos os dias lá na frente, todo dia. Toda noite penso nisso, antes de chegar em casa, tenho que respirar fundo. Quando entrar, vou entrar uma pessoa, vou entrar normal. Quando sair, vou ser outra pessoa, vou sair de cabeça baixa, difamado na minha cidade, vão me apontar na rua. Vou pagar por uma coisa que eu fiz, mas não fiz tanto, os outros tão por aí e eu...

A “identidade atribuída” se faz presente pela consciência de sua primeira “penalidade” sofrida. “Gremista” consegue visualizar o que representava e como as pessoas o percebiam e, ainda, consegue projetar esse olhar para o futuro.

Quando questionado sobre se havia consciência naquela época sobre as conseqüências de seus atos, ele disse que *“sim, mas não achei que iria dar nisso (prisão). O que me motivou a entrar nessa turma foi a droga.”* “Gremista” relata ter usado drogas um ano de sua vida, quando conheceu essa “turma de amigos”.

Nesse momento a “identidade herdada” aparece, pois em nenhum momento ouvi do “Gremista” qualquer atitude de limitação de sua família, mas sim a indiferença diante de atos imprudentes e inseqüentes na sua infância e adolescência. A falta de limites foi a “identidade herdada” pela educação de seus pais, o encobrimento das coisas erradas pelos seus irmãos e sua liberdade excessiva em relação a sua independência quando criança.

As drogas

As companhias por causa das drogas... na hora não pensava em nada, depois vinha as conseqüências, mas aí me drogava de novo e assim ia... Me droguei por um ano, não ganhei nada com isso, só perdi. Depois que

entrei no Protege, nunca mais fiz coisas erradas, nem quero fazer mais. Se o cara sendo certo já tá errado, imagina estando errado...

Meu pai me aconselhava: você não roubou, mas segurou a escada para os outros roubarem. Várias pessoas que me conhecem de pequeno, sabem que eu não fui envolvido. Mais raiva tenho é de mim mesmo, avisado eu fui, mas não escutava... mas tá tudo bem, uma hora isso passa. Me sinto muito culpado pela (companheira), pois ela não teve envolvimento nenhum, eu que apresentei esses caras pra ela.

O meio que o cerca

De acordo com sua visão de mundo, sua percepção sobre sociedade e Estado, aponta um discurso restrito, de pouco argumento e visão curta. Acredita que o Estado não tem poder para influenciar tanto sua rotina diária, demonstrando sua alienação sobre o contexto social e seu julgamento de indiferença diante dessa realidade, fruto de sua inseqüência ou baixa auto-estima. Talvez : *“...entra um, faz uma coisa, entra outro, faz a mesma coisa. Pra mim sempre teve bom. Sempre fui bem atendido, bem tratado pelo governo. Partido é tudo a mesma coisa.”*

Sua opinião sobre a sociedade é de que várias pessoas devem ser excluídas da convivência social, citando como exemplo os “bandidos”. “Gremista” não se enxerga dentro desse grupo, pois acredita que a justiça é às vezes certa, às vezes errada, mas que ele irá acertar as contas com os *homens* e estará de bem com “o *veinho lá de cima*”. Acredita que a dignidade de um homem está no seu trabalho, nesse sentido se coloca como trabalhador, pois não escolhe serviço. Deseja crescer e conquistar suas coisas com o suor de seu trabalho.

Todo mundo tem que trabalhar... conquistar minhas coisas, meus sonhos, com o suor das minhas mãos, sustentar minha família. Meu sonho é ter minha casa e viver com minha família do lado do pai, mãe, irmãos. Ter um cantinho da minha família. Eu acho que sou um trabalhador. Não escolho serviço, as pessoas lembram de mim como uma pessoa legal.

Os planos futuros

Os seus desejos para o futuro apontam sua “identidade visada”, onde a ilicitude não tem lugar, buscando apoiar-se na família e no trabalho. Essas ações

passaram a ser valorizadas quando sentiu que poderia ficar sem elas, por ter que cumprir pena em um presídio.

O “Gremista” foi envolvido com os crimes que delatou por ter assinado e posto o seu telefone atrás dos cheques que repassou para o comércio local. O que pode demonstrar sua ingenuidade e / ou a crença na impunidade. Ele traz consigo um histórico de falta de limites, uma vida na qual não existiam regras para ele, e as conseqüências não eram substanciais ou não existiam.

Na realidade, ele poderá pagar sua pena em semi-aberto, se até lá conseguir um trabalho com carteira assinada, mas existem algumas limitações de território e de tipos de empresas para iniciar suas atividades laborais. Essa análise é sempre feita pela equipe de segurança, pois o seu risco é considerado alto.

O PROTEGE:

Ao terminar a entrevista, questiono-o a respeito das lembranças que tem do PROTEGE.

Muitas coisas... Sempre me aconselhando pro bem, no caminho certo. Muito competentes, amigos, depois que eu entrei muita coisa melhorou. Meus pensamentos. Pensei que ia ficar fechado num lugar vigiado vinte e quatro horas, sem liberdade, isolado, mas é bem diferente, me sinto bem seguro e acolhido, sempre bem aconselhado pro caminho do bem. Companheiros. Nunca me senti julgado por alguém da equipe. Cara, na verdade, eu só tenho a agradecer, só tinha um revólver pra me defender e agora me sinto seguro sem estar armado. Por um lado foi bom ter feito o que fiz, pelo outro não, pois só me incomodei (delato). Quando sair de lá (prisão), vai nascer um novo homem.

Quando solicitado para falar sobre um aprendizado que teve no PROTEGE e o que levará para sua vida como uma lição aprendida, ele fala:

O crime não compensa, um dia quero encontrar com vocês na rua e mostrar que dei certo. Me lembro quando entrei ... eu tava apavorado. No dia do aniversário da minha mãe... que presente... Acho que vou sair do jeito que entrei, humilde, mesmo jeito de falar, tratar as pessoas, só os pensamentos ruins e errados foram embora.

O PROTEGE, nesse caso serviu como um limitador para que o “Gremista” tomasse consciência de suas atitudes e as conseqüências que elas causavam. Essas ações ele não escolheu para sua vida, elas simplesmente foram acontecendo e ele foi acompanhando.

A vida entre parênteses

Isso é percebido desde as narrativas de sua infância, quando “*ia pra escola só pra incomodar*” e os pais não se importavam. No Programa, qualquer quebra de norma poderia levá-lo à exclusão, e ele sempre as respeitou devido à noção do risco que corre estando fora do PROTEGE.

Criou-se um elo de confiança e segurança entre ele e a Equipe Técnica. Esta se tornou seu limitador pelo acompanhamento que tinham com o caso e as várias medidas de proteção que foram tomadas em seu caso, fortalecendo assim um vínculo moral de respeito de ambas as partes.

A “vida entre parênteses” para “Gremista” serviu como um tempo de “passar a limpo” suas memórias, situá-las nas fases de sua vida e se reconstruir como cidadão que tem deveres e direitos, resgatar e perceber a construção de sua identidade no momento presente. A paternidade veio para amadurecer seus projetos futuros com sentimentos de responsabilidade e consciência sobre si mesmo, como filho e pai.

CASO III

A chegada

A testemunha ingressou no Programa sendo encaminhada pelo Ministério Público do local de origem devido ao fato de o casal ter sido autuado como réus colaboradores e testemunhas de crimes praticados por uma organização criminal.

Devido a seus depoimentos, estes se depararam com ameaças envolvendo risco de vida. (ANEXO N° III)

Num momento de monitoramento usual, solicitei, como fiz com a outra testemunha, a sua permissão para que colaborasse com meu estudo e me concedesse uma entrevista semi-estruturada para minha investigação. Ela concordou e marcamos a data para nosso encontro.

Preparamos o ambiente e eu fiz o possível para deixá-la à vontade. Quando senti que ela estava tranqüila, dei início à entrevista. Esta testemunha não quis utilizar nenhum nome para falar de si, portanto tomei a liberdade de chamá-la de Rita.

Rita entrou no Programa acompanhando seu companheiro, mas, segundo o encaminhamento do Ministério Público, ela também foi identificada como envolvida no delito praticado, portanto ela é uma testemunha protegida e ré colaboradora.

A infância

Ela se recorda de que residia em uma casa de madeira com sala, três quartos e cozinha, “distante de tudo”. A casa ficava em frente a uma BR e sua rua era de chão batido.

Possuía uma educação muito disciplinada e vazia, pois não podia brincar com meninos, e sua rotina se resumia a ir da escola pra casa e da casa para a escola. É a filha mais nova de seus pais, sendo o mais velho com 38 anos de idade, outro irmão com 37, uma irmã com 30 anos, outra irmã com 27 e ela com 23 anos de idade, e somente estas últimas duas ainda moravam com os pais, de acordo com a lembrança de Rita em seus relatos.

Rita não tinha muitas amizades na redondeza de sua casa, pois havia mais meninos de sua idade do que meninas, e sua mãe não permitia que ela tivesse contato com meninos.

Eu me criei isolada, pois meus irmãos mais velhos já tinham suas vidas e não me acertava com minha irmã quatro anos mais velha. Meu pai trabalhava direto, era muito ausente e quando chegava em casa ele tava sempre cansado, e eu fiquei pra trás, segundo minha mãe “o estorvo da casa”, foi assim que eu sempre me senti. Tive uma infância bem complicada.

A “identidade atribuída” se deu pelo meio em que viveu. Sempre isolada não desejada e sem poder se relacionar com os demais integrantes da comunidade, assim Rita permaneceu no Programa, reproduzindo sua identidade atribuída, mantendo-se isolada de tudo e de todos.

Momentos felizes da infância

Ela gostava mesmo era de passear na casa de seus avós maternos, onde a família se reunia e encontrava seus primos. Seus momentos felizes da infância são lembranças da convivência que tinha com esses avós: *“lá eu tinha o carinho que minha mãe não me dava”*. O momento triste de sua infância foi o falecimento do avô com 63 anos, vítima de um espinho venenoso que entrou em seu corpo. Devido ao fato de seu avô consumir bebidas alcoólicas, os medicamentos não fizeram o efeito necessário e ele acabou falecendo. Sua avó manteve a casa na zona rural, mas foi residir na cidade.

Rita diz que sua rotina em casa sempre foi muito “italiana”, com horários rígidos e, à mesa, os adultos falavam e as crianças escutavam.

Esse comportamento se estendeu à escola:

Ficava mais retirada, fechada, tinha medo de fazer alguma coisa que pudesse desagradar meus pais. Sempre fz tudo pra tentar agradar eles. Nunca tive uma amizade fixa. Ficava em casa assistindo TV e na companhia dos meus gatos.

Os pais

Sua convivência com seu pai se resumia a poucos contatos noturnos, após sua chegada do trabalho: *“eu sempre tava ao redor dele, como ele dizia:’ tava sempre enchendo o saco dele”*. Já de sua mãe as lembranças são diferentes, havia tempo, mas não motivação para a convivência:

A lembrança da minha mãe é a da ausência. A filha protegida era a minha irmã quatro anos mais velha que eu, ela teve uma situação complicada na gestação e nos primeiros anos de vida, aí minha mãe se apegou mais a ela. A mãe teve rubéola na gestação. Até hoje meus irmãos sentem o mesmo que eu. Sinto que não representava muita coisa na minha infância, mas agora sei que faço falta. Meu único ressentimento que tenho é que ela me disse que eu não deveria ter nascido. Isso não é coisa que se diga pra um filho. A única vez que tentei falar com ela sobre isso, não foi muito bom.

Sua percepção em relação a sua “identidade herdada” foi a indiferença. Por várias vezes ela relata sua busca solitária por algum afeto, conhecimento ou acolhimento, todas frustradas. Talvez por isso deixou-se levar pela pessoa que lhe estendeu a mão, mas a influenciou para o caminho errado, não tinha ninguém por ela, mesmo... Houveram várias situações nas quais essas ausências a expuseram a riscos graves e de lembranças dolorosas e inesquecíveis.

Sua referência de família é a de seus avós, o encontro dos finais de semana. Ela relata que durante a adolescência tudo continuou como na sua infância, a mesma ausência da mãe, a convivência com a avó, os raros amigos da escola e sua rotina que continuava a mesma.

A adolescência

Rita passa a querer expandir suas relações e encontra uma forma de fazer isso, arrumando um namorado:

Comecei a namorar com 14 anos e fiquei com o mesmo namorado até meus 16, me arrependo até hoje, mas pelo menos eu podia ir a festas, sair... Minha irmã não saía comigo. Conheci meu namorado na escola. Ele era oito anos mais velho que eu, eu estudava de dia e ele de noite. Não era muito agradável, ele saía da minha casa e ia pra “zona”. Descobri que ele

namorava outra há 6 meses. Me sujeitava, era o jeito que tinha pra sair de casa. Meu escape pra sair era namorar. Graças a ele hoje sou portadora de herpes.

Aos 12 anos iniciei minha vida sexual (demonstra inquietação e desconforto). Foi uma coisa meio a força, foi uma experiência muito ruim, foi com um vizinho. Não foi uma experiência boa. Prefiro não comentar sobre isso. (Lágrimas)

Na adolescência a escola passou a ser o lugar onde Rita iniciou suas buscas por conhecimentos que não obteve em casa sobre sexo e drogas.

Os piores da série sempre ficavam na minha turma. Todos faziam arte. Mas aprendi a distinguir o que é certo e errado, aprendi a me divertir. Aprendi o que sei, porque sempre foi curiosa. Aprendi tudo que sei, porque busquei nos livros. Sempre fui descobrir as coisas por mim, sempre tive que buscar sozinha.

Rita descreve seu meio social de forma muito objetiva e se coloca de forma segura e sem nenhum sentimento de desvalorização. Com seu diálogo franco e claro, distingue as faces da sociedade de que fez parte durante sua adolescência e posiciona-se:

Naquela sociedade era uma faixa mais baixa. Eu sempre convivi com a classe média baixa. A cidade era dividida em duas partes, do centro pra cima ficavam os “riquinhos” e do centro pra baixo ficava a “ralé”, como eles chamavam. Eu me relacionava melhor com os mais pobres. A maioria dos meus amigos e amigas usava drogas. Já tinha muita informação e provei a maconha, mas sabia que não fazia bem. E eu vi realmente o mal que as drogas faziam pelo que vi de meus amigos.

Minha irmã já usou drogas. Mas pra minha mãe ela sempre foi “santa” e eu que era a rebelde e que usava drogas. Eu era a “ovelha negra” da família e ela era a “santinha”.

O trabalho

Rita teve sua iniciação no mercado de trabalho aos seus 16 anos, iniciou pelo mesmo caminho que suas irmãs já haviam passado, numa fábrica de calçados, onde trabalhava com cola de sapateiro e depois em uma confecção de roupas. Ela saía de casa às seis horas da manhã e voltava pra casa às onze horas da noite: *“minha mãe disse, ou tu pára de estudar, porque não temos condições de manter teus estudos ou você começa a trabalhar. Aí eu resolvi procurar um emprego e estudar de noite”*.

Nessa fase ela se aproximou de sua irmã mais velha, pois dividiam espaço na mesma empresa em que trabalhavam. Rita ajudava sua irmã no cuidado com seu sobrinho, suas lembranças tristes ainda eram relacionadas à convivência com sua mãe: *“uma pessoa chata, não podia nada, tudo era não”*. Seu pai assumiu um papel mais repressor, tentando lhe impor limites.

As lembranças felizes de sua adolescência são vinculadas com sua maior idade: *“meus 18 anos fazia muitas festas, com amigos, poder falar alto, fui mais alegre, me tornei mais espontânea, mais comunicativa... Agora to mais fechada. Acho que to assim por ter me distanciado de tudo, os amigos, família...”*.

Durante o tempo em que ficou no Programa, mantinha suas atividades artesanais, confeccionava lembrancinhas de bebês recém-nascidos para enviar para sua mãe revendê-las. Possuía muita habilidade para tal prática, com delicadeza e perfeição nos detalhes.

O ressentimento

Sua mágoa sobre a preferência de sua mãe em relação a sua irmã se faz presente em muitos momentos, demonstrando o significado que isso possui, apesar de seu empenho e esforço em se fazer querida pelos pais.

Esta testemunha sempre apresentou uma individualidade forte, pois se colocava distante afetivamente do convívio com a Equipe Técnica, o que muitas vezes chamou a atenção. Parecia distante e muito fechada para o cuidado ou atenção que pudesse receber. Em pouquíssimos momentos manifestou alguma dificuldade ou necessidade em relação a algo, material ou emocional. Na entrevista pode-se perceber o porquê desse comportamento, não era acostumada a dividir suas questões, sentimentos e dificuldades.

Hoje se declara assim:

Hoje sou uma pessoa fechada. Antes de entrar no Programa, era uma pessoa que se dava com todo mundo, era uma pessoa alegre. Todos os meus amigos me procuravam em busca de conselho pros seus problemas. Era a psicóloga da turma. Eu queria que me vissem como antes do Programa. Naquela época eu gostava de mim. Agora me sinto mal, vivo nervosa, entro em pânico quando começo a pensar muito sobre o que pode acontecer ou não. Sou uma pessoa séria e cheia de problemas, mais infeliz do que feliz. (Lágrimas)

Os planos anteriores ao Programa

Ela entrou no Programa com sua vida planejada. Estavam com a data do casamento agendada, os dois trabalhando e com uma renda que atendia suas necessidades com certa tranquilidade. Possuíam bom relacionamento entre si, com amigos e familiares. Planejavam ter filhos e constituir família.

Hoje Rita se vê com sua vida sem rumo certo, dependente de um Programa governamental, distante de tudo e todos e com uma filha nos braços.

Comenta que tem dificuldades muitas vezes com seu companheiro, pois afirma que ele não consegue enfrentar a situação com a racionalidade que o momento exige, tendo que consolá-lo constantemente, cuidar da casa e da filha. Seu companheiro, por ser muito ativo e independente, sente-se ansioso e alterado pela falta de liberdade, exigindo de Rita um maior controle para que a situação não se agrave, pois o Programa precisa adotar normas rígidas para mantê-los seguros.

A sentença

Nesses momentos, ela sente-se só, fragilizada e deprimida. Com isso várias questões a preocupam, principalmente com sua filha "M". *"Me preocupo muito com "M". Como vai ser? Penso nisso o tempo todo, no tempo que vou ficar longe dela, numa fase que vai precisar de mim."* (Lágrimas). Isso levou Rita a tomar uma decisão muito difícil: com quem ficará sua filha enquanto os dois estiverem na prisão:

Ela não precisa passar por isso. Não, lá não é lugar para uma criança. Não quero que ela passe por isso. A minha sogra nunca teve uma menina, ela sempre quis ter uma, por isso faço questão que ela fique com a "M". Até

acho que a mãe dele pode se mudar pra mais perto para que a gente possa vê-la.

Rita, quando tratou desse assunto, foi muito objetiva e não demonstrou muita emoção, ao contrário de seu companheiro. Percebe-se que ela é o cunho forte do casal, mas que ultimamente também tem sofrido pela sobrecarga de emoções e sentimentos, pois não consegue dividir com seu companheiro tais pensamentos, subestimando a força dele e não se deixando cuidar. Afinal nunca teve isso em suas vivências, acredito que não saiba fazê-lo.

A gestação

Isso, de certa forma, lhe traz um trauma sobre sua vaidade, pois a questão que abala Rita foi sua mudança física após sua gestação. Quando chegou ao Programa era uma mulher que demonstrava ser bonita e vaidosa, usava bijuterias, pintava seus cabelos e mantinha sua forma física. Durante sua gestação, ela descuidou-se, apesar das orientações médicas e técnicas, acabou engordando mais de vinte e dois quilos. Hoje, a vaidade não faz parte de sua rotina e seu semblante parece entristecido por esse fato, pois segundo ela, apesar de seus esforços, não consegue perder peso. Isso acaba por fechar um círculo de sentimentos e ações, já que, por causa da sua ansiedade, ela consome mais alimentos e sua ansiedade vem do fato de ela não conseguir emagrecer.

Essa dificuldade é demandada pelas inúmeras privações que sofre, não restando muita energia e motivação para privar-se ainda mais da comida. Rita acaba ficando o tempo todo em casa cuidando de sua filha e da casa, o que gerou ainda mais isolamento, mais ansiedade e conseqüentemente aumento de peso.

Engordei muito e não consigo emagrecer. Minhas roupas não me servem mais. To com o mesmo peso de quando ganhei a "M". (Lágrimas) Isso faria muita diferença pra mim. Emocionalmente, estou muito abalada, justamente pela incerteza do futuro. E em relação aos fatores morais, do jeito que eu sempre fui. Sempre tive que buscar as coisas, sozinha. Com o nenê, também, tenho que aprender tudo sozinha. O pai dela, com dez anos, já cuidava de seus irmãos mais novos. Muita coisa ele sabe mais do que eu.

Durante o tempo gestacional, ela nos pareceu muito segura e sábia em relação aos cuidados com o bebê e sobre suas atitudes como gestante e mãe. Mas “M” acabou perdendo peso nos primeiros meses, ela não estimulava a amamentação, tendo que reforçar a alimentação de sua filha com leite em pó, próprio para crianças de sua idade e descuidou-se da sua alimentação. Mas “M” sempre estava higienizada, com cuidados afetivos e feliz.

A solidão

Rita demonstra argumentos de incompreensão também em relação ao meio a que pertence, pois acredita que as pessoas a excluem. Vê a sociedade como de uma forma injusta, pois foi assim que sempre se viu. Acredita que a justiça é injusta tanto na forma legal como na forma moral de suas expressões. *“eu sempre me senti mais excluída do que incluída”*

A justiça uma vez não representava nada. Hoje ela importa, mas ela está sendo injusta. Vou pagar por uma coisa que não fiz. Tem muita gente que ta pagando pelo que não deve. Por que quem rouba uma galinha pra comer vai preso e quem rouba milhões não vai? Por que vou ter que pagar por uma coisa que eu vi fazendo, mas não fiz e quem fez terá a mesma punição?

Segundo informações processuais, Rita estava com seu companheiro quando passou um cheque roubado. Isso, de certa forma, fortalece a percepção que eles tinham em relação à impunidade e sobre as conseqüências de suas ações. Ela entrou no ritmo de vida de seu companheiro, no que diz respeito a aceitar o que a vida lhe oferecia, pois suas narrações e atitudes não condizem com as acusações de que fizeram dela uma ré. De certa forma, conseguiu receber de sua mãe a atenção de que sempre desejou:

Minha mãe mudou pra mim. Tem aquele ditado: só dá valor quando perde, mas ela não me perdeu, só tá longe. Às vezes eu sinto falta da mãe. Sinto falta da mãe que tenho mesmo, porque a mãe que eu queria sempre senti e sempre sentirei. Apesar de que hoje ela tá mais perto da imagem que eu tenho de mãe.

O rompimento de vínculos

Hoje, como mãe, Rita descreve a palavra mãe como a pessoa que deve estar sempre junto, sempre presente, e sobre o pai, a mesma coisa. Sua imagem de família mudou, antes via sua família como uma “*muvuca*” e agora como união, dividindo tudo.

Isso a deixa extremamente instável:

O rompimento de vínculos foi a pior coisa que aconteceu com nossa entrada no Programa. Sou eu e ela. Meio complicado, eu gostaria de ter esses momentos com avós, tios e primos. E ela não conhece os avós, tios e primos... A família que eu não tive ela também não terá. De uma hora pra outra ela vai ter que ficar longe de mim e longe do pai, pra ficar com alguém que ela não conhece. É o que eu sinto mais. (choro)

Eu falo da vó pra ela, mas falar é uma coisa, conviver é outra coisa. E de uma hora pra outra ela vai se ver sozinha, e isso vai ser muito difícil pra ela, mais do que pra mim. Eu acho que ela vai sentir muito, acho que ela não vai se acostumar. Eu vou sentir, mas tudo bem, eu sei me virar, mas ela não.

Segundo ela, esse movimento de denunciar os envolvidos não foi de todo compensador, pois ela terá que pagar algo que não teve a intenção de cometer. E coloca-se em relação ao PROTEGE como simplesmente alguém que está gozando de um direito e que o Programa cumpre uma obrigação para com eles. Mas com seus prós e contras.

Eu acho que valeu a pena ter feito o que fizemos, só pra mim não, pois vou ter que pagar por uma coisa que não fiz.

O serviço de vocês é esse. Não tenho como dizer o que vocês pensam de mim, porque o tempo que vocês passam conosco não é o suficiente para que eu perceba algo nesse sentido.

O PROTEGE será lembrado pela incomodação. Pois denunciei e tive que pagar um preço alto, tive que me separar de todo mundo.

Se fosse comparar, antes era uma adolescente inseqüente, apesar de madura, hoje sou uma mãe seqüente, mais séria e centrada.

A vida entre parênteses

Rita teve várias perdas com sua entrada no Programa. Este cumpriu sua função que é a de mantê-la viva, apesar de todos os sofrimentos dela. Isso fez com que ela pudesse perceber que a mãe que tinha não era tão ruim assim, pois

atualmente a aceita melhor, como ela é. Hoje como mãe consegue perceber que existem muitas situações na vida que independem da vontade própria e acabou aproximando-se mais da realidade de sua própria vida, sem ilusões.

Sem dúvida, essa etapa também lhe fez pensar sobre as conseqüências de suas atitudes, pois se não houvesse uma limitação de suas atitudes nesse momento, quem sabe nem estaria viva.

Rita, durante o tempo que está no Programa, vivenciou fases que fizeram com que ela compreendesse melhor as suas lembranças, aceitou sua mãe como ela é, recebeu a atenção e carinho que não tinha sentido antes por parte dela. Tornou-se mãe, assim pôde amadurecer sua visão para o futuro e sentir as conseqüências dos atos cometidos. Sofre muito com a desvinculação do local de origem e suas relações, valorizando-as e desejando resgatar o que tinha de bom em suas vivências passadas.

CASO IV

A chegada

A testemunha foi inserida no Programa encaminhada pela Delegacia de Homicídios, que, por sua vez, foi acionada pela Casa de Apoio Viva Maria (abrigo de mulheres vítimas de violência doméstica), onde ela foi buscar auxílio. Devido a seus depoimentos sobre o homicídio de seu companheiro, do qual ela sobreviveu, esta se deparou com ameaças envolvendo risco de morte para si e seu filho mais novo (Anexo N° IV).

Também, como nos outros casos, solicitei a permissão dessa testemunha para que colaborasse com meu estudo e me concedesse uma entrevista semi-estruturada. Ela concordou e na data marcada conversamos.

Esta testemunha escolheu como forma de identificação, nesta entrevista, o nome Ruth. Esse nome, segundo ela, não tem relação nenhuma, sendo o primeiro que lhe veio à mente.

Ruth entrou no Programa acompanhada de seu filho mais novo, dela com o companheiro assassinado, de apenas um ano de idade. Ela deixou seu filho mais velho, filho do seu ex-companheiro, autor do assassinato, com sete anos, aos cuidados de sua mãe, devido às ameaças que também vinha sofrendo.

A infância

Ruth relata uma infância bastante conturbada. Conta que seus pais se separaram quando ela tinha dois anos de idade, e sua irmã mais velha três. Sua mãe resolveu ir embora para outra cidade de médio porte, onde ficaram por volta de três anos. *“era uma casa de madeira bem grande, os trilhos do trem passando na frente de casa”*.

Sua mãe conheceu um homem e resolveram voltar para seu local de origem. Desse relacionamento tiveram outra menina, hoje com 18 anos de idade. O casal e as três meninas ficaram juntos por aproximadamente oito anos, mas com vivências de espancamentos da mãe: *“ele era muito agressivo, os dois bebiam, brigavam muito, com o passar de oito anos se separaram”*.

A mãe de Ruth, hoje sozinha, não demorou a encontrar outra pessoa para viver junto e teve mais uma filha, atualmente com 9 anos de idade.

Mantinham contatos constantes com seu pai biológico, aos finais de semana; *“meu pai tem uma criação diferente, não tem espancamento, ele é tranquilo, também constituiu família e hoje tem um filho de 18 anos de idade”*.

Ruth conta que não foram morar com o pai, pois a mãe lhes proporcionava maior liberdade em relação a horários, saídas e escola, já com o pai não, ele era

mais exigente e conservador. Com ela, elas podiam ficar na rua brincando até tarde, passar os finais de semana na casa das amigas, coisas que o pai não permitia, então preferiram “agüentar”. *“Teve uma época que eu cansei, Aí fui morar com ele, ele me cobrava estudo, horários... desde meus quatorze aos dezoito anos morei com ele, minha irmã ficou com minha mãe”.*

Eu nunca gostei de homem agressivo, no meu casamento nunca nos agredimos, brigamos, mas conversávamos muito.

Eu me criei vendo isso, acordava com os gritos e levantava sem saber o que estava acontecendo, saía de casa, muitas vezes de camisola, direto pra Delegacia, aí minha mãe voltava. A gente cresceu vendo isso, essa vida não era pra mim, eu não queria isso pra mim.

Ele não nos batia, mas a única coisa que ele fazia pra mim é que eu “mijei” na cama até os dez anos, quando era inverno, e ele me botava tomar banho frio no tanque às seis horas da manhã, mas bater não.

Ele tinha uma coisa pesada, um rancor, um ódio, às vezes quando a gente comia e a mãe perguntava se nós queríamos mais e ele nos olhava com aquela cara, com os olhos arregalados aí eu dizia: não mãe. A gente tinha medo dele. Era assim. Eu não entendia por que a mãe não deixava ele.

Depois ela arrumou esse, mas ele não gostava de trabalhar. Antes ela não passava fome, mas apanhava e com esse último ele era legal, mas se não fosse a mãe trabalhar, sustentar a casa com faxina...

Momentos tristes e felizes da infância

Quase sempre tristes, mas era pior ver minha mãe apanhar. Que filho que não sofre vendo a mãe ser espancada por oito anos? Depois quando a gente ficou maior, nós ajudávamos a mãe, pegávamos pedra e tijolo e jogava nele, pra tentar defender a mãe, tentava pelo menos... Ela acabou se separando dele, porque às vezes ela chegava na Delegacia e pessoas viravam as costas pra ela, porque era sempre assim, ela voltava pra ele...

A forma que sua mãe utilizava para compensar todo esse sofrimento vivenciado pelas suas filhas fazia parte dos momentos felizes em família, mas que tinha seu preço:

É difícil falar, porque meus momentos felizes sempre dependeram da felicidade da minha mãe. Se ela tava bem, feliz, nós também estávamos. Mas final de semana ela costumava pegar nós, roubar um dinheiro dele, e íamos pra praia de Ipanema. Brincávamos o dia todo, comíamos e ela tomava a cervejinha dela e nós o nosso refri. Nos divertíamos o dia todo, sabíamos que aquilo ali ia ter um preço. Mas a gente ia e era muito bom. Ela sempre fazia isso quando via que tava pesado demais pra nós tudo aquilo. Aí era uma forma de compensar o sofrimento.

Na escola

Ruth relata muitas trocas de escola, pelas várias mudanças de localidade que sua mãe fazia. Conta que cada escola era diferente, umas boas; outras não, pois *“em algumas, tinham uns “maloqueiros”, outras com gente decente. Em alguns lugares nós apanhávamos muito por ser novato, tinha que sair correndo”*

Depois de grande, pra nós não ir à escola, ficava na pracinha... Aí minha mãe descobriu, nos levou pra casa e nos bateu... Mas em seguida nós fazíamos de novo. Estudei até a quinta série. Uma surra a mais ou a menos... Sempre fui uma boa aluna, graças a Deus, as professoras sentiam por eu sair da escola. Depois de grande, eu tentei voltar a estudar, mas não era a mesma coisa, eu trabalhava, ficou mais difícil, sempre desistia. Porque quando era pequena, não dava ouvidos pra minha mãe, que eu tinha que estudar. Me arrependo muito.

Hoje, Ruth está se preparando para realizar supletivo, encontra-se no segundo semestre de um curso profissionalizante de dois anos, para mão-de-obra na área calçadista. Realiza projetos sociais, junto a essa instituição em benefício a creches comunitárias e é muito envolvida com sua igreja, a qual é sua grande incentivadora e de fundamental suporte para sua estabilidade emocional.

Os amigos

Amigos, eu e minha irmã, a gente sempre brigou muito, pra ficar muito perto uma da outra não dava muito certo, ela era muito “escroncha”, e eu reclamava disso, mas sempre fomos muito unidas. Então cada uma tinha sua turma de amigos, ela era bem diferente de mim, ela sempre foi de se dar com uma pessoa só, e eu tinha muitos amigos ao mesmo tempo, gostava de sair, ir ao shopping, era muito sincera, se eu não gostasse de ti, te mandava longe.

Ela relata a amizade com seus primos como muito positiva e segura. Divertiam-se aos finais de ano e em datas comemorativas, quando a família se reunia pra festejarem todos juntos. *“ho final de ano sempre nos reuníamos, tinha pagodeira, dança, sempre muito divertido”*.

A diferença era da família do meu pai e da mãe, pois nos divertíamos. O natal com a mãe e o ano novo com o pai. Na mãe eles bebiam e sempre

acabava em briga, e com o pai, quem bebia demais ia dormir. A família do pai é bem maior que a da mãe. Era tudo muito diferente.

O pai e a mãe

Servia como uma palavra de conforto. Porque passava tudo aquilo com a mãe, mas eu sabia que tinha um pai, que uma vez por semana ele ia lá me ver, assim eu sabia que tinha alguém que se preocupava comigo, que gostava de mim. Me passava coisas boas, que tinha alguém que me dava carinho, que não me batia.

Ruth tinha na figura do pai uma recompensa em relação ao sofrimento que vivenciava com a mãe. *“era como esperar o coelhinho da páscoa”*, o “porto seguro”.

O que eles falam entra, o poder da palavra dos pais, porque, eu sempre lembro que meu pai dizia: vocês vão ser como sua mãe”. Hoje isso se repetiu, porque eu casei, tive um filho, casei de novo e tive mais um filho. Isso não me incomoda, mas parece que é genética.

Minha mãe nunca me ensinou sobre isso, meu pai e minha madrasta e a TV sempre me ensinaram. Eu não acredito que alguém engravide sem querer, a TV é tão clara. Eu quis engravidar nas duas vezes. Não me arrependo, mas se tivesse me dado conta do que meu pai disse, não teria engravidado. Quando me lembro do que meu pai disse, eu lembro do meu pai, porque hoje eu sou mãe de dois filhos, um de cada casamento, e ainda viúva.

Quando tentei reconstruir minha vida, ela foi tirada de mim. Minha irmã é igual a mim, também está no seu terceiro relacionamento e dois filhos de dois relacionamentos anteriores, um com cada companheiro. Uma coisa que passa de mãe pra filha.

Por mais que a gente tenha vivenciado tanta coisa na infância, ver minha mãe desmaiar duas vezes de tanto que ele batia nela e ela nos espancar, nós tínhamos pensamentos diferentes.

Sua “identidade herdada” está descrita em suas palavras. Apesar de todo seu esforço em não repetir a história de sua mãe, em alguns aspectos ela acabou repetindo as vivências dela e atribuindo as coisas “boas” que aprendeu com o pai em relação a seus filhos.

Na fala de Ruth, percebe-se uma grande admiração pela mãe, devido a sua força em enfrentar as dificuldades que a vida lhe impôs e ela nunca ter desistido de nenhuma filha e nem mesmo de buscar sua felicidade.

Mãe é tudo, por mais que tenha acontecido tudo que aconteceu, foi ela quem me deu a vida, ela quem me criou, apesar de toda a dificuldade, por mais que ela tenha me batido, amo, amo, amo ela. Se tivesse uma forma de

ajudar ela (choro)... eu sei os horrores que ela passou pra nos criar, ela se humilhou, tudo o que ela fez foi pra nos sustentar, muitas vezes ela queria fazer alguma coisa, mas nós éramos pequenas e ela sozinha com nós, não ia conseguir, tanto que quando nós crescemos ela se separou do meu padrasto. Ela abandonou a casa, deixou tudo pra ele. Começou do zero de novo. Ela nos deu o que tinha pra nos dar.

O sonho de Ruth é poder ajudar sua mãe, lhe dar uma casa para que ela possa plantar sua horta e criar suas galinhas, mas diz que não estudou para melhorar a vida da mãe. Arrepende-se muito disso.

O que a ajudou muito a enfrentar essas dificuldades foi sua fé: “me apeguei a Deus, eu posso conseguir um futuro melhor, eu tento buscar, mas eu levei tanto tempo pra descobrir isso”.

Os irmãos

Ruth reporta-se a sua irmã mais velha com muito carinho e cuidado, pois ela desenvolveu uma doença cardíaca em que um dos lados de seu coração cresceu mais do que o outro. Ela tem muito medo de perder essa irmã, a única consangüínea de pai e mãe. *“As outras eu também amo, mas sei que são forte, têm garra, mas ela é frágil, tenho medo de perder ela. Meu irmão também amo, mas com ele tive pouco contato”.*

Então a gente sempre foi muito unida, acho que pelo fato de ter vivenciado tudo isso. Eu nunca consegui ter ódio da minha mãe, por mais que ela nos espancasse, porque tudo que ela recebia do marido, descontava em nós. E ela pegava pedaço de pau, pegava pelos cabelos e jogava contra a parede. Aí tinha gente que dizia pra nós: como vocês não caíram na vida tendo tanta coisa ruim em volta? Mas é a última coisa que a gente queria, era ser igual a ela.

Também me preocupo muito com minha irmã, pois ela tem um lado do coração maior que o outro, então ela se juntou com um senhor lá que ajuda muito ela, desde os exames, tratamento e medicamentos, sustenta ela e os filhos dela. Mas eu tenho muito medo de perder ela.

A adolescência

Aos quatorze anos Ruth foi morar com seu pai, seu irmão e sua madrasta. Sua mãe separou-se do marido agressivo e ficou com sua filha mais velha.

Ruth mantinha contato com sua mãe e irmã. Passava os finais de semana na casa dela ou elas na casa de seu pai. Diz que o relacionamento de sua mãe e de sua madrasta era muito bom, eram amigas, visitavam-se, e isso facilitou muito a proximidade entre Ruth, sua mãe e irmã. *“Na casa do meu pai eu limpava a casa, fazia comida, eles chegavam em casa tava tudo prontinho, tinha meu dinheirinho pra sair com minhas amigas”*.

O pior já tinha passado, tinha uma vida normal, tinha amigos, ia à escola, sempre tive muita amizade com os homens. Tinha as festinhas, tudo era bom. Meus momentos tristes eram quando brigava com o namorado. Eu morava com meu pai, não tinha problema, só se eu criasse e eu não queria nada de ruim, então eu fazia minha parte e deu. Tudo normal.

O namoro

Ruth conheceu o pai de seu primeiro filho na escola aos seus dezessete anos de idade. Com dezoito e ele com dezenove, engravidou e foi morar com ele. Ficou com vergonha de ir à escola e acabou desistindo de estudar.

Nós tínhamos planos de noivar, casar... Mas eu engravidei e meu pai botando pressão pra nos casar. Demorou cinco meses, ele comprou um terreno, construiu uma casinha e fomos morar juntos. Ganhamos alguns móveis e levamos muita vela, pois não tínhamos nem luz elétrica. Duas crianças, eu com dezoito e ele com dezenove. Ele trabalhava com serviço de obra, aí ele começou a comprar as coisas... Aí montamos a casa. Ele nunca deixou eu trabalhar e nem estudar, só saía quando ele me convidava. Agora sei por que, é que ele fazia muita coisa errada, e se eu conversasse com alguém eu poderia descobrir. Então quando eu achava uma amiga, ele já dava jeito de espantar ela, de cortar relação. Pra mim não descobrir as coisas dele.

Ruth demonstra muita ingenuidade e confiança em seu companheiro, pois tudo que ele dizia para ela era a verdade: *“ele não faltava em casa, sabe... Me vestia, me sustentava, pra mim era um marido perfeito, não tinha como desconfiar”*.

Aí, quando ele foi preso pela primeira vez por porte ilegal de arma, eu comecei a descobrir as coisas, ele me desrespeitava e chegava em casa me beijava normalmente, fazia amor normalmente. Podia até me passar uma doença, ele não me respeitou e nem respeitou seu filho, aí peguei nojo, tinha vezes que ia visitar ele na prisão e não conseguia nem dar um beijo nele. Mas nunca o abandonei, fui visitar ele dois anos e meio na prisão. Ficamos casados cinco anos. Passava por aquelas revistas íntimas horríveis. Ficava sabendo das coisas erradas que fazia quando a polícia me avisava que ele tava preso, na segunda vez foi por assalto à mão armada.

Durante o tempo em que seu companheiro esteve preso, Ruth teve que enfrentar a vida sozinha com um filho nos braços. Então teve que buscar emprego e assegurou-se na fé. Conseguiu um emprego de doméstica com carteira assinada e sua mãe cuidava de seu filho enquanto trabalhava. Trabalhou também em lavagem de carro e algum tempo depois seu filho ficou doente, então ela parou de trabalhar, fez um acerto com seu patrão, conseguiu receber seu seguro desemprego e logo que seu filho melhorou ela voltou a trabalhar. *“Eu me olhei no espelho e não gostei de mim, porque eu chorava muito quando ele foi preso, mas aí eu me vi chorando, triste e pensei, eu tenho um filho pra criar eu tenho que ser forte e lutar.”*

A palavra pai e mãe em relação a seus filhos

Me dói muito, porque é uma coisa que eu vejo no Kael (filho mais novo), ele olha os pais vizinhos chegar em casa e os filhos abraçam seus pais, e ele também quer um pai, então ele se joga pras pessoas, os pais dos amiguinhos dele abraçam, beijam ele e ele fica feliz. Abraça eles mesmo. Eu não sou pai, eu sou mãe, acho que só sei ser mãe.

A história do Daniam (filho mais velho), ele entende tudo, mas ele diz: mãe eu só vou poder ver meu pai mais tarde, se não ele sabe onde nós moramos e pode te matar. E eu digo a ele que o pai dele ama muito ele, que o problema dele é comigo, e o que podemos fazer é orar muito para que ele possa se encaminhar na vida e poder te ver, te respeitar e poder matar essa saudade. Mas o Kael, já é diferente, ele não vai poder mais ver o pai dele.

O pai do filho mais velho de Ruth assassinou o pai do filho mais novo dela, era para ela ter morrido junto com ele e seu filho, mas ela conseguiu sobreviver e protegeu seu filho para que ele não morresse. Isso porque Ruth resolveu deixar seu companheiro, até então preso, para recomeçar sua vida com outra pessoa. Se ex-companheiro preso, quando entrou em regime semi-aberto, planejou a morte da nova família de Ruth e executou seu plano, mas conseguiu matar somente o atual

companheiro dela. Hoje ele encontra-se fugitivo. *“Ele se transformou em um monstro, não era ele, não o reconheço, eu não acredito que alguém possa ter tanto ódio para matar alguém. Não sei, acho que porque nunca desejei o mal pra ninguém.”*

Mãe é tudo né. Procuo mostrar pra eles o quanto eu amo eles, dando carinho, ensinando, conversando. Depois que a gente é mãe, tem família, o caráter muda automaticamente, tu já tá sabendo o quanto tua mãe te ama, porque agora tu é mãe. Tem a coisa da responsabilidade, do exemplo. Creio que vou conseguir buscar a criação que eu aprendi com meu pai, chamar pro diálogo, sem agressão, sem confusão, com conversa, explicando. Eles já me entendem e me ajudam. Se querem alguma coisa eu explico que não vai dar, se tu não tem é porque não deu ainda, a tua parte é qual? Estudar pra conseguir as coisas.

Não quero que eles pensem que não têm as coisas por culpa minha. Mas que entenderam a situação, e eles entendem. Porque minha mãe não me explicava e eu não entendia que não dava, hoje eu quero que eles entendam como a vida funciona, saber da realidade.

A palavra família para Ruth *“é tudo, mas tá longe, é horrível”*. Ela, desde que foi morar com seu primeiro companheiro, sempre viveu perto da sua mãe, era ela quem cuidava dos meninos enquanto trabalhava. Confraternizavam juntos aos finais de semana com churrasco e se viam todos os dias.

A imagem de si

Em relação à sociedade, Ruth se sente excluída, mas diz que é um problema dela, pois não consegue se deixar envolver pelas pessoas, pois sente muito medo.

Ela chegou ao Programa em estado de choque e teve várias situações de pânico, enxergando e ouvindo coisas, com idéias persecutórias que fizeram com que ela fosse relocada por três vezes. Não conseguia dormir à noite com medo que alguém a matasse. Foi encaminhada a tratamento psiquiátrico e terapêutico com uso de medicamento. Ela ligava constantemente para o Plantão Técnico, muito aflita e chorando muito. Nós a atendíamos no local onde estava locada, independente do horário ou do dia.

Hoje ela apresenta várias evoluções, está realizando um curso, fazendo projetos voluntários e construiu uma rede de amigos na Igreja que frequenta.

Me vejo uma pessoa simples, pouca atitude, mas uma pessoa que quer desenvolver, ser aquela pessoa guerreira de novo. Eu sonho muito, eu quero me sentir mais viva, acho que to meia parada, mudei minha vida, mudei meu caráter. O que me trava é o medo, quando entrei no Programa, achei que ia morrer, que iam me achar e me matar.

Agora consigo sair de casa, comecei a fazer minhas coisas, eu quero fazer, buscar mais, mas ainda tenho medo, aí vou devagar. Sonho em sustentar meus filhos, ter minha casa, tenho que buscar uma forma de conseguir isso. To fazendo meu curso, já fiz as provas pro supletivo, logo começo a estudar de novo. Eu sei diferenciar essas coisas, porque vivi num mundo ruim e num mundo bom.

Sua “identidade visada” condiz com o que quer ser e suas palavras são claras em relação a isso. Seus sonhos falam por ela, e a realidade atual lhe proporciona condições para que consiga desenvolver seu novo projeto de vida.

Me acho uma pessoa querida, não queria que as pessoas me vissem como uma pessoa dengosa, porque eu não sou. Mas to tranqüila vivendo a vida, procurando me encontrar, até porque eu preciso desse tempo e o Programa tá me dando esse tempo e essa tranqüilidade. Eu mudei de caráter no convívio com vocês. Eu percebo quando vocês estão bem ou não pela voz no telefone, mas algumas pessoas não conseguem passar uma energia boa, parece que tão de mal com a vida e tu sente isso.

Como as pessoas te vêem

Já sua “identidade atribuída” lhe fala algo que não condiz com o real, mas as pessoas a sua volta não sabem e nem podem saber de sua história e fazem seu julgamento pelo que ela representa hoje.

As pessoas acham que eu sou muito tranqüila, dengosa, mas não é isso, é que os problemas que as pessoas passam, perto do que eu passei parecem que perdem a gravidade que elas dão a isso, mas eu não posso falar de mim então eu fico quieta e as pessoas não entendem meu jeito. Que eu choro muito, mas eu me acho normal. E minhas amigas acham que eu sou muito decidida, muito sincera, quando eu acho que vou ser muito forte no que vou dizer, eu tento ser mais leve.

As pessoas me acham cheia, mas não é isso, é que eu não me presto pra ficar na esquina falando da vida dos outros. Se o assunto não tá me agradando eu viro as costas e me retiro. Eu não vou ganhar nada com essa conversa, e as pessoas que acham que eu sou cheia por isso. Eu vou pra minha casa, eu não vou plantar o que não quero colher, dar oportunidade pra intriga. Prefiro conversar coisas boas, detesto fofoca.

PROTEGE

O relato de Ruth foi uma das surpresas boas que o Programa nos dá, pois as palavras que ela utilizou para demonstrar o nosso trabalho foram de uma sensibilidade comovente. Muitas vezes fizemos idéia das dificuldades que essas pessoas passam na vida, mas talvez por defesa própria não nos deixamos envolver tanto, até porque seria humanamente impossível, com nosso quadro profissional e apoio emocional inexistente. Por isso fiz questão de descrever, sem nenhuma entrelinha minha, as palavras dela:

Programa de Segurança, no início achava estranho, achei que iam me pegar aqui e botar lá e deu, te vira, mas não. A palavra PROTEGE faz jus à palavra. Achei que podia ser um seqüestro, que iam me matar, tirar meus órgãos e me largar numa vala, sei lá... não sabia o que ia acontecer comigo, achei que ia morrer mesmo, nem era pra eu tá viva.

Há um apoio emocional, financeiro, esse Programa ajuda muito mesmo.

Demorei a acreditar que vocês faziam, me perguntava, mas por que eles tão me ajudando? Por que eu? Comecei a pensar e agradecer a Deus, sem Deus eu nem tinha chegado aqui.

Ninguém mais que a psicóloga pra saber o que eu passei, porque ela acreditava no que tu tá passando e sofrendo, ela te entende, ela acaba se envolvendo com a situação e a gente se vincula com isso. Creio que foi a pessoa que mais esteve presente.

Essa calma, passar essa atenção e dedicação pras pessoas que chegam aqui, é muito difícil. Eu me recuperei por causa de vocês. Se eu tivesse num lugar que as pessoas não me dessem a mínima pra mim, eu não teria conseguido me recuperar.

Foram sempre compreensivos, pacientes, aí eu pensava, bah tem alguém que se importa comigo. Vocês gostam do que fazem. Isso a gente vê. Nunca recebi um não, se não dava, de um jeito ou de outro, isso me deixava tranqüila.

Valeu a pena ter entrado no Programa, não perdi nada, só ganhei, eu teria morrido se não fosse o Programa. Ele ia me achar logo. Se eu não tivesse morrido, tinha ficado louca, porque a forma que cheguei aqui, meu Deus, vendo coisas onde não existia, escutando vozes. Hoje eu vejo que não to perfeita, mas, nossa, eu melhorei muito com o tratamento, medicamento. Hoje eu to lúcida, consigo sair de casa, dei um passo enorme pra melhor. Saber que não tava sozinha, que tinha alguém que gostava de mim, não sei por que, mas tinha.

Agora sou uma outra pessoa, eu mudei de caráter, eu melhorei, eu saí do inferno pro céu, foi um passo grande. Eu quero sair empregada, com forças pra buscar o melhor pra mim e pros meus filhos, ser um bom exemplo pra eles, e um dia poder contar pra eles tudo que aconteceu.

Deus existe e existem pessoas humanas que gostam do seu trabalho, que fazem bem ao próximo. Ainda existe ser humano na terra. Não é só acreditar, é ver, é sentir o que vocês fazem, o bem que vocês fazem pras pessoas.

É muito bom saber que existem pessoas assim.

A vida entre parênteses

Ruth foi vítima de uma violência traumática, e sua recuperação dependia de ela, além de estar segura, sentir-se segura. O tempo em que esteve no Programa serviu para que esse tempo dela fosse respeitado e sua melhora auxiliada por pessoas que acolhessem sua situação vivida no momento presente.

Hoje ela encontra-se mais fortalecida e saudável para reconstruir a vida de sua família de forma digna e auto-sustentável.

Para Ruth a “vida entre parênteses” foi essencial para que se reconstruísse depois de um trauma tão forte. O Programa serviu como apoio para que ela se restabelecesse emocionalmente, para que pudesse planejar sua vida futura com mais segurança e autonomia. Isso ela deixa muito claro em suas próprias palavras: *“Mas to tranqüila vivendo a vida, procurando me encontrar, até porque eu preciso desse tempo e o Programa tá me dando esse tempo e essa tranqüilidade. Eu mudei de caráter no convívio com vocês”*.

4 “VIDA ENTRE PARENTESSES”: MEMÓRIA E IDENTIDADE

4.1 O PROTEGE

O PROTEGE além de assumir muitas particularidades em relação à sociedade e ao usuário do Programa, também assume suas particularidades em relação aos técnicos que prestam serviço para esta política pública.

Na nossa rotina diária exercemos a função de plantonistas, onde a cada sete dias, o plantão é repassado de técnico para técnico, assim como os agentes de segurança (plantão técnico e plantão de segurança). Assumimos o plantão e respondemos por ele vinte e quatro horas, durante sete dias, fazendo um rodízio entre os quatro técnicos responsáveis, onde situações das mais diversas acontecem: um encaminhamento ao posto de saúde de contato nosso para atendimento de uma criança que sofreu algum trauma; a alimentação que acabou antes do prazo estabelecido, devido a grande ansiedade da família pela nova situação vivenciada; atendimento a conflitos conjugais devido ao tempo em que ambos encontram-se em suas companhias; diversos momentos em que a testemunha sente-se sozinha e precisa falar com alguém sobre si e suas angústias, pois não pode comentar com ninguém sobre sua vida; quebrei um dente; estou com dor de ouvido; estou com saudades; estou com medo; estou sem dinheiro; não agüento mais; todo mundo me abandonou; não quero ficar aqui; acabou a fralda do bebê; quando vocês vão vir aqui; quero falar com advogado; achei um curso pra fazer; só bebo leite de soja; a lamina da gilete me deu alergia; posso ir na Igreja; quero ligar para minha mãe; terminou meu cigarro, acabou meu medicamento, as roupas das crianças não servem mais, quando vêm os materiais escolares; preciso repassar os orçamentos dos livros para a escola, etc.

Atendi uma chamada do plantão técnico, as vinte e uma horas de uma sexta-feira, de alguém que não conhecia a voz, perguntei com quem gostaria de falar, e a pessoa disse: “É sobre a “Marta” (nome fictício de uma de nossas testemunhas protegidas), peguei esse número que ela liga do meu celular para

você, é parente dela? Ela esta trancada em casa e seu filho está chorando muito, ela não responde meu chamado, acho que está desacordada”

Orientei a vizinha a tentar arrombar alguma janela e tentar entrar para acalmar a criança (de um ano de idade), e manter contato. Liguei para o plantão de segurança e lhe passei a situação, o agente deslocou-se imediatamente para auxílio dessa testemunha, mas a localidade é distante (média de uma hora e meia de deslocamento).

Mantendo contato com a vizinha, a informação era que “Marta” havia abusado de medicamentos, junto com bebida alcoólica, permanecendo desacordada, mas respirando. Pedi para que a vizinha ficasse em sua companhia, com o bebê, até que alguém chegasse, pois já estávamos a caminho do local.

Ao chegar no local, o agente de segurança me liga para relatar-me a situação: “Marta” esta desacordada, mas consciente, a vizinha disse que ficará com ela essa noite e cuidará do bebê. Marta não havia tomado uma dosagem que lhe levasse ao risco de morte. O agente de segurança de plantão resgatou todos os medicamentos desta testemunha como forma de assegurar que ela não repetisse o ato.

O agente de plantão, retornou ao local no dia seguinte e a testemunha demonstrou arrependimento e disse que ela só queria dormir, não queria morrer. Ela foi encaminhada para atendimento psicológico e reavaliação psiquiátrica.

Essas situações causam um grande desgaste e tensão, pois além dessa testemunha estar colocando sua vida em risco e de uma criança, ela se expõe à uma quebra de norma de segurança da qual pode levá-la a exclusão do Programa, entendemos que não podemos garantir pela vida dela sem que ela a deseje. Somos atentos e solícitos a todas as possibilidades de tratamento para os usuários de que deles necessitar, mas não podemos perder de vista que no momento em que uma testemunha coloca-se em risco, ela está expondo o Programa como um todo, as outras testemunhas e a equipe que lhes presta serviço.

Toda esta estrutura organizacional e de preparo para executar tal função passa por uma preparação emocional além da questão profissional técnica, pois as decisões que são tomadas podem decidir a vida de alguém e para isso não existe um talvez. O peso da responsabilidade é compartilhando entre os componentes da equipe, Coordenação e CONDEL, mas a decisão no ato do acontecimento é de quem responde pelo plantão.

O acompanhamento desses profissionais também deve ser fundado em uma sensação de segurança, tanto física como funcional, e para isso devemos confiar uns nos outros, saber da capacidade de ação e atuação dos colegas de trabalho, Coordenação e CONDEL. A Equipe Técnica e de Segurança deve ter uma estrutura muito bem centrada e fortalecida para executar seu trabalho com segurança, eficácia e eficiência, caso contrário, teremos conseqüências de “efeito dominó”, isso é: o profissional inseguro, não conseguirá passar segurança para as testemunhas, as testemunhas sentindo inseguras demandam ações como a que descrevi acima, isso acarreta mais insegurança para o técnico, sobrecarregando a estrutura, o propósito fundamental do Programa se estremece e o caos está formado.

A realidade cotidiana do funcionamento do PROTEGE, além do plantão técnico e de segurança, ainda conta com monitoramentos mensais a todas as testemunhas, as quais necessitam de deslocamentos, alguns com necessidade de pernoite; projeção de custos e gastos mensais de cada caso e distribuição desse recurso para manutenção de suas necessidades específicas; aquisição de material escolar, vestuário, alimentação, medicamentos; encaminhamentos preferencial para atendimentos médicos, hospitalares e da previdência; a busca de ninhos adequados para cada situação, assim como montá-los e adequá-los para as demandas de cada caso (desde a xícara e toalha de rosto à geladeira e o ventilador), providenciar documentação (carteira de trabalho, históricos escolares, título de eleitor, carteira de vacinação, entre outros); acompanhamento a algumas consultas médicas, exames ou procedimentos médicos; sendo que todas as atividades devem ser relatadas em documento para a ciência do CONDEL e possíveis deliberações.

Os monitoramentos seguem o objetivo da resignificação e reflexão do momento presente e futuro de cada indivíduo, assim como momento de desabafo das testemunhas e efetivação das possibilidades dos novos projetos de vida. Não esquecendo da constante análise das possibilidades e necessidades avaliadas para a inclusão e/ou exclusão do Programa.

Acredito que além da formação técnica o perfil deve ser levado em conta como fator indispensável para tais funções. Isso por que realizamos muitas ações que vão além de nossa formação, como a de cuidar de um bebê de vinte e um dias enquanto seus pais prestam depoimentos, num deslocamento de duas horas para ir e duas para voltar, sem contar o tempo da audiência. Os nossos horários são determinados pelas necessidades demandadas das testemunhas que acolhemos.

4.2 PERFIL GERAL E DOS CASOS ESTUDADOS

Em sua maioria das testemunhas que foram indicadas no ano de 2007 foram encaminhadas pelo Ministério Público, em segundo, pelas Delegacias de Polícia Civil e em terceiro, as testemunhas chegam ao Programa pela própria iniciativa. Sendo que os crimes denunciados estão, por ordem de incidência: homicídios, tráfico de entorpecentes e roubo. Das testemunhas que incluíram no Programa no ano de 2007, 13 são da região metropolitana, 13 do interior do Estado e 1 de outro Estado, totalizando 39 indicações, mas dessas apenas 24 foram incluídas no PROTEGE. Foram realizadas 23 audiências destas testemunhas. Esse é um fator em que o Rio Grande do Sul se destaca em relação aos outros Estados, pois a morosidade judiciária dos demais Estados é muito grande, muitas testemunhas terminam o tempo de permanência previsto em lei e não foram ouvidas em nenhuma única audiência. A faixa etária do público do PROTEGE, são cidadãos entre 18 e 35 anos de idade, onde a média entre masculino e feminino se equivale. (ANEXO N° V)

A grande dificuldade no atendimento desse público é a de instigar suas perspectivas: o “sonho”, sendo esses, indivíduos não acostumados a sonhar com

seu futuro (o que gostaria de ser um dia), pois sempre fizeram o que tinham para fazer. Apresentam-se como sujeitos engessados pela realidade que os envolve sem nenhum sentimento de credibilidade em si próprios, há uma naturalização de suas condições; ou ainda, aqueles que vêm na marginalidade sua única forma de ter respeito segundo seu desejo, como uma hereditariedade.

É nesse contexto que esses sujeitos nascem, crescem e muitas vezes morrem, numa cultura própria do meio em que passam suas vidas, conseqüências de um círculo vicioso.

Tendo em vista que a grande maioria dos casos é, de certa forma, comprometida com o crime delatado, a busca pelo recomeço dentro dessa realidade torna-se o projeto de vida destas testemunhas. Diante desse potencial de desenvolvimento e possibilidade de mediação, a proposta de uma ressignificação das memórias é aceita por alguns. Nesse contexto, onde se poderá perceber o funcionamento de seu sistema de compreensão que tem do mundo que o rodeia, o sentido de justiça, respeito ou o de desrespeito.

Quando a testemunha entra no Programa, ela passa a ser parte de um meio totalmente novo e desconhecido, o que faz com que passe por momentos atordoantes. Segundo Bosi (2003), esse ambiente novo de estimulação completa é uma mancha confusa que hostiliza os sentidos. Aos poucos essa mancha vai sendo clareada de acordo com a atenção recebida. Esse processo só acontece com a presença da receptividade dos envolvidos e assim permanece com o indivíduo por algum tempo essa determinação do real.

O movimento de reflexão da história de vida de cada um desses sujeitos nos traz um resgate de suas vivências cotidianas em prol da reatualização, recriação de suas memórias no momento presente, onde o passado é ressignificado a partir de sua visão de mundo e sua consciência de si no momento presente. A memória, portanto, constrói o real, muito mais do que o resgata.

Muitas coisas me chamaram a atenção nos relatos feitos, uma delas é o fato deles terem mais lembranças da infância do que qualquer outra fase da vida; outro ponto é que, indiferente da situação que os trouxe ao Programa, o papel representado pela mãe dos entrevistados em suas histórias de vida.

O caso I:

Sinto paz quando vejo meus filhos conversando entre eles... Eles têm amor um pelo outro... **Um amor diferente, que eu nunca tive.** Quando eu não existir mais, que eles sejam unidos... Se não fosse o amor que sinto por mim e pelos meus filhos... Às vezes da vontade de deitar e dormir... Dormir... aí lembro das crianças. O HIV pra mim é uma tonelada, uma coisa horrível... é uma coisa triste que vou ter que levar para ao resto da vida. HIV pra mim é um preconceito, é uma coisa triste que eu nunca escolhi. Tenho muita pena de mim, mas é muito melhor que não ter uma perna ou um braço... é uma lição horrível. (choro).

O caso II:

Meu pai é meu melhor amigo, é tudo pra mim, é um homem forte, um baita amigo. **Minha mãe é tudo, mãe é mãe,** não tenho nem o que dizer, é um nome muito forte. Meus irmãos são amigos, companheiros, não só nos momentos difíceis. Ajudam o cara a esconder as coisas erradas. Era com eles e **com minha mãe com quem eu mais conversava.** Minha família tinha uma relação amorosa.

O caso III:

A lembrança da minha mãe é a da ausência. A filha protegida era a minha irmã quatro anos mais velha que eu, ela teve uma situação complicada na gestação e nos primeiros anos de vida, aí minha mãe se apegou mais a ela. A mãe teve rubéola na gestação. Até hoje meus irmãos sentem o mesmo que eu. Sinto que não representava muita coisa na minha infância, mas agora sei que faço falta. **Meu único ressentimento que tenho é que ela me disse que eu não deveria ter nascido.** Isso não é coisa que se diga pra um filho. A única vez que tentei falar com ela sobre isso, não foi muito bom.

Minha mãe mudou pra mim. Tem aquele ditado: só dá valor quando perde, mas ela não me perdeu, só tá longe. As vezes eu sinto falta da mãe. **Sinto falta da mãe que tenho mesmo, porque a mãe que eu queria sempre senti e sempre sentirei.** Apesar que hoje ela tá mais perto da imagem que eu tenho de mãe.

O caso IV:

Mãe é tudo, por mais que tenha acontecido tudo que aconteceu, foi ela quem me deu a vida, ela quem me criou, apesar de toda a dificuldade, por mais que ela tenha me batido, amo, amo, amo ela. Se tivesse uma forma de ajudar ela (choro)... eu sei os horrores que ela passou pra nos criar, ela se humilhou, tudo o que ela fez foi pra nos sustentar, muitas vezes ela queria fazer alguma coisa, mas nós éramos pequenas e ela sozinha com nós, não ia conseguir, tanto que quando nós crescemos ela se separou do meu padrasto. Ela abandonou a casa, deixou tudo pra ele. Começou do zero de novo. **Ela nos deu o que tinha pra nos dar.**

4.3 MEMÓRIAS E IDENTIDADES: BALANÇO TEÓRICO E OS SENTIDOS DO PROTEGE

A grande “transformação” que ocorre nessa “vida entre parenteses” é justamente o resgate da memória individual e coletiva (o que é meu e o que é do outro), para o desenvolvimento e amadurecimento da identidade individual e social (o que sou e o que represento). Para isso a memória deve ser ativada e compreendida num meio onde haja um suporte para o acolhimento e “segurança”, no sentido amplo da palavra, para que esse momento aconteça sem grandes traumas e de forma profunda.

A memória é reavivada nesse contexto como uma construção histórica coletiva de um indivíduo que demanda e sofre conseqüências do meio em que vive.

Desde que a criança ultrapasse a etapa da vida puramente sensitiva, desde que ela se interessa pela significação das imagens e dos quadros que percebe, podemos dizer que ela pensa em comum com os outros, e que seu pensamento se divide entre o conjunto das impressões todas pessoais e diversas correntes de pensamento coletivo (HALBWACHS, 2004, p.66).

Toda a memória é fundamentalmente “criação do presente”, ela é ativada visando, de alguma forma, o controle do passado de acordo com o momento vivido no presente. Nesse contexto há a possibilidade de se trabalhar as memórias como objeto de resignificação através do relato das histórias de vida, podendo captar o que acontece na intersecção do individual com o social, assim como permitir que elementos do presente fundam-se a memórias de vivências passadas. Podemos

dizer, que a vida olhada de forma retrospectiva faculta uma visão total de seu conjunto, e que é o tempo presente que torna possível uma compreensão mais aprofundada do momento passado.

Com efeito, as histórias de vida representam a melhor maneira de compreender a cultura “do lado de dentro” como “um conjunto vivo”, regido pela harmonia interna, não como um conjunto arbitrário de costumes e instituições, cuja realidade é apenas percebida (CAMARGO, 1984, p.09).

Ao focalizar as memórias pessoais, o indivíduo constrói também uma visão mais concreta da dinâmica de funcionamento e das várias etapas da trajetória do grupo social a que pertence. Muitas dessas memórias são chamadas subterrâneas ou marginais, porque correspondem a versões sobre um passado de “dominados” de uma sociedade, ficando a margem da história oficial. Essas memórias não são geralmente registradas em documentos; fazem parte de registros transmitidos verbalmente de geração em geração através dos tempos.

Muitas memórias subterrâneas e “marginais” se fizeram presente nos depoimentos coletados:

O caso I: *“todos progrediam, menos a minha família”*.

O caso II: Relata que sua primeira casa era bastante humilde e de madeira, moravam diante de uma estrada movimentada e do outro lado dessa estrada seu pai trabalhava numa metalúrgica. Ele conta que iniciou sua vida laboral aos nove anos de idade, sem pressão ou objeção dos pais.

O caso III: Na sua infância seus relatos são de que residia em uma casa de madeira com sala, três quartos e cozinha, sua localidade era “distante de tudo”. Residia em frente a uma BR e sua rua era de chão batido.

O caso IV: *“era uma casa de madeira bem grande, os trilhos do trem passando na frente de casa” [...] “ele era muito agressivo, os dois bebiam, brigavam muito, com o passar de oito anos se separaram”*.

Segundo Halbwachs (2004), a memória depende também do contato social. Assim, representa, ao mesmo tempo, a trama da identidade individual e coletiva. Os depoentes conseguem reconstruir o grupo a que pertenceram e uma identidade no momento em que se ativa a memória e os lugares da sociedade os quais viveram. A memória não pode ser ativada isoladamente e nem mesmo sem apoiar-se no grupo social que compartilhou os fatos ou as experiências lembradas. A memória acaba sendo, então uma condição da identidade dos grupos e das pessoas.

Numa primeira constatação, parece-me que o momento vivido, desses usuários do Programa de Proteção a Testemunhas Ameaçadas do Rio Grande do Sul, é como uma “vida entre parênteses”, pois eles passam em média dois anos de suas vidas ao aparo dessa política pública a qual os acolhe e os resgata enquanto cidadãos de direitos e deveres. Nesse tempo há um esforço técnico em prol do desenvolvimento de suas possibilidades de auto - sustentabilidade, de forma lícita, e uma provocação no que diz respeito à reflexão sobre suas histórias de vida. O movimento mais significativo em busca de sua (re) inserção social está na possibilidade de uma resignificação de suas vivências anteriores. Nesse momento há um espaço / tempo para um “passar a limpo” as vivências de cada um com o propósito de situar esse usuário como ser integrante de um contexto social, onde sua identidade pode ser reconhecida como um sujeito de ação não de vitimização.

Mas, quem sou eu no coletivo? Mais um? Saber quem sou, é ter que saber em que posição me coloco. A identidade do indivíduo se baseia pelos compromissos e identificações, morais ou espirituais, assumir o que é bom, o que é valioso, o que aprovo ou desaprovo, isto é, a posição que tomo diante de alguma situação.

O que isso traz à luz é a ligação essencial entre a identidade e uma espécie de orientação. Sabe quem se é equivalente a estar orientado no espaço moral, um espaço em que surgem questões acerca do que é bom ou ruim, do que vale e do que não vale a pena fazer, do que tem sentido e importância para o indivíduo o que é trivial e secundário (TAYLOR, 1994, p.44).

O que vem ao encontro desse pensar é a forma em que o indivíduo representa em cada tipo de identidade que assume em seu cotidiano diante da sociedade. Essa representação está diretamente ligada à imagem que se quer passar.

O nosso corpo é apresentado por Goffman (2005) como um objeto precioso digno de atenção na efetivação das representações ao que convêm no momento e local adequados. Assume um tipo macro social de *status*, classe social, divisão do trabalho, identidade político-partidária etc.

Somente a capacidade humana de representar, de aludir a alguma coisa que não está, mais presente física, material, consegue exemplificar essa fascinante e complexa cena. Para encenar esse sentido e todos os outros que necessitamos na vida quotidiana, é preciso contar com um repertório de signo cuja manipulação se faz segundo regras compartilhadas e utilizadas por todos ao mesmo tempo, dentro de uma sociedade ou de um grupo (GOFFMAN, 2004 p.137).

Os questionamentos que servem de provocação e incentivo para a reflexão do vivido, aparecem com o passar dos dias após a entrada desse indivíduo no Programa: Será que vivemos em prol do que queremos? Isto é, de nossos projetos de vida, ou somos inseridos, envolvidos, adequados aos projetos dos outros?

Follmann (2001), descreve isso muito bem: “Quando um ser humano é esvaziado de seu projeto (ou seus projetos) e se encontra obrigado a viver segundo projetos que não são os seus, ele perde sua identidade e fica reduzido a uma situação de alienação” (p.45).

Então podemos ampliar essa reflexão para uma visão mais macro da relação do indivíduo e da sociedade: Qual o espaço que pertencemos na sociedade? Qual o espaço que achamos ocupar nela? Estamos será incluídos ou excluídos dela? Se estamos, ou somos excluídos onde estamos ou de onde viemos? A margem não faz parte da sociedade? O que se quer dizer com a inclusão social, à que isso se propõe? Adequar, formatar, alienar?

Homens e mulheres, adultos e crianças, pobres e ricos, brancos e negros, heteros e homossexuais, católicos e espíritas, vegetarianos e carnívoros etc. Até nas oposições pareceria que tudo indica que vivemos uma vida de signos.

Vivemos uma vida de signos:

O pensamento não é outra coisa que uma teia de signos. Os objetos nos quais o pensamento se ocupa são signos. Tentar tirar os signos e chegar a profundidade do próprio significado é como tentar pelar uma cebola e atingir assim o fundo da própria cebola... A vida que levamos é uma vida de signos. Talvez essa não seja uma imagem elegante da subjetividade humana, mas ela é tão libertadora quanto a visão do self que nos deixou a herança teórica de Erving Goffman. Todos os aspectos do self são reais, e nenhum é mais do que os outros. Isso que nós acreditamos ser, isso que queremos ser, e aquilo que o outro espera que nós sejamos, tudo em conjunto constitui o nosso processo de sermos o multiforme que conhecemos como a identidade humana (GOFFMAN, 2004, p.145).

Esses signos nos são passados e por nós apreendidos de forma natural desde nossa infância, onde tudo é verdade e irrefletido. Por isso, mantendo minha identidade humana, continuo a questionar: essas crianças que nascem, crescem e por sorte sobrevivem numa cultura marginal, onde é natural roubar, ou querem ser como o pai que é traficante; a mãe, que ainda é adolescente, ou vive numa família onde cada irmão é filho de um pai diferente, muitas vezes nem os conhecem e são criados pelos avós... Como estão sendo desenvolvidas as identidades num momento tão importante da construção a partir dessa realidade?

Parece que não enxerga-se essa situação, ou até, enxerga mas não se admite, julga, renega, exclui. Como um indivíduo poderá conhecer uma realidade diferente da que ele vive e poder acreditar que pode ser diferente se não abriremos as portas e lhe acolher, confiar? E na primeira chance, no primeiro deslize, deixar de pensar: é um ingrato!

Existem muitas formas de se ajudar as pessoas, mas existem algumas que ajudam como forma egoísta, de proteção própria, como a de dar gorjeta ao flanelinha para que ele não risque seu carro, ou dar uma moeda para não te importunar mais, ou então doar uma cesta básica porque o vizinho doou e o que ele

vai pensar de sua indiferença caso não doe, ou ainda pior, adotar uma criança para pagar uma promessa.

Começamos a aprender nossas linguagens de discernimento moral e espiritual ao ser introduzido numa conversação em andamento daqueles a quem nos cabe nossa educação. Os significados que as palavras-chaves tiveram pela primeira vez para mim são os significados que elas tem para nós, isto é, para mim juntamente com os meus parceiros na conversação. Neste ponto tem relevância uma importante característica: ao falar sobre algo, você e eu fazemos disso objeto para ambos, isto é, não simplesmente um objeto para mim que por acaso também o é para você, ainda que acrescentemos que sei que é um objeto para você e que você sabe etc. (MELLUCCI, 2004, p.54).

Assim, as palavras que também fazem parte do nosso vocabulário como a raiva, a ansiedade, o medo, a indiferença, o preconceito, a insegurança, a revolta acabam por fazer parte e ter um sentido na vivencia desses indivíduos os quais suas identidades são fundadas no momento vivido.

Estamos todos fazendo parte dessa imagem que se tem da vida, pela indiferença, pela ausência, pela displicência, pela alienação ou pelos mesmos sentimentos de ansiedade, medo, indiferença, preconceito, insegurança... Estamos nos afastando uns dos outros, as diferenças acabam por ruir um abismo entre os indivíduos que compartilham o mesmo mundo capaz de destruí-lo.

Diante disso, existem algumas ações voltadas a reflexão e consciência de si; algumas ações essas, de fundo pedagógico e social que instigam o indivíduo a pensar e se perceber num meio coletivo, sem que para isso tenha que perder suas características particulares.

A dificuldade enfrentada pelos integrantes da Equipe Técnica do Programa é desenvolver, a partir de estímulos, os indivíduos que nunca sonharam com um ideal, diferente do que eles mantêm no momento real. Sua vida manteve-se numa história geracional empobrecida, em todos os sentidos e assim suas perspectivas em relação ao futuro tornam-se limitadas.

Por exemplo, Taylor (1994) indica uma forma de passagem de um estado à outro (alienação e consciência):

Logo só posso apreender o que são raiva, o amor, a ansiedade, a aspiração à plenitude etc. por meio da experiência, minha e dos outros, deles como objetos para *nós* em algum espaço comum... Posso desenvolver uma maneira original de entender a mim mesma e à vida humana, ao menos uma maneira que esteja em aguda oposição à da minha família e do meio de que vim. Mas a inovação só pode ocorrer a partir da base de nossa linguagem comum. Mesmo que eu seja adulto mais independente, há momentos em que não posso esclarecer o que sinto até falar sobre o assunto com algum (alguns) parceiro(s) especial (especiais) que me conhecem, ou têm sabedoria, ou com quem tenho afinidade (p 55).

Para o autor esse pensamento traduz a impossibilidade de uma criança em argumentar seus pensamentos. Por não haver o discernimento, a linguagem se limita na aceitação de uma confusão de idéias sobre a realidade, onde o indivíduo já adulto tem essa percepção mais clara e estruturada, mas com o vício da reprodução de um sistema assimilado na infância. Esse processo pode ser refletido e reestruturado com o indivíduo no momento de acolhimento e confiança, onde um julgamento é completamente dispensado e o respeito à sua história de vida priorizado.

Assim Taylor (1994), complementa:

É essa a situação original que confere sentido a nosso conceito de "identidade", dando uma resposta à questão de quem sou ao definir de onde falo e a quem falo. A plena definição da identidade de alguém envolve, em geral, não só sua posição em assuntos morais e espirituais como também alguma referência a uma comunidade definitiva (TAYLOR, 1994, p.56).

Acredito que a conscientização disseminada por instituições voltadas aos direitos humanos, junto com pensadores sociais, devem cumprir sua missão de iniciar uma profunda ação do conhecimento reflexivo em prol da emancipação solidária e do reconhecimento, e assim seja cada vez mais fortalecida para que o indivíduo "não termine em si mesmo".

Os conhecedores desse processo da construção da identidade tornam-se comprometidos para pensar a elaboração das organizações com vistas ao desenvolvimento do processo reflexivo do ser coletivo e sua identidade.

O que a realidade nos oferece hoje, são políticas públicas e organizações sociais, que em sua maioria, são formuladas em gabinetes, por pessoas que desconhecem a real situação vivenciada. Pois aquelas a que é direcionada a política pública. Assim as propostas de melhoria da qualidade de vida desses indivíduos acabam sendo paliativas e assistenciais, com uma intenção firmada no propósito de torná-los sociáveis, usando padrões de referencia e julgamentos morais que desrespeitam a realidade cotidiana e história de vida e suas identidades.

O sentido do que os seres humanos são capazes de algum tipo de vida superior é parte dos fundamentos de nossa crença de que são objetos adequados de respeito, de que sua vida e integridade são sagrados ou gozam de imunidade e não devem ser atacadas. Logo, o fato de agora atribuímos grande importância aos poderes expressivos significa que nossas nações contemporâneas do que é o respeito à integridade das pessoas incluem a proteção à sua liberdade expressiva de exprimir e desenvolver suas próprias opiniões, definir suas próprias concepções de vida, criar seus próprios planos de vida (TAYLOR, 1994, p.41).

No momento que o indivíduo puder ter uma oportunidade de rever seu passado, perceber-se um indivíduo que aspira a uma identidade, poder refletir suas memórias, compreendê-la como sendo além de um ser único em suas particularidades. Torna-se um ser coletivo, ele perceberá que depende do outro para cultivar seus sentimentos, valores e o futuro do mundo partilhado.

Follmann (2001) se une à Dubar (1991) para explicar a idéia da dualidade vivida pelo olhar sociológico do indivíduo:

[...] entendemos que o conceito de identidade encontra o seu lugar na sociologia, na medida em que consegue dar conta da "dualidade" de ser, ao mesmo tempo, "para o outro" e "para si", dualidade essa que faz parte da própria definição desse conceito. Não basta, no entanto, de um simples dar conta da dualidade. A construção do conceito de identidade tem valor e importância em sociologia, na medida, em que ao mesmo tempo está referindo à realidade entre o indivíduo e o coletivo ultrapassa esta relação, resultando num processo novo que dá conta da dimensão biográfica e da dimensão relacional; ou seja, o conceito de identidade, na nossa maneira de ver, considera a integração em diversos níveis. Unimo-nos a C. Dubar em

seu esforço de construir um conceito sociológico de identidade que, englobando o individual e o coletivo, não seja redutível nem a um nem à simples soma harmoniosa dos dois (FOLLMANN, 2001, p.50).

Chega-se, assim, a realizar uma descrição...

Cada testemunha entrevistada manifesta um sentido específico em relação ao PROTEGE:

O caso I, por exemplo: as palavras que diz em relação ao PROTEGE e seus vínculos familiares ela admite que: **“foi um alívio”**.

Eu pedi pra Deus me tirar de lá, eu acho que... poderia ser de outra forma... eu aproveitei... na desgraça do outro. Eu amadureci, cresci, o Protege é um exemplo de responsabilidade. Aprendi a ver o lado bom da vida. O cuidado que o Protege nos deu, eu nunca tinha recebido... conheci a praia, as crianças nunca haviam andado tanto de carro (intercala risos e choro). Se eu não estivesse naquela esquina, eu não iria entrar no Protege e não teria vivido tudo isso. **Aproveitei o tempo bom. Se vocês não tivessem aparecido, eu poderia estar morta, não pelo cara lá, mas por perder a vontade de viver.**

Demonstrando sua insatisfação com a realidade que estava inserida e as lembranças gravadas na memória que a acompanham até o momento presente. Esse caso me chamou a atenção pelo fato dela estar usufruindo um “tempo” que nunca antes havia tido. Sempre teve que lutar pela sua sobrevivência e a de seus filhos, deixando de lado, muitas vezes sem opção, a própria convivência com seus filhos para trazer dinheiro para dentro de casa.

Portanto foi nessa “vida entre parênteses” que ela pode adquirir sua alimentação sem precisar se expor tanto, ou como ela mesmo diz:

O cuidado que o Protege nos deu, eu nunca tinha recebido... conheci a praia, as crianças nunca haviam andado tanto de carro (intercala risos e choro). Se eu não estivesse naquela esquina, eu não iria entrar no Protege e não teria vivido tudo isso. Aproveitei o tempo bom.

O caso II, por exemplo, fala sobre um aprendizado que teve no PROTEGE e que levará para sua vida como uma lição aprendida, ele fala:

O crime não compensa, um dia quero encontrar com vocês na rua e mostrar que dei certo. Me lembro quando entrei ... eu tava apavorado. No dia do aniversário da minha mãe... que presente... Acho que vou sair do jeito que entrei, humilde, mesmo jeito de falar, tratar as pessoas, só os pensamentos ruins e errados foram embora.

O caso III, por exemplo, coloca-se em relação ao PROTEGE como simplesmente alguém que está gozando de um direito e que o Programa cumpre uma obrigação para com eles. Mas com seus pros e contras.

Eu acho que valeu a pena ter feito o que fizemos, só pra mim não, pois vou ter que pagar por uma coisa que não fiz. O serviço de vocês é esse. Não tenho como dizer o que vocês pensam de mim, porque o tempo que vocês passam conosco não é o suficiente para que eu perceba algo nesse sentido. **O PROTEGE será lembrado pela incomodação. Pois denunciei e tive que pagar um preço alto, tive que me separar de todo mundo.**

O caso IV, por exemplo:

Valeu a pena ter entrado no Programa, não perdi nada, só ganhei, eu teria morrido se não fosse o Programa. Ele ia me achar logo. Se eu não tivesse morrido, tinha ficado louca, porque a forma que cheguei aqui, meu Deus, vendo coisas onde não existia, escutando vozes. Hoje eu vejo que não to perfeita, mas nossa, eu melhorei muito com o tratamento, medicamento. Hoje eu to lúcida, consigo sair de casa, dei um passo enorme pra melhor. Saber que não tava sozinha, que tinha alguém que gostava de mim, não sei por quê, mas tinha. Agora sou uma outra pessoa, eu mudei de caráter, eu melhorei, eu saí do inferno pro céu, foi um passo grande. Eu quero sair empregada, com forças pra buscar o melhor pra mim e pros meus filhos, ser um bom exemplo pra eles, e um dia poder contar pra eles tudo que aconteceu. Deus existe e existem pessoas humanas que gostam do seu trabalho, que fazem bem ao próximo. Ainda existe ser humano na terra. Não é só acreditar, é ver, é sentir o que vocês fazem, o bem que vocês fazem pras pessoas. É muito bom saber que existem pessoas assim.

Os resultados que o PROTEGE alcançou com seu público usuário, foram percebidos no momento do presente trabalho como sendo consequência de um trabalho em equipe que está em sincronia com a proposta do Programa e por ser muito subjetiva, necessita de um longo prazo para que seus resultados possam ser percebidos, e é a testemunha que nos diz isso, a partir de seu discurso de si, num processo de reconhecimento na construção, desconstrução e reconstrução de suas identidades, diante do momento presente.

O caso I:

Eu menti pra vocês e pra mim mesma... camuflagens... Mudei muita coisa, estou mais madura. Nunca vou deixar a “I” sofrer o que sofri... nunca vou deixar faltar nada pra eles, vou enfrentar as dificuldades. Me atirei nas cordas. Vocês me deram oportunidades e eu não acordei. Eu deveria ter me posicionado mais, mas as coisas não faziam sentido pra mim, tava tudo tão bom. **Eu quero ser alguém. Vou sentir muita falta de vocês... não é querer de mais é querer o melhor pra si.**

O caso II:

Muitas coisas... sempre me aconselhando pro bem, no caminho certo. Muito competentes, amigos, depois que eu entrei muita coisa melhorou. Meus pensamentos. Pensei que ia ficar fechado num lugar vigiado vinte e quatro horas, sem liberdade, isolado, mas é bem diferente, me sinto bem seguro e acolhido, sempre bem aconselhado pro caminho do bem. Companheiros. Nunca me senti julgado por alguém da equipe. **Cara, na verdade, eu só tenho à agradecer, só tinha um revólver pra me defender e agora me sinto seguro sem estar armado. Por um lado foi bom ter feito o que fiz, pelo outro não, pois só me incomodei (delato). Quando sair de lá (prisão) vai nascer um novo homem.**

O caso III: ***“Se fosse comparar, antes era uma adolescente inconseqüente, apesar de madura, hoje sou uma mãe conseqüente, mais séria e centrada”.***

O caso IV:

Hoje eu to lúcida, consigo sair de casa, dei um passo enorme pra melhor. Saber que não tava sozinha, que tinha alguém que gostava de mim, não sei por quê, mas tinha. **Agora sou uma outra pessoa, eu mudei de caráter, eu melhorei, eu saí do inferno pro céu, foi um passo grande.** Eu quero sair empregada, com forças pra buscar o melhor pra mim e pros meus filhos, ser um bom exemplo pra eles, e um dia poder contar pra eles tudo que aconteceu. Deus existe e existem pessoas humanas que gostam do seu trabalho, que fazem bem ao próximo. Ainda existe ser humano na terra. Não é só acreditar, é ver, é sentir o que vocês fazem, o bem que vocês fazem pras pessoas.

A “identidade herdada”: Fica claro em seus relatos, as contribuições que a “identidade herdada” significam para o desenvolvimento das identidades, pois é através dela que se iniciam as socializações que vêm a conflitar com o mundo que os rodeiam.

O caso I:

Não deveria ser tão egoísta, os guris falam no pai e a “I” também, mas eu morro de raiva... Mas eu sei que é importante pra eles. **Aquele lugar (onde residem os pais das crianças) tá marcado com minhas vergonhas...** eu como mãe sou muito mais... Se eu não estivesse no Protege, eu não deixaria faltar nada pra eles, não sei, mas até voltaria ao velho sistema. O pai do “J” duvidou de sua paternidade, foi feito DNA e confirmou-se a paternidade; O “J” foi rejeitado por ser doente, teve mais de vinte internações em seu primeiro ano de idade. Não nasci pra ser derrotada, não quero que me vejam assim. **Dormi numa escadaria com a “I” e “J” bebê, perto da casa do pai dos meninos, ele me viu e fechou a porta**

O caso II:

la no colégio só pra incomodar... me achava com as turminhas e só incomodava. Nunca gostei de estudar, sou cabeça dura. Fiquei cinco anos na quinta série. Só aprendo onde não tem turma... gosto de botar a mão na massa. Colocava sapo no estojo da professora, giz na cadeira dela, brigava na escola... **Meus pais ficavam sabendo pelos outros, mas depois que fiquei mais velho não deram mais bola.**

O caso III:

Eu me criei isolada, pois meus irmãos mais velhos já tinham suas vidas e não me acertava com minha irmã quatro anos mais velha. Meu pai trabalhava direto, era muito ausente e quando chegava em casa ele tava sempre cansado, e eu fiquei pra trás, **segundo minha mãe “o estorvo da casa”, foi assim que eu sempre me senti.** Tive uma infância bem complicada.

O caso IV:

É difícil falar, **porque meus momentos felizes sempre dependeram da felicidade da minha mãe. Se ela tava bem, feliz, nós também estávamos.** Mas final de semana ela costumava pegar nós, roubar um dinheiro dele, e íamos pra praia de Ipanema. Brincávamos o dia todo, comíamos e ela tomava a cervejinha dela e nós o nosso refri. **Nos divertíamos o dia todo, nos divertíamos o dia todo, sabíamos que aquilo ali ia ter um preço.** Mas a gente ia e era muito bom. **Ela sempre fazia isso quando via que tava pesado de mais pra nós tudo aquilo. Aí era uma forma de compensar o sofrimento.**

A “identidade atribuída”. É no conflito da “identidade herdada” e a “identidade atribuída”, que surge a “identidade visada”. Pois, é com a consciência de quem eu sou e como os outros me percebem é que conseguirei me projetar para o que quero ser.

O caso I:

Gostava de me vestir bem, comer bem, camuflar minha tristeza, enganar a mim mesma. Isso se compensava pelas coisas que adquiria para meus filhos e os via realizados. Pensava: eu vou mostrar pra essa gente que eu não sou doente, quero que me vejam como pessoa que lutou. Comprar Quik de morango pros meus filhos era muito bom... (risos). Eu fiz isso tudo pelos meus filhos, eu sou uma pessoa batalhadora, não sou uma vagabunda.

O caso II:

Às vezes me vejo triste, as vezes alegre, sinto falta da família. Não me acho gordo, não me acho feio. Sempre vai ter um Gremista feliz e um Gremista triste. Emocionalmente estou bem triste, o que mais me deixa mal é pensar que vou parar lá (prisão), passo todos os dias lá na frente, todo dia. Toda noite penso nisso, antes de chegar em casa, tenho que respirar fundo. **Quando entrar, vou entrar uma pessoa, vou entrar normal. Quando sair, vou ser outra pessoa, vou sair de cabeça baixa, difamado na minha cidade, vão me apontar na rua.** Vou pagar por uma coisa que eu fiz, mas não fiz tanto, os outros tão por aí e eu...

O caso III:

Naquela sociedade era uma faixa mais baixa. Eu sempre convivi com a classe média baixa. A cidade era dividida em duas partes, do centro pra cima ficavam os "riquinhos" e do centro pra baixo ficava a "ralé", como eles chamavam. **Eu me relacionava melhor com os mais pobres. A maioria dos meus amigos e amigas usavam drogas** Já tinha muita informação e provei a maconha, mas sabia que não fazia bem. E eu vi realmente o mau que as drogas faziam pelo que vi de meus amigos. Minha irmã já usou drogas. Mas pra minha mãe ela sempre foi "santa" e **eu que era a rebelde e que usava drogas. Eu era a "ovelha negra" da família e ela era a "santinha".**

O caso IV:

As pessoas acham que eu sou muito tranqüila, dengosa, mas não é isso, é que os problemas que as pessoas passam, perto do que eu passei parece que perde a gravidade, que elas dão à isso, mas eu não posso falar de mim então eu fico quieta e as pessoas não entendem meu jeito. Que eu choro muito, mas eu me acho normal. E minhas amigas acham que eu sou muito decidida, muito sincera, quando eu acho que vou ser muito forte no que vou dizer, eu tento ser mais leve. **As pessoas me acham cheia, mas não é isso, é que eu não me presto pra ficar na esquina falando da vida dos outros. Se o assunto não ta me agradando eu viro as costas e me retiro. Eu não vou ganhar nada com essa conversa, e as pessoas que acham que eu sou cheia por isso.** Eu vou pra minha

casa, eu não vou plantar o que não quero colher, dar oportunidade pra intriga. Prefiro conversar coisas boas, detesto fofoca

A “identidade visada”, nada mais é do que o discurso do indivíduo sobre si mesmo, é como se vê e quer ser visto, é a busca pelo reconhecimento.

O caso I:

Sou uma pessoa esforçada, não sou muito feia (risos), tenho que cuidar de mim, meus dentes, pele, aparência, assim poderei cuidar dos meninos. Eu não quero viver como coitadinha. **Não quero que tenham nojo de mim, que não tenham medo de sentar na cadeira que eu sentei, não tenham medo de apertar minha mãe ou de me dar um abraço.** Não posso julgar quem tem preconceito, também teria.

O caso II:

Um pai tem que dar tudo para seu filho, estudo, dar o que precisa, não só pra filha, mas pra família. Sempre quis ter um filho e uma menina. A responsabilidade é do pai em educar e dar assistência a filha. A mãe tem que ser companheira e amiga e ajudar o pai nas coisas. **Ter uma família é ser companheiro, amigo, responsável, tentar crescer para família melhorar, mas não penso em ter mais filhos.** Precisa de muita coisa pra manter, melhor ficar numa só. Ter muitos é só botar no mundo pra sofrer. Não vou deixar faltar nada para ela, mas ela vai ter que ficar um tempo longe da mãe e do pai.

O caso III:

Hoje sou uma pessoa fechada. **Antes de entrar no Programa, era uma pessoa que se dava com todo mundo, era uma pessoa alegre. Todos os meus amigos me procuravam em busca de conselho pros seus problemas. Era a psicóloga da turma. Eu queria que me vissem como antes do Programa. Naquela época eu gostava de mim.** Agora me sinto mal, vivo nervosa, entro em pânico quando começo a pensar muito sobre o que pode acontecer ou não. Sou uma pessoa séria e cheia de problemas, mais infeliz do que feliz. (Lágrimas)

O caso IV:

Me vejo uma pessoa simples, pouca atitude, mas uma pessoa que quer desenvolver, ser aquela pessoa guerreira de novo. Eu sonho muito, eu quero me sentir mais viva, acho que to meia parada, mudei minha vida, mudei meu caráter. O que me trava é o medo, quando entrei no Programa, achei que ia morrer, que iam me achar e me matar. **Agora consigo sair de**

casa, comecei a fazer minhas coisas, eu quero fazer, buscar mais, mas ainda tenho medo, aí vou de vagar. Sonho em sustentar meus filhos, ter minha casa, tenho que buscar uma forma de conseguir isso. To fazendo meu curso, já fiz as provas pro supletivo, logo começo a estudar de novo. Eu sei diferenciar essas coisas porque vivi num mundo ruim e num mundo bom.

4.4 VIDA ENTRE PARÊNTESES NA VIVÊNCIA DAS PESSOAS: A INSERÇÃO SOCIAL

Este trabalho me fez perceber que a inserção ou re inserção social dessas pessoas dificilmente acontece da forma em que o CONDEL e a legislação do PROTEGE prevê, pois nesse sentido a própria proposta do Programa, em relação ao sigilo, é a principal responsável pelas eventuais “melhoras” dos seus “protegidos”. Isto talvez seja devido a tantas restrições que o PROTEGE impõe para garantir sua segurança. O Programa, sim, lhes oferece um espaço / tempo para que seus usuários possam rever suas histórias de vida, sendo que são estimulados a fazer esse movimento de rever suas memórias e construir suas identidades diante do momento presente.

Isso é reflexo de um trabalho de sensibilidade e conscientização rápido de pessoas que conseguem ver o outro como ser de potencialidades a serem desenvolvidas e, acima de tudo, com humanidade, pois se você não acreditar no outro, não tem por que trabalhar por ele. Essa idéia só vai provar a ele o que o mundo lá fora o diz, “que bandido bom é bandido preso, se não morto”.

Acredito que tivemos, no PROTEGE, inúmeras experiências que provam a constatação de que a inserção social se dá de forma mais profunda, pois exige da testemunha um ato de “entrega” para que os estímulos feitos pela Equipe Técnica, em prol da resignificação de suas histórias de vida, seja efetuada. Mas os olhares curtos de quem acredita em resultados somente a partir de números e tabelas, não conseguem vislumbrar a subjetividade do maior acontecimentos que se dá na vida das pessoas que atendemos, além do que, essa política pública é um direito

conquistado pelos cidadãos e não oferecido como um favor, como muitos, infelizmente, o encaram, tanto dirigentes, como usuários.

Pra mim, essa é a parte mais dolorosa, pois vejo que se essa idéia prevalecer acabaremos com uma política pública, que se diz dos Direitos Humanos, mas não o é.

Percebo, que muito do que diz respeito ao olhar que se dá a essa política pública é fundamentada pela visão que a Coordenação do Programa. Pois é a Coordenação que representa a Equipe Técnica no CONDEL e dependendo da interpretação que a Coordenação passa das situações vivenciadas no nosso cotidiano é que as decisões do CONDEL são deferidas ou indeferidas, comprometendo toda uma linha de pensamento construída pela equipe para com a testemunha tendida.

Para que essas subjetividades sejam percebidas, temos que nos deixar ser invadidos pelos detalhes de cada momento evolutivo de cada testemunha, pois cada uma trás consigo uma história de vida diferente da outra, por isso não temos um padrão de atendimento fechado, mas sim flexível, para acolher todo tipo de situação. Nesse sentido, as falas espontâneas são muito significativas, como exemplo poderíamos citar a fala de um menino de 12 anos de idade, que chegou com seus 5 irmãos mais novos, acompanhados pelos seus pais (testemunhas de tráfico de drogas), resgatados com a roupa do corpo, recebeu vestuário e um par de tênis novo, e ele disse: *"mãe é novo!"*. Esse menino nunca havia ganhado ou comprado nada novo para si. Assim como as testemunhas que acompanhamos na compra de alimentos e eles nunca haviam feito compras antes; ou no momento da entrevista para saber das necessidades básicas da família, eles não têm noção da quantidade de dinheiro para sua manutenção durante 30 dias, pois sempre comiam o que tinham ou ganhavam.

A representação do PROTEGE para essas pessoas se aproxima a um "chamado da fada madrinha", pois os resgata do risco de morte, lhe fornece alimentos, vestuários, casa e mobília para seu bem estar, possuem

acompanhamento médico e psicológico. Essa nova realidade, torna-se conflituosa, pois a grande maioria dessas pessoas nunca tiveram o que o Programa fornece, o que não é muito, é o mínimo da dignidade humana.

A intenção desse processo é relacionada ao desenvolvimento da auto-estima dessas pessoas, para que se tornem atores sociais e para isso se faz necessária uma abordagem didática política para fortalecê-los como cidadãos dessa sociedade que vem fazendo das instituições, espaços de reprodução de uma cultura da exclusão.

Somente a socialização secundária pode produzir identidades e atores sociais orientados pela produção de novas relações sociais e suscetíveis de, por sua vez, se transformarem por meio de uma ação coletiva eficaz, ou seja, duradoura. Por essa razão, toda análise dos processos e das condições de transformação ou de inovação esbarra na questão da aprendizagem coletiva, pelos atores das capacidades para “inventar novas maneiras de agir, novas regras e novos modelos relacionais. Para isso não basta abrir os “espaços de ação”, criando “zonas de incerteza” que permitam os “investimentos estratégicos”, também é preciso assegurar a existência de um aparelho de formação (socialização secundária) que permita a transformação das identidades de ator em um sentido que não se contente em reproduzir ou adaptar as identidades anteriores mas que permita uma verdadeira criação institucional (DUBAR, 2005, p.127).

O movimento mais significativo em busca de sua reinserção social está na possibilidade de uma ressignificação e reavaliação da vida nos momentos passados e a que se vive, assim como num reconhecimento sobre si mesmo e como política de vida que reivindica visibilidade e auto-estima individual. A simples vista, o PROTEGE parece se converter num espaço onde “se constrói” uma memória histórica geradora de um discurso sobre o “si mesmo” em constante conflito com a sociedade, com a própria política pública e o próprio eu.

A “vida entre parênteses”, experienciada pelas testemunhas protegidas, nos faz perceber a grande diferença de pensamentos que elas desenvolvem desde sua chegada a sua saída do Programa, elas redescobrem ou descobrem seu valor como cidadãos, se sentem seguras e acolhidas, assistidas em suas necessidades básicas e tornam-se mais confiáveis em si e passam a confiar e respeitar os outros.

Certamente isso não acontece com todas as testemunhas que foram atendidas pelo PROTEGE. Tivemos testemunhas que não conseguiram ficar no Programa pelo grau de dependência que se estabelece com o Programa, pois não lhes é fornecido grande quantidade de dinheiro para eles nos primeiros meses de sua estada no PROTEGE, mas são fornecidas as condições para que se mantenham, essa estratégia é para que conheçamos melhor essas pessoas, suas necessidades e para uma elaboração de custo mensal que tem, com qualidade de vida, para em um segundo momento poder-lhes fornecer o valor exato, necessário para sua manutenção. Houveram as testemunhas que não se adaptaram a quebra de vínculos e pediram pra sair, outras usuárias de drogas não aceitaram tratamento e colocavam-se em risco facilmente, quebrando normas de segurança e foram excluídas. E algumas que apenas passaram pelo Programa, pois não possuíam disponibilidade e estrutura suficiente para repensar o passado e situar-se no momento atual, tendo o Programa como benefício pelo delato e não como um direito seu.

Essa situação muitas vezes é complicada pelo fato dessas pessoas terem em assimiladas em sua identidade a troca de favores ou a visão de que estão sendo usadas de alguma forma, então a vinculação de confiança, entre Programa e usuário, não acontece.

A busca pela ressignificação de sua identidade e todo processo de construção, desconstrução e reconstrução deve ser estimulado por todos os componentes dessa política pública, mas isso depende única e exclusivamente do indivíduo querer e desejar esse recomeço. Trabalhar com memórias e ressentimentos é uma experiência que exige do indivíduo uma entrega muito grande, mas será que ele pode mesmo confiar em alguém? Nos como profissionais da área temos o compromisso de transmitir a ele que sim, ele pode confiar em nós, não os abandonaremos, temos que firmar um contrato de confiança para que se sintam seguros e que apesar das dificuldades e sofrimentos que passaram nesse processo de reconstrução e auto conhecimento, eles não estarão sozinhos, nós estaremos com ele.

Essa talvez é a única, ou a última, a ou até a primeira chance que o indivíduo possua de encontrar-se num momento de “socialização solidária” onde é visto com ser de possibilidades.

É pela análise dos “mundos” construídos mentalmente pelos indivíduos a partir de sua experiência social que o sociólogo pode reconstruir melhor as *identidades típicas pertinentes em campo social específico*. Essas “representações ativas” estruturam os discursos dos indivíduos sobre suas práticas sociais “especializadas” graças ao domínio do vocabulário, a interiorização de “receitas”, à incorporação de um programa, em suma, à aquisição de um saber legítimo, que permita a um só tempo a elaboração de “estratégias práticas” e a afirmação de uma nova “identidade reconhecida” (DUBAR, 2005, p.129).

A socialização é a “chave mestre” para que o processo de desenvolvimento das identidades, se faça real, pois a partir dela resgatamos nossas “identidades herdadas e atribuídas” em prol de uma “identidade visada” na construção de um discurso de si mesmo, no momento presente.

Dubar, 2005 nos traz as dimensões mais significativas dessas representações ativas, que são:

- A relação com os sistemas, com as instituições e com os detentores dos poderes diretamente implicados na vida cotidiana aciona a implicação e o reconhecimento do indivíduo, seu “engajamento” e suas “indiferença”, sua participação ou sua contestação, sua identidade virtual reivindicada e sua identidade realmente reconhecida;
- A relação com o futuro, o do sistema e o seu próprio, engaja as orientações estratégicas que resultam da avaliação das capacidades e das oportunidades, da interiorização da trajetória e da história do sistema;
- A relação com a linguagem, isto é com as categorias utilizadas para descrever uma situação vivida, por exemplo o modo de articulação das coerções externas e dos desejos internos, das obrigações externas e dos projetos pessoais, das solicitações do outro e das iniciativas do eu.

Dubar com muita propriedade nos conduz a pensar que a construção identitária é um processo que não existe sem a presença do “outro”, mas que sua evolução depende do indivíduo tornar-se ator dessa transformação.

O PROTEGE nesse contexto representa um espaço para esse encontro, o sistema que acolhe a testemunha que deseja descobrir sua identidade a partir do discurso das narrativas de si mesmo, olhadas do momento presente.

Esse objetivo, como estrutura do Programa, é muito frágil. Caso não tenhamos cuidado para que as intenções e propostas dos Direitos Humanos não se percam devemos estar atentos, pois sendo esse trabalho muito específico e com resultados a longo prazo, a trajetória deve ser muito bem pensada, analisada e fundamentada, caso contrario perde-se o eixo da questão, que é o indivíduo. Corremos o risco de achar que a política publica é um benefício e que são os usuários que precisam de nós, portanto nós é que decidimos o que “merecem” ou não.

Hoje, com o término desse trabalho, posso ver o trabalho desenvolvido por mim e toda a equipe, coordenação e CONDEL do PROTEGE, que esteve unido nesses três anos, mas como serão os resultados dos trabalhos executados hoje daqui três anos?

Acredito que esse trabalho servirá de incentivo para que continuemos a buscar os objetivos propostos e desenvolvidos por nós no decorrer desses anos, pois, particularmente, me senti muito satisfeita, e por que não dizer surpreendida com os resultados desse trabalho. O grupo está de parabéns!

Desejo que cada vez mais possamos nos aperfeiçoar nessa construção e os encontros nacionais são de extrema importância para que o equilíbrio dessa política pública se estabeleça em busca de um discurso seu, na construção, desconstrução e reconstrução de sua identidade institucional permanente.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. **Crise no sistema de justiça criminal: ciência e cultura**. V. 54, n. 1, p.50-51, jun./set. 2002. Disponível em <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v5n1/v54n1a23.pdf>>.

AGUIAR, Neuma (org) **Hierarquias em classes**. RJ: Zahar, 1974.

AVELINO, Alexandre. **Sistema Nacional de Assistência a Vítima e Testemunhas: Programa e legislação federal**. Brasília: Ministério da Justiça, 2001.

AZEVEDO, Marco Antônio de. **Concepções sobre criminalidade e modelos de policiamento**. Psicologia Ciência e Profissão. 2003, 23(3).

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Tradução Plínio Dentzein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. 258p.

BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela; YASBEK, Maria; BOGUS, Lucia (orgs.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2000.

BENJAMIN, Alfred. **A entrevista de ajuda**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BERGER, Peter L. **A construção social da realidade**. Tradução Floriano de Souza Fernandes. 25ed. Petrópolis: Vozes, 1966. 247p.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade; para uma teoria geral da política**. 12.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

BOSI, Ecléia. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003

BRAZILLI, Chieley et al. **Interacionalismo simbólico e teoria dos papéis**: uma aproximação para a psicologia social. São Paulo: EDUC, 1998.

BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (re)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2004.

CAMARGO, Aspásia. Os usos da História oral e da História de vida: Trabalhando com elites políticas. **Dados Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.27, n.1, 1984.

DUBAR, Claude. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. Tradução Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 343p.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1994. 201p.

FERREIRA, Lucia M. A. ORRICO, Evelyn G. D. (orgs.). **Linguagem, identidade e memória social**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FOLLMANN, José Ivo. Identidade como conceito sociológico. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, 37/158, 2001.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução Maria Célia Santos Raposo. 13.ed. Petrópolis: Vozes, 1975. 233p.

HALBWACHS, Maurice. "Memória coletiva e memória histórica". In: **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1992. 102p.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. Tradução Carlos Nelson Coutinho e Leonardo Konder. 7.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004. 121p.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução Luiz Repa. 1.ed. São Paulo: Ed. 34, 2003. 296p.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

LEAL, Rogério Gesta. **Perspectivas hermenêuticas dos direitos humanos e fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2000.

MEAD, George Herbert. **Espírito, si-mesmo e sociedade**. Apresentação de J. Cazeneuve. Paris: PUF, 1934.

MELUCCI, Alberto. **O jogo do eu**. Tradutores Adriano R. Marinho et al. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

PEREIRA, Maria Criastina Teixeira Alves. **Da eficácia da prova testemunhal no processo civil: aspectos gerais quanto à inteligibilidade e segurança das testemunhas**. São Paulo: JG editor, 2003.

PROTEGE. Caderno de Leis; Manual Operacional.

SAHLINS, Marshall. **Cultura na prática**. RJ: EdUFEJ, 2004.

SAMAIN, Etienne. “Ver” e “dizer” na tradição etnográfica: Bronislaw Maliniwski e a fotografia. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n.2 p.23-60, jul./set. 1995.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos; ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. “História, memória e esquecimento: implicações políticas”. **Paper apresentado no 30º Congresso da ANPOCS**, Caxambu/MG, 2004.

SCHÄFFER, Jairo Gilberto. **Direitos fundamentais: proteção e restrição**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SECRETARIA DA Segurança Pública. Disponível em: <<http://www.ssp.rs.gov.br>>.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SILVEIRA, José B. **A proteção à testemunha e o crime organizado no Brasil**. 1.ed. Curitiba: Juruá, 2004. 143p.

TAYLOR, Charles. **As fontes do self**. São Paulo: Loyola, 1994.

THIOLLENT, M.J.M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1982.

ANEXOS

ANEXO I

CARTAS FECHAMENTO DAS REUNIÕES NACIONAIS DOS PROGRAMAS DE PROTEÇÃO A TESTEMUNHAS E VÍTIMAS AMEAÇADAS DE MORTE:

- CARTA DE FLORIANÓPOLIS
- CARTA DE VITÓRIA
- CARTA DE BELÉM
- CARTA DE FORTALEZA

ANEXO II

PARECERES TÉCNICOS DA TESTEMUNHA ENTREVISTADA:

- PARECERES DE INCLUSÃO DEFINITIVA
- PARECERES DE DESLIGAMENTO

ANEXO III

PARECERES TÉCNICOS DA TESTEMUNHA ENTREVISTADA:
PARECERES DE INCLUSÃO DEFINITIVA

ANEXO IV

PARECERES TÉCNICOS DA TESTEMUNHA ENTREVISTADA:
PARECERES DE INCLUSÃO DEFINITIVA

ANEXO V

DADOS ESTATÍSTICOS QUANTITATIVOS DO PROTEGE